



CdE

CENTRO DE EXCELÊNCIA
PARA A REDUÇÃO DA OFERTA
DE DROGAS ILÍCITAS

ESTUDO ESTRATÉGICO

Covid-19 e tráfico de drogas no Brasil: a adaptação do crime organizado e a atuação das forças policiais na pandemia



Nações Unidas
Escritório sobre
Drogas e Crime



SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA





CdE

CENTRO DE EXCELÊNCIA
PARA A REDUÇÃO DA OFERTA
DE DROGAS ILÍCITAS

ESTUDO ESTRATÉGICO

Covid-19 e tráfico de drogas no Brasil: a adaptação do crime organizado e a atuação das forças policiais na pandemia



© Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE) – dezembro de 2021.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. A pesquisa apresentada reflete as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede. Brasília – DF. CEP: 70064-900.

Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/>

Idealização

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Equipe responsável

Coordenação

Gustavo Camilo Baptista, Nivio Nascimento e Gabriel Andreuccetti.

Elaboração

Claudio Dantas Monteiro, Jairo Jesus Pinto Hidalgo, Aretha Cordeiro, Lidia Cristina Silva Barbosa, Bárbara Diniz Caldeira, Vanessa Beltrame e Pedro Maziero.

Consultores

Gregório Zamboni Diniz

Marcela Guedes Carsten da Silva

Ráisa Lammel Canfield

Supervisão e revisão técnica

Flávio Cireno Fernandes

Em colaboração com a Seção de Pesquisa sobre Drogas (RAB/UNODC Viena)

Chefe da Seção de Pesquisa sobre Drogas: Chloe Carpentier

Oficiais de Pesquisa: Antoine Vella e Iuliia Vorobeva

Suporte e Apoio Operacional

Secretaria de Operações Integradas (SEOPI/MJSP)

Projeto gráfico e diagramação

Lavínia Design

Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). Covid-19 e tráfico de drogas no Brasil: a adaptação do crime organizado e a atuação das forças policiais na pandemia. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2021.

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: Anderson Gustavo Torres

Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos: Luiz Roberto Beggiora

Diretor de Políticas Públicas e Articulação Institucional: Clayton da Silva Bezerra

Coordenador-Geral de Investimentos, Projetos, Monitoramento e Avaliação /

Diretor Nacional do Projeto BRA/15/009: Gustavo Camilo Baptista

Coordenadora do Projeto BRA/15/009: Ângela Cristina Rodrigues

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante Residente: Katyna Argueta

Representante Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Gerente de Projeto: Rosana Tomazini

Assistente de Projeto: Aline Santana

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC Brasil: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Nascimento

Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE)

Coordenador: Gabriel Andreuccetti

Assessora Institucional: Elisangela Sousa

Assessora Técnica de Prevenção ao Crime Organizado e de Tráficos Ilícitos: Bárbara Diniz

Especialista em Comunicação: Vanessa Beltrame

Especialista em Estatística: Lídia Cristina Silva Barbosa

Especialista em Gestão de Ativos e Inteligência Financeira: Claudio Dantas Monteiro

Especialista em Tráfico de Drogas e Ilícitos Transnacionais: Jairo Jesus Pinto Hidalgo

Auxiliar de Comunicação: Pedro Maziero

Auxiliar de Estatística: Aretha Cordeiro

Estagiária: Maria Luiza Lopes Lamim de Almeida

Agradecimentos

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria de Operações Integradas

Polícia Federal

Polícia Rodoviária Federal

Ministério da Economia

Receita Federal do Brasil

Conselho Nacional de Justiça

Programa Fazendo Justiça

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

Polícia Civil de São Paulo

Polícia Militar de São Paulo

Polícia Técnico-Científica de São Paulo

Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná

Polícia Civil do Paraná

Polícia Militar do Paraná

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul

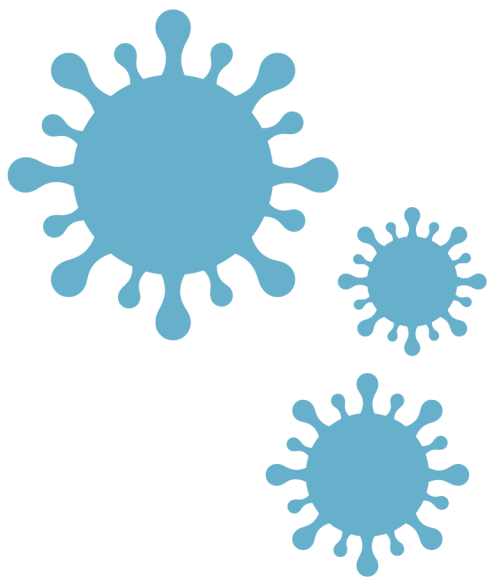
Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

Lista de Siglas

BA	Bahia
BC	Base de cocaína
BNMP	Banco Nacional de Mandado de Prisão
BPFron	Batalhão de Polícia de Fronteira
BPMRv	Batalhão de Polícia Militar Rodoviária
CAPE	Centro de Análise, Planejamento e Estatística
CC	Cloridrato de cocaína
CdE	Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas
CIOF	Centro Integrado de Operações de Fronteira
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COBRA	Corpo de Operações de Busca e Repressão Aquática
COPE	Centro de Operação de Policiais Especiais
CV	Comando Vermelho
DEFRON	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira
DENARC	Departamento de Narcóticos da Polícia Civil
DF	Distrito Federal
DOF	Departamento de Operações de Fronteira
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FDN	Família do Norte
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GEOINT	Inteligência Geoespacial
GOA	Grupamento de Operações Aéreas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto de Criminalística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	<i>3,4-Metilenodioxianfetamina</i>
ME	Ministério da Economia
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MS	Mato Grosso do Sul
NEE	Núcleo de Exame de Entorpecentes

NEPOM	Núcleo Especial de Polícia Marítima
PBC	Pasta base de cocaína
PC	Polícia Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCMS	Polícia Civil de Mato Grosso do Sul
PCPR	Polícia Civil do Paraná
PCSP	Polícia Civil de São Paulo
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMMS	Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PMSP	Polícia Militar de São Paulo
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Paraná
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RAB	<i>Research and Analysis Branch</i> (Departamento de Pesquisa e Análise de Tendências)
RFB	Receita Federal do Brasil
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEJUSP/MS	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul
SESP/PR	Secretaria da Segurança Pública do Paraná
SP	São Paulo
SPTC/SP	Superintendência de Polícia Técnico-Científica de São Paulo
THC	<i>Tetra-hidrocanabinol</i>
TIGRE	Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UF	Unidade Federativa
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VIGIA	Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas



*Um estudo que visa
compreender as dinâmicas
do tráfico de drogas
no contexto da
pandemia da covid-19.*

Sumário

1. Introdução.....	12
2. Contexto e objetivos.....	14
<i>Box 1 – Rotas e destinos do tráfico ilícito de drogas</i>	<i>16</i>
3. Estratégias metodológicas.....	27
4. Influência da pandemia no trabalho de enfrentamento do tráfico de drogas..	34
4.1 As atividades de fiscalização e repressão ao tráfico de drogas.....	34
<i>Box 2 – Programa VIGIA – Fortalecimento da atividade policial nas fronteiras</i>	<i>38</i>
<i>Box 3 – Categorias do tráfico de drogas</i>	<i>41</i>
4.2 Maconha.....	43
4.3 Tendências nos estados pesquisados – Maconha	57
4.3.1 Mato Grosso do Sul.....	57
4.3.2 Paraná.....	61
4.3.3 São Paulo	67
4.4 Cocaína	72
4.5 Tendências nos estados pesquisados – Cocaína	92
4.5.1 Mato Grosso do Sul.....	92
4.5.2 Paraná.....	95
4.5.3 São Paulo	97
<i>Box 4 – Apreensões de outras drogas na cidade de São Paulo.....</i>	<i>103</i>
4.6 Caracterização de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo no contexto da pesquisa	104
5. Impactos da covid-19 para além das apreensões	106
<i>Box 5 – Perfil dos presos envolvidos com o tráfico de drogas.....</i>	<i>107</i>
6. Considerações finais	110
6.1 Recomendações e diretrizes para o aprimoramento das atividades de repressão ao tráfico de drogas ilícitas, a partir dos resultados obtidos no estudo.....	113
Referências	115

1

Introdução

A pandemia da covid-19 tornou-se uma grande intervenção natural em diversos mercados lícitos e ilícitos ao redor do mundo. Com as restrições de viagens e as políticas de distanciamento social implementadas, novas dinâmicas e desafios surgiram em diversas esferas da sociedade e afetaram o trabalho das instituições ligadas à repressão e à fiscalização do tráfico de drogas, assim como a atuação de grupos criminosos nesse mercado.

Além disso, a crise de saúde aprofundou uma série de desigualdades socioeconômicas, revelando oportunidades e desafios vinculados ao tráfico de drogas e outros crimes. As consequências e efeitos desse cenário anômalo devem ser melhor compreendidas nos próximos anos, tais como: (i) mudanças nas cadeias de produção de drogas com as restrições e *lockdowns*; (ii) mudanças nas dinâmicas de demanda, oferta e preços nos mercados de drogas ilícitas; (iii) infiltração das organizações criminosas em setores da economia legal impactados pela pandemia; (iv) ampliação da atuação das organizações criminosas em atividades de lavagem de dinheiro; e (v) oportunidade de melhoria do controle e vigilância pela polícia em determinados territórios (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b).

No contexto de um esforço global para assimilar as mudanças ocorridas em função da atual crise sanitária, este estudo busca compreender dinâmicas do tráfico de drogas que possam ter surgido, se alterado ou se intensificado com a pandemia da covid-19. Para tanto, a equipe do Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE) coletou dados e informações em âmbito nacional e internacional, e realizou pesquisa de campo em três estados brasileiros: Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e São Paulo (SP) — locais onde se contemplaram diferentes visões de instituições que atuam nas esferas federal e estadual. A construção deste estudo contou com o apoio técnico do *Research and Analysis Branch*¹ (RAB) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e

¹ Departamento de Pesquisa e Análise de Tendências.

Crime (UNODC), sediado em Viena, na elaboração do desenho metodológico, discussão de instrumentais qualitativos e discussão dos resultados dos dados quantitativos de apreensão de drogas ilícitas.

A pesquisa também almeja contribuir para o conhecimento já produzido sobre o tema, como as análises publicadas no *World Drug Report 2021*, do UNODC². Referências dessa natureza possibilitam uma perspectiva ampla sobre as dificuldades enfrentadas durante a pandemia, assim como sobre as novas dinâmicas de grupos criminosos que atuam no tráfico transnacional de drogas. No entanto, tais análises globais geralmente não se aprofundam nas especificidades regionais e nacionais.

Por isso, este estudo busca colaborar com o campo de conhecimento existente sobre o tema a partir da análise da realidade brasileira, com o objetivo primordial de subsidiar e apoiar o aprimoramento contínuo das instituições que atuam no enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas e de políticas públicas na área.

² O Relatório Mundial sobre Drogas 2021 trouxe um livreto dedicado inteiramente à temática da covid-19: Booklet 5 - covid-19 and drugs: Impact and outlook (Livreto 5 - covid-19 e drogas: impacto e perspectivas).

2

Contexto e objetivos

O Brasil enfrenta há décadas as consequências do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes transnacionais conexos devido a sua extensa fronteira terrestre, situação que ocasiona enormes prejuízos econômicos e sociais.

A partir dos dados disponíveis, percebe-se que o país ocupa dois espaços no mercado internacional de drogas ilícitas: (i) a operação logística da cocaína (geralmente na forma de pasta de coca, base de cocaína ou cloridrato de cocaína) vinda de alguns países da América Andina (Colômbia, Peru e Bolívia), que é transportada para diversos mercados do mundo, como o da Europa e da África por diferentes modais; e (ii) importador da maconha vinda do Paraguai com destino ao consumo no Brasil. Com relação à produção de drogas, há no território nacional o plantio de maconha, destacando-se alguns estados do Nordeste³. Eventualmente, em algumas localidades do país, encontra-se o desenvolvimento de algumas práticas de refino da cocaína⁴ em laboratórios clandestinos, gerando, inclusive, outros produtos intermediários que são produzidos durante ou após o processo de fabricação do cloridrato de cocaína (CC), a partir da pasta base de cocaína (PBC) ou base de cocaína (BC), como o *crack*.

Em particular, o transporte de cocaína conecta dois pontos principais das dinâmicas dos mercados ilícitos brasileiros: as regiões que fazem fronteira com Bolívia, Peru e Colômbia com as regiões portuárias do país, em especial Paranaguá (Paraná), Itajaí (Santa Catarina), Salvador (Bahia) e Santos (São Paulo), que têm suas estruturas logísticas utilizadas indevidamente por organizações ligadas ao tráfico internacional de cocaína para envio da droga a diversas partes do mundo, sobretudo para a Europa.

Além disso, o cenário geográfico, de extensa costa marítima e dimensões continentais, bem como a longa faixa de fronteira⁵ terrestre de 16.885,7 km (por terra, rios, lagos e canais), representa obstáculos no combate aos

³ Na região conhecida como “Polígono da Maconha”.

⁴ Processo de transformação da forma de pasta base para o cloridrato de cocaína.

⁵ A Lei Nº 6.634, de 2 de maio de 1979, define, para fins de segurança nacional, a extensão da faixa de fronteira, a qual estabelece 150 km de largura, paralela às fronteiras divisórias terrestres.

crimes transnacionais. Tal extensão de fronteira envolve dez países da região, à exceção de Equador e Chile (Tabela 1), compreende 11 Unidades da Federação (UFs) e 588 municípios, alcançando 16,7% da área do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020)⁶.

Tabela 1 - Fronteira dos países sul-americanos com o Brasil

País	Extensão
1. Bolívia	3.423,2 km
2. Peru	2.995,3 km
3. Venezuela	2.199,0 km
4. Colômbia	1.644,2 km
5. Guiana	1.605,8 km
6. Paraguai	1.365,4 km
7. Argentina	1.261,3 km
8. Uruguai	1.068,1 km
9. Guiana Francesa	730,4 km
10. Suriname	593,0 km

Fonte: Itamaraty⁷ (2021).

Para entender a magnitude dessa extensão territorial e os desafios de controlar a criminalidade na fronteira, apenas a região brasileira vizinha aos principais países produtores de cocaína e maconha na América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai) é aproximadamente três vezes maior do que a fronteira terrestre entre os Estados Unidos (EUA) e o México⁸, que é de 3.145 km. E, apesar das reconhecidas capacidades econômicas e tecnoló-

gicas dos EUA, o México segue sendo o principal local de procedência de heroína e metanfetamina destinada aos Estados Unidos, além de ser um dos principais países de trânsito de cocaína oriunda da América do Sul (estima-se que aproximadamente 90% da cocaína destinada ao consumo norte-americano atravesse a fronteira terrestre com o México) (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b).

Por outro lado, a fronteira marítima do Brasil tem uma extensão de 7.491 km, com 17 UFs, 280 municípios, 58% da população, e alta densidade populacional, sendo responsável pela maior parte do escoamento dos produtos nacionais ao exterior. O Brasil ainda conta com estrutura logística de transporte de cargas e pessoas, com nove aeroportos dentre os maiores da América Latina⁹, 239 instalações portuárias (AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, 2020) e uma extensa malha rodoviária¹⁰ de 75.553 km, que conecta o transporte de mercadorias e pessoas em todo o território nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). No país, há um histórico de políticas públicas com foco na atuação e vigilância nas fronteiras, as quais tiveram diagnóstico realizado com olhar voltado para a atuação federal, estadual e municipal, assim como de segurança privada e aspectos que envolvem a dinâmica de fronteira com toda a diversidade existente no Brasil (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2016).

Conforme mencionado anteriormente, o Brasil é um importante país de trânsito de cocaína para mercados da Europa, da África e, em menor escala, da Ásia, integrando uma rede nacional e internacional complexa de rotas de tráfico ilícito de drogas. Segundo a

⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 17 nov. 2021.

⁷ Disponível em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/> e <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

⁸ INTERNATIONAL BOUNDARY AND WATER COMMISSION. Disponível em: https://www.ibwc.gov/About_Us/about_us.html. Acesso em 31 ago. 2021.

⁹ No Brasil, destacam-se: Guarulhos (São Paulo), Congonhas (São Paulo), Brasília (DF), Galeão (Rio de Janeiro), Confins (Minas Gerais), Campinas (São Paulo), Santos Dumont (Rio de Janeiro), Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Salvador (Bahia).

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-terrestre/rodovias-federais/rodovias-federais-informacoes-gerais-sistema-federal-de-viacao>. Acesso em 31 ago. 2021.

*Global Initiative Against Transnational Organized Crime*¹¹ (MCDERMOTT, et al., 2021), há uma crescente percepção da participação do Brasil como ator principal na logística de chegada da cocaína latino-americana nos países europeus e, em especial, da participação do Primeiro Comando da Capital (PCC). O quadro a seguir (Box 1) traça uma análise do tráfico transnacional de drogas na América do Sul, pontuando locais de produção e principais rotas na região.

11 Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional.

Box 1 – Rotas e destinos do tráfico ilícito de drogas

As rotas do tráfico ilícito de drogas são geralmente encontradas ao longo das rotas tradicionais de comércio e se caracterizam pelo fato de conectarem as áreas de produção com os mercados consumidores, sendo que as organizações criminosas buscam constantemente novas modalidades e caminhos que facilitem o uso das redes de transporte existentes (terrestre, aéreo, marítimo e fluvial).

Elas também podem sofrer influências em cenários de conflitos entre diferentes atores, organizações criminosas, guerrilhas ou forças de segurança que procuram controlar a circulação de drogas, seja para interdição ou para benefício próprio. As rotas, nesse sentido, tornam-se um objeto geoestratégico, pois são construídas a partir do conhecimento e da análise do espaço geográfico.

O uso e a proliferação de rotas variam com o tempo, diversificando-se, principalmente, devido à busca de alternativas que proporcionem flexibilidade para garantir a continuidade da cadeia do tráfico de drogas até os mercados de destino.

A fim de identificar possíveis alterações nas rotas do tráfico de drogas no Brasil, como consequência de medidas governamentais para conter a covid-19, este estudo utilizou técnicas de Inteligência Geoespacial¹² (GEOINT) e métodos de Aprendizado de Máquina para gerar um mapa que destaca, em um contexto geográfico, as principais rotas e destinos de maconha e cocaína, com base em informações de apreensões realizadas em 2019 e 2020, pesquisas existentes, dados oficiais e fontes abertas, conforme quadro a seguir:

12 A GEOINT é caracterizada por sua capacidade de identificar, coletar, armazenar e manipular dados para criar conhecimento geoespacial por meio do pensamento crítico, raciocínio geoespacial e técnicas analíticas. Os dados podem ser estruturados (informações sobre locais e formas de características geográficas, como coordenadas geográficas, imagens de satélite) e dados não estruturados (informações geográficas que não estão organizadas de forma predefinida, como texto com informações geográficas sobre uma atividade). Descreve e interpreta o impacto humano de um determinado evento, permitindo que o conhecimento seja eticamente apresentado para a tomada de decisões (PENNSYLVANIA STATE UNIVERSITY, 2020). Difere de outras fontes de coleta de inteligência porque se integra inerentemente e é enriquecido por múltiplas fontes de informação em um contexto espaço-temporal (CLARK, 2020).

Quadro 1 – Fontes de informação utilizadas para construção do mapa de rotas de tráfico internacional

Fonte	Utilização
Polícia Federal (2021)	Identificação das áreas de produção de maconha.
Polícia Rodoviária Federal (2021)	Dados georreferenciados sobre apreensões de cocaína e maconha para 2019 e 2020.
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2021) <i>World Drug Report 2021</i>	Identificação das áreas de produção de coca/cocaína. Identificação das principais rotas de tráfico de drogas na América do Sul para a Europa, África, Caribe, Ásia e EUA. Identificação dos principais meios de transporte para o tráfico de drogas na América do Sul.
<i>Global Initiative Against Transnational Organized Crime</i> (2021) Estudo: <i>The Cocaine Pipeline to Europe</i> (MCDERMOTT, et al. 2021)	Identificação das áreas de produção de coca/cocaína. Identificação das principais rotas e meios de transporte para o tráfico de cocaína na América do Sul com destino à Europa.
INTERPOL – <i>Global Initiative Against Transnational Organized Crime</i> e RHIPTO – <i>Norwegian Center for Global Analyses</i> (2018) Estudo: <i>World Atlas of Illicit Flow</i>	Identificação das principais rotas de tráfico de cocaína na América do Sul com destino à Europa, África, Caribe, Ásia e EUA.
Agência Brasileira de Inteligência (2007) Apresentação: <i>Ilícitos Transnacionais – Percepção de Ameaças para o Estado Brasileiro</i>	Identificação das principais rotas e destinos do tráfico de drogas no Brasil e na América do Sul.
AMERIPOL – <i>Comunidad de Policías de América</i> (2013) Estudo: <i>Análisis Situacional del Narcotráfico, una perspectiva policial</i>	Identificação das principais rotas e destinos do tráfico de drogas no Brasil e na América do Sul.
COPOLAD – <i>Programa de Cooperación entre América Latina y la Unión Europea em Políticas sobre Drogas</i> (2013). <i>Estudio de las Rutas marítimas en el tráfico de cocaína hacia Europa</i>	Identificação das principais rotas de tráfico marítimo de cocaína na América Latina com destino à Europa, África e Caribe.
Secretaria Nacional de Segurança Pública (2014) Estudo: <i>Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil</i> (MACHADO, 2014)	Identificação das principais rotas de tráfico de drogas no Brasil. Identificação das principais plataformas de exportação.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (2021)	Identificação e georreferenciamento dos principais portos ativos no território nacional.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021)	Dados cartográficos (vetores) da estrutura territorial do país.
Portarias nº 213/2016 e 1.080/2019	Identificação de cidades gêmeas no território nacional.
Páginas abertas na internet	Identificação de rotas do tráfico de maconha no Brasil.

Os passos para a construção do mapa – método:

- 1- O mapa temático do território nacional foi construído a partir de dados vetoriais do IBGE, acrescido de uma representação cartográfica dos principais portos nacionais, das cidades gêmeas, da zona de fronteira e da distinção entre os arcos de fronteira Norte, Central e Sul.
- 2- Métodos de Aprendizado de Máquina não supervisionados, especificamente o algoritmo *HDBSCAN*¹³ (*Hierarchical Density-Based Spatial Clustering Of Applications With Noise*) foram utilizados para gerar *clusters*¹⁴ e identificar padrões a partir dos dados georreferenciados das apreensões feitas pela PRF durante os anos de 2019 e 2020.
- 3- Técnicas de Inteligência Geoespacial foram aplicadas para representar, por meio de mapa temático, diferentes elementos e evidências da dinâmica atual das principais rotas e destinos do tráfico de drogas no território nacional.

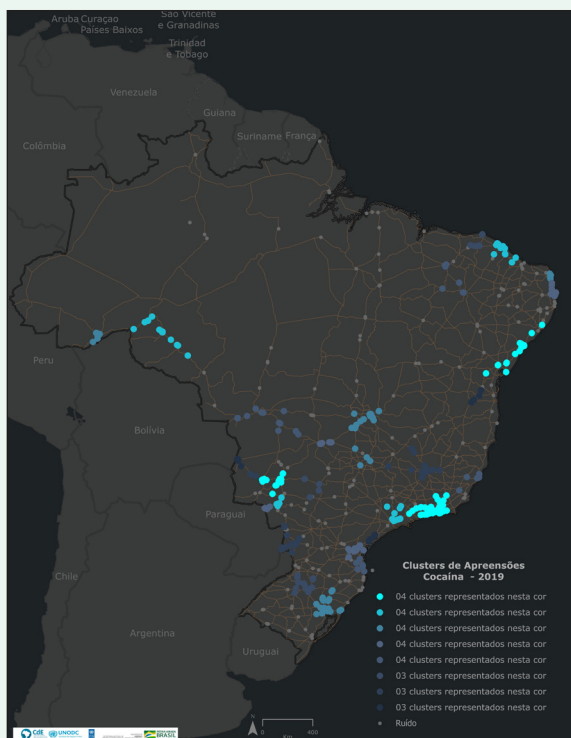
Os mapas 1 e 2 foram gerados para representar os *clusters* de apreensões de cocaína para 2019 e 2020, respectivamente; e os mapas 3 e 4 para representar os *clusters* de apreensões de maconha para 2019 e 2020. Esta técnica encontra *clusters* de entidades com base em sua distribuição espacial. Ele usa algoritmos de agrupamento de aprendizagem de máquinas não supervisionados que detectam automaticamente padrões baseados apenas na localização espacial e distância a um número especificado de vizinhos. Neste sentido, uma vez que os dados têm uma série de observações diferentes com localizações geográficas diferentes em cada período avaliado, o número de *clusters* representados será diferente para cada ano.

Por meio de um processo manual de edição vetorial, foram traçadas as rotas e padrões geográficos identificados a partir dos *clusters* gerados. Esse procedimento possibilitou a obtenção de um mapeamento mais preciso, baseado na localização geográfica dos *clusters* de apreensão de drogas.

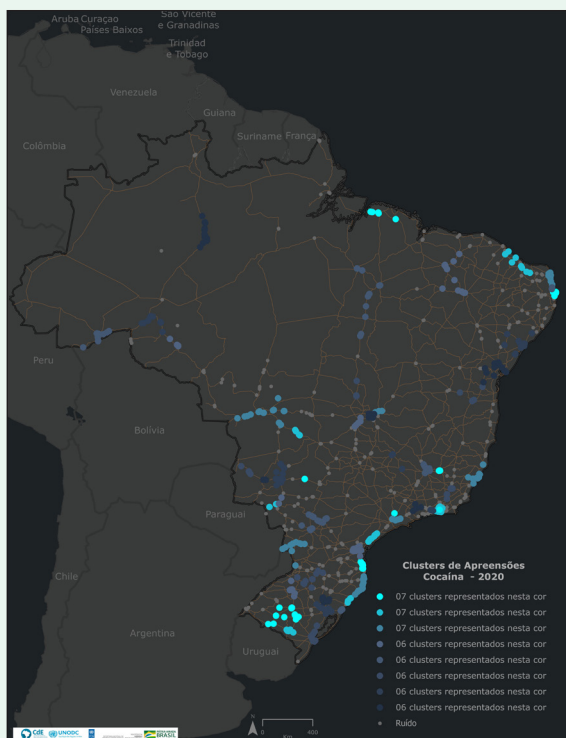
¹³ O *HDBSCAN* é um algoritmo de agrupamento hierárquico que aplica distâncias incrementais para dividir os dados em *clusters* significativos enquanto remove o ruído (CAMPELLO et al., 2015) e é um dos algoritmos de agrupamento baseados em densidade. Esses algoritmos consideram pontos a serem concentrados em uma região geográfica (alta densidade), enquanto rotulam como ruído (baixa densidade) aqueles pontos que não têm vizinhos dentro de uma distância próxima (HALKIDI et al. 2001). São utilizados para realizar agrupamento espacial de características de pontos e lidar melhor com outliers espaciais (ruído), especialmente quando grandes quantidades de pontos de dados são analisadas (GREKOUSIS, 2020).

¹⁴ O termo “Cluster” se refere a um grupo geograficamente delimitado de ocorrências de tamanho e concentração suficientes para ser improvável que tenha ocorrido por casualidade.

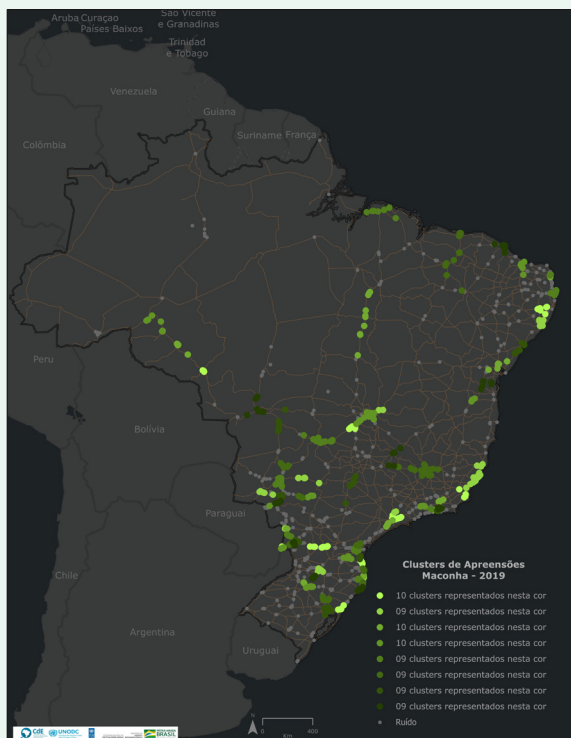
Mapa 1 – Cluster de apreensão de cocaína em 2019



Mapa 2 – Cluster de apreensão de cocaína em 2020



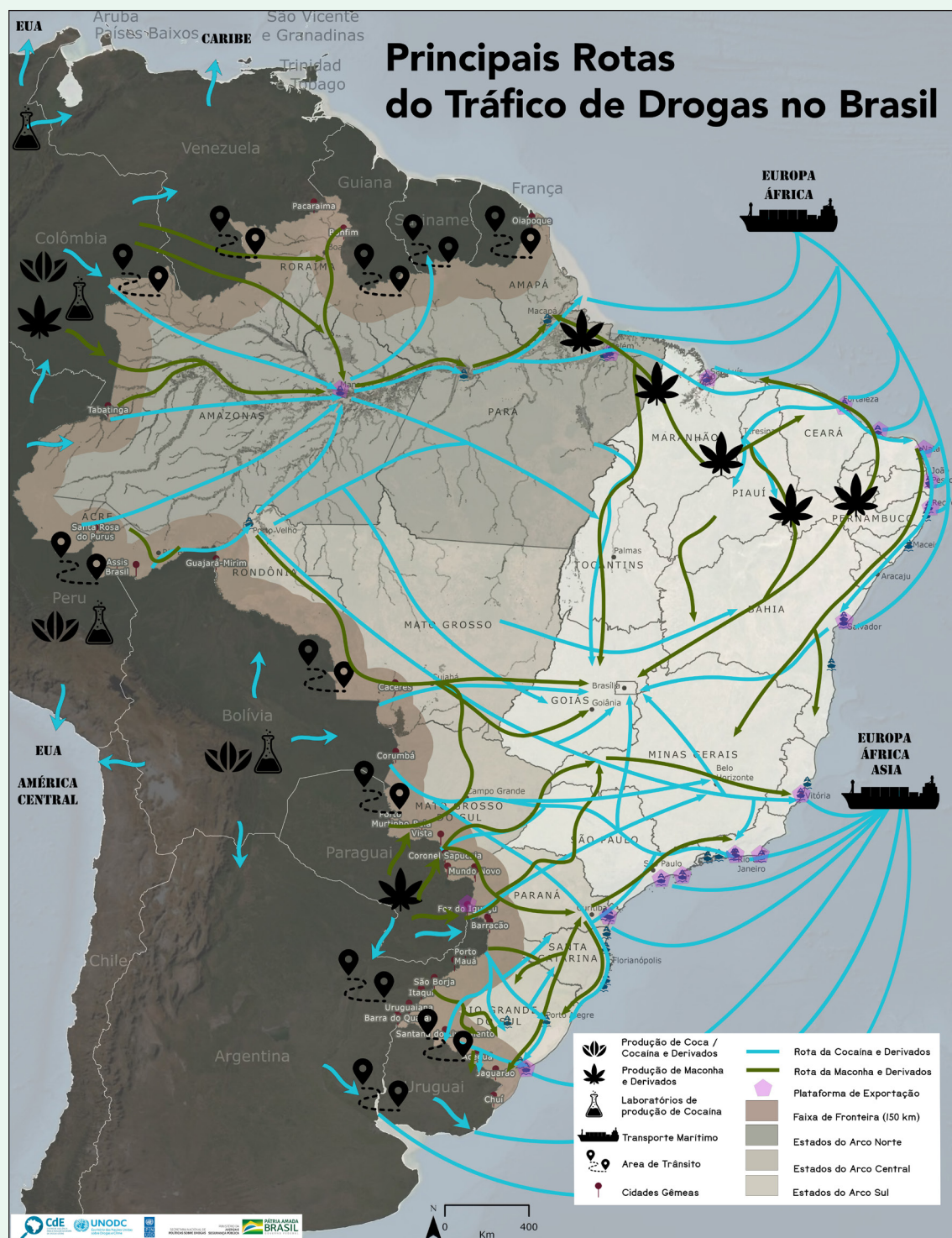
Mapa 3 – Cluster de apreensão de maconha em 2019



Mapa 4 – Cluster de apreensão de maconha em 2020



Mapa 5 – Principais rotas do tráfico ilícito no Brasil



Constatações – o que os mapas mostram:

- O mapa 5 mostra os principais pontos de origem de maconha e cocaína, sendo muitos deles em cidades gêmeas (Bonfim, Pacaraima, Tabatinga, Santa Rosa do Purus, Assis Brasil, Guajará-Mirim, Corumbá, Cáceres, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Ponta Porã, Foz do Iguaçu, Barracão, Porto Mauá); e os de destino, tanto no interior do país, como a região metropolitana do Distrito Federal e Manaus, quanto na fronteira marítima (Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá). Nessas localidades, foram registradas grandes apreensões de cocaína. É necessário esclarecer que as principais revelações dessas relações estão em torno dos pontos de trânsito, que são visíveis nas concentrações dos *clusters* de apreensões de cocaína e maconha, tanto para o ano de 2019 como para o ano de 2020 (Mapas 1, 2, 3, 4).
- Destaca-se a relação das rotas com as áreas de produção de cocaína e maconha, os principais modais de transporte, os territórios com elevado consumo e as plataformas de exportação.
- Relevância das regiões fronteiriças que, além de pertencerem a áreas próximas aos principais países produtores, desempenham um papel central na distribuição, pois são, ao mesmo tempo, o destino e a origem do trânsito internacional, no que diz respeito ao tráfico de cocaína para o território nacional, Europa, África e Ásia.
- As apreensões de cocaína estão concentradas nas áreas de fronteira, principalmente nas cidades de Rio Branco, Porto Velho, Cáceres, Corumbá, Ponta Porã, Dourados e Foz do Iguaçu.
- O comportamento espacial dos *clusters* sugere que, à medida que aumentaram os esforços de interdição das rotas tradicionais, os traficantes podem ter buscado alternativas e diversificado as rotas para a região sul do país no ano de 2020, durante a pandemia.
- Foram identificadas maiores concentrações de apreensões de cocaína nas cidades gaúchas de Santana do Livramento e Aceguá em 2020. É provável que, devido aos esforços de interdição, essas cidades tenham atrativos geoestratégicos como rotas alternativas para o tráfico de drogas, mostrando uma possível adaptação das organizações criminosas.
- No mapa 5, as rotas de tráfico para os portos localizados na fronteira marítima são utilizadas como plataformas de exportação e correspondem ao envio de cocaína (linhas azuis) para a Europa, a África e a Ásia.
- O Brasil continua sendo uma região estratégica para o trânsito de cocaína, sem grandes mudanças nas rotas tradicionalmente estabelecidas desde o período anterior à pandemia da covid-19. Há uma forte resiliência por parte das organizações do tráfico de drogas, com grande capacidade de adaptação e diversificação de rotas — discussão amplamente abordada no presente estudo.

- Em relação às rotas do tráfico de maconha, foi identificada uma tendência de pequena magnitude que aponta para as cidades de Pacaraima e Boa Vista como pontos de entrada, provavelmente para a maconha proveniente da Colômbia, que chega ao território nacional através das redes hidrográficas entre a região sul da Venezuela e o Estado de Roraima. Nesse caso particular, através da análise de fontes abertas, foi identificada a existência de uma possível rota ligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que utiliza as redes fluviais das cidades fronteiriças colombianas La Pedrera e Leticia até Manaus.
- Concentração de *clusters* de apreensões de maconha nos estados que fazem parte do Polígono da Maconha, refletindo um forte direcionamento para o Nordeste do país.
- No tráfico de maconha, observa-se uma forte conexão entre as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu, cujas rotas se cruzam na cidade de Cascavel e depois continuam até Curitiba, onde se observa a continuidade para distribuição aos mercados do Sudeste e Sul do país.
- Em 2020, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou novos *clusters* que não estavam presentes em 2019. Os dados evidenciam uma tendência de deslocamento progressivo em direção ao sul do país. É possível inferir a existência de uma nova rota para o tráfico de cocaína e maconha que conecta o Estado do Rio Grande do Sul com o país vizinho, Uruguai. A presença dessa nova rota, ou o aumento de seu uso, pode ser atribuída à facilidade de acesso às redes de transporte terrestre entre os dois países e à proximidade dos portos marítimos, como alternativa para evitar esforços de interdição nos principais portos do Nordeste e Sudeste do país — historicamente identificados pelas forças de segurança como instalações de alto risco para o tráfico de drogas. Tal comportamento pode ser observado, por exemplo, no mapa 1, em que existe um padrão definido, concentrado no nordeste e sudeste da costa marítima, enquanto no mapa 2 esse padrão se diversifica e se concentra no sul do país.
- A análise GEOINT sugere que, apesar das restrições decorrentes da covid-19 terem reduzido as possibilidades do tráfico de drogas por via aérea, as apreensões nas principais rotas de acesso terrestre do território nacional não diminuíram, e o impacto da pandemia também não se estendeu às modalidades que utilizam meios de transporte marítimos. Pelo contrário, houve um aumento das concentrações de apreensões ao longo de toda a costa marítima do país, o que pode sugerir que as organizações criminosas intensificaram os esforços para utilizar a infraestrutura portuária e continuar suas atividades ilícitas destinadas ao tráfico internacional de drogas.

As organizações dedicadas ao tráfico de drogas têm se caracterizado por sua grande mutabilidade e resiliência durante a pandemia, com rápida capacidade de adaptação aos contextos vivenciados. Em algumas localidades, observou-se um novo *modus operandi* e a aceleração de dinâmicas pré-existentes, tais como modificação de rotas e aumento da

produção. Uma evidência da resiliência dessas organizações durante o período mais restritivo da pandemia de covid-19 foi a constatação do aumento de produção, tráfico e consumo de maconha (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b). Com relação ao tráfico de cocaína, percebeu-se uma ampliação do uso de pequenas aeronaves e transporte marítimo.

Além disso, a disponibilidade de drogas ilícitas na Europa foi mantida (EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION, 2021).

Tendo em vista essa conjuntura, o principal objetivo deste estudo foi *investigar possíveis mudanças no padrão do tráfico de drogas (principalmente maconha e cocaína) durante a pandemia da covid-19 no Brasil e identificar tendências e cenários futuros*. Para tanto, a pesquisa se estruturou em uma etapa quantitativa, na qual foram coletados dados de apreensões de drogas de instituições federais e estaduais de três UF's (PR, MS e SP), e uma

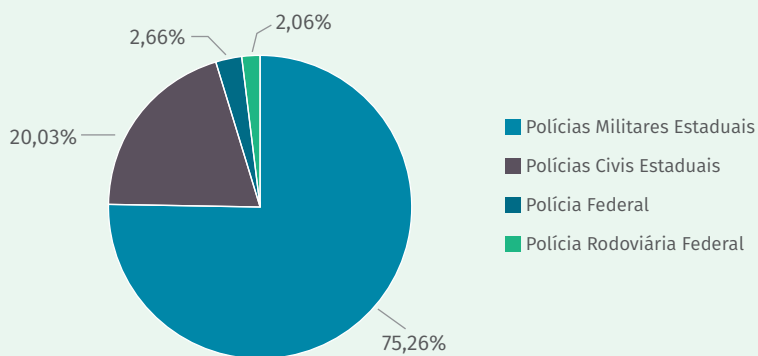
etapa qualitativa, em que foram realizadas entrevistas e grupos focais com o objetivo de compreender as percepções dos profissionais que atuam na fiscalização e na repressão ao tráfico de drogas.

O Brasil possui um complexo arranjo organizacional no âmbito da segurança pública, com polícias ligadas ao governo federal ou aos governos estaduais, e com distintas atribuições. O seguinte quadro busca descrever de maneira resumida as principais instituições policiais do país.

Instituições de segurança pública no Brasil

A constituição brasileira define a segurança pública em seu artigo 144, o qual lista as polícias e delega suas principais incumbências. O gráfico a seguir expressa a proporção do efetivo das principais polícias do país, as quais possuem mais de 500 mil profissionais em todo o território nacional.

Figura 1 – Proporção do efetivo das principais polícias do Brasil



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Painel Pesquisa Perfil do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2017).

O Brasil é constituído por 27 UF's, e cada uma delas possui uma polícia civil e uma polícia militar, totalizando, portanto, 54 forças de segurança. Além delas, na estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no âmbito federal, encontram-se mais duas polícias: a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). No caso das polícias estaduais, o comando é definido pelos governos de cada UF. Por sua vez, a direção das polícias de âmbito federal é uma decisão do MJSP, subordinado à Presidência da República. Além disso, segundo o IBGE, mais de 1.000 municípios brasileiros contam com uma Guarda Municipal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015), que atua na preservação patrimonial e eventualmente exerce uma função ostensiva.

Em 2018, foi aprovada a lei que estabelece a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria mecanismos para estimular a integração entre as forças de segurança pública nas esferas municipal, estadual e federal.

Além do trabalho de repressão realizado pelas polícias, destacam-se outros agentes de fiscalização que desempenham um importante papel no combate ao tráfico de drogas, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que atua na inspeção de cargas alimentícias, e a Receita Federal do Brasil (RFB), ligada ao Ministério da Economia, responsável pela fiscalização dos fluxos de bens de consumo que passam pelo país.

Considerando o tema do estudo, foi dada atenção especial a uma política pública elaborada pelo MJSP que tem o objetivo de induzir e apoiar o policiamento em áreas de fronteira, o *Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas* (VIGIA¹⁵). Essa política pública ganha especial importância nesta análise, tendo em vista que uma de suas principais operações, a *Hórus*, teve início poucos meses antes da pandemia, impulsionando o trabalho

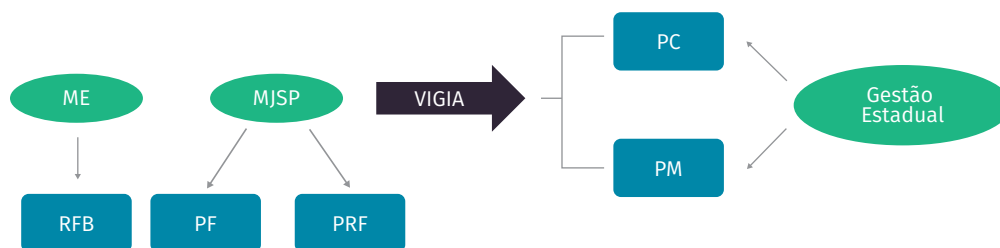
de cooperação policial no período analisado, em regiões de fronteira e com foco para a repressão ao narcotráfico. Portanto, analisar as possíveis influências da covid-19 no tráfico de drogas requer compreender o contexto mais amplo e considerar, dentre outros aspectos, o programa VIGIA.

A etapa qualitativa demonstrou que a pandemia teve relevante efeito no trabalho e na vida dos profissionais da segurança pública e de fiscalização do tráfico de drogas, uma vez que essas atividades não foram interrompidas, por serem consideradas essenciais para a sociedade. Alguns aspectos dessas dificuldades também serão abordados como parte importante para compreender a dinâmica da atividade dos órgãos de repressão.

Instituições nacionais e estaduais (MS, PR e SP) contribuíram para a elaboração deste estudo. Dentre as quais, algumas se destacam, como demonstrado na figura abaixo:

¹⁵ Informações mais detalhadas sobre essa política podem ser encontradas no box 2.

Figura 2 – Instituições interlocutoras do presente estudo



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Na análise, foram contemplados dados e informações das seguintes instituições na esfera federal:

- Receita Federal do Brasil (RFB): alocada no Ministério da Economia, exerce a função de administração tributária e aduaneira no país, tendo destaque na fiscalização de cargas em portos e aeroportos e cumprindo um importante papel na repressão ao tráfico de drogas.
- Polícia Federal (PF): tem a incumbência de investigar infrações penais de interesse da União, dentre diversas outras atividades complexas, entre as quais cabe ressaltar o trabalho de combate ao narcotráfico transnacional¹⁶.
- Polícia Rodoviária Federal (PRF): atualmente, tem sob sua responsabilidade a segurança viária e a prevenção e repressão qualificada ao crime. Sua atuação se dá nos mais de 71 mil quilômetros de rodovias e estradas federais em todos os estados brasileiros e nas áreas de interesse da União¹⁷.

Já no âmbito estadual, a segurança pública é de responsabilidade das Polícias Cíveis e Militares, tendo cada unidade da federação seus representantes:

- Polícia Civil (PC): exerce o papel de polícia judiciária estadual, responsável por investigar infrações penais tipificadas no código penal – exceto as de incumbência da PF.
- Polícia Militar (PM): atua no policiamento ostensivo, assegurando a lei e a ordem por meio de uma atuação preventiva.

Muitas dessas instituições forneceram dados de apreensões de drogas ilícitas, assim como disponibilizaram profissionais para participar de entrevistas e grupos focais. Dessa maneira, foi possível combinar diferentes técnicas de pesquisa com o intuito de compreender a complexa atuação das instituições responsáveis pela fiscalização e repressão ao tráfico de drogas, permitindo que o estudo identificasse relevantes aspectos desse tipo de crime durante a pandemia da covid-19.

2.1 Estrutura e limitações do estudo

Como forma de orientar a leitura do estudo, o texto foi dividido em duas seções: maconha e cocaína. Em cada uma delas é feito um esforço de compreender os aspectos que diferenciam os dois tipos de mercado e os dados de apreensões realizados pelas diversas instituições envolvidas na repressão ao tráfico de drogas.

É importante destacar que as quantidades de apreensões devem ser lidas com cautela, já que, muitas vezes, o trabalho das instituições policiais no Brasil ocorre de forma fragmentada. Dentro do sistema de justiça criminal brasileiro, o fluxo das atividades pode ocorrer de diversas maneiras. Uma apreensão pode ser feita por uma polícia ostensiva (Polícia Militar ou Polícia Rodoviária Federal) ou por uma agência de fiscalização (Receita Federal, Ministério da Agricultura etc.) e ser encaminhada para uma polícia judiciária (Polícia Civil ou Polícia Federal), que irá prosseguir na investigação e/ou trâmites para oferecer denúncia ao Ministério Público. Outro cenário possível é que uma polícia judiciária realize a apreensão

¹⁶ Para mais detalhes, o site desta polícia disponibiliza o organograma. Ver em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura/view>. Acesso em 25 ago. 2021.

¹⁷ Para mais detalhes, o site desta polícia disponibiliza o organograma. Ver em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma-prf-3.pdf>. Acesso em 25 ago. 2021.

e, a partir disso, dê prosseguimento aos trâmites investigativos que subsidiarão o sistema de justiça criminal. Por conta dessa complexidade de fluxos, não é viável, por exemplo, somar as apreensões realizadas por instituições diferentes.

Outra dificuldade a ser levada em consideração é a relação entre apreensões de drogas ilícitas e seus impactos nas atividades das organizações criminosas. Uma maior ou menor quantidade de apreensões não significa, necessariamente, um indicativo de maior ou menor fluxo de drogas passando pelo território nacional ou, ainda, aumento ou diminuição das atividades de grupos criminosos. O trabalho de repressão ao tráfico de drogas — e o próprio crime organizado — é complexo e envolve muitas dimensões e fatores. Os dados de apreensões podem

ajudar a compreender algumas tendências, as quais devem ser avaliadas como partes de informações de um cenário articulado e complexo, dado que a atuação das organizações criminosas ocorre, necessariamente, de maneira clandestina.

A fim de garantir o caráter técnico do estudo, as fontes de informações e os procedimentos metodológicos serão descritos na próxima seção. Posteriormente, será realizada uma análise do contexto das instituições de segurança pública e os efeitos da pandemia nessas organizações policiais para, em seguida, debater os dados de apreensões de drogas ilícitas (principalmente maconha e cocaína) e apresentar aspectos dos efeitos da covid-19 no tráfico de drogas.

3

Estratégias metodológicas

Como estratégia metodológica, este estudo utilizou a triangulação de dados, conceito que privilegia o uso de diferentes técnicas de pesquisa. Na etapa quantitativa, foi realizada a articulação com os interlocutores para obtenção de dados, no nível mais desagregado possível, de apreensões de drogas ilícitas, além de uma identificação das dinâmicas de trabalho e alterações ocorridas no período. Dessa maneira, foi possível compreender parte das eventuais mudanças na resposta policial ao tráfico de drogas e, de forma indireta, na atuação das organizações criminosas.

Na etapa quantitativa, foram utilizados os arquivos de dados compilados repassados pela PF, PRF e Secretarias de Segurança Pública.

Os dados compartilhados pela PF trazem informações acerca das apreensões de diversos tipos de drogas ao longo de um determinado intervalo de tempo, bem como as apreensões feitas em aeroportos e portos. O Quadro 2 informa o período do banco de dados, além das variáveis contidas, limitações e como as informações foram utilizadas.

Quadro 2 – Dados da Polícia Federal

Banco de Dados	Período estudado	Variáveis contidas	Como foi utilizado
Apreensões	De 2014 a maio de 2021	Ano, mês, Unidades Federativas (UF), tipo de droga, quantidade de droga apreendida, unidade de apreensão.	Foi feita uma análise de <i>changepoints</i> e média móvel com a série temporal para os tipos de drogas. Também foi analisada a quantidade apreendida levando em consideração as UFs.
Aeroportos	De 2009 a abril de 2021	Ano, cidade/aeroporto, tipo de droga, quantidade de presos, nacionalidade, faixa etária, quantidade de droga apreendida, unidade de apreensão.	Foi feita uma análise de média móvel com a série temporal para cocaína e maconha. Também foi estudada a quantidade apreendida levando em consideração as UFs. Estudaram-se também as nacionalidades dos presos.
Portos	De 2014 a maio de 2021	Ano, mês, localidade do porto, país de destino, quantidade de droga apreendida.	Foi feita uma análise de média móvel com a série temporal para a quantidade apreendida de cocaína. Também se verificou quais eram os portos com maior quantidade apreendida por ano e os países de destino mais frequentes em cada ano. Foi elaborado um mapa de fluxo que permite visualizar o destino pretendido das apreensões de cocaína feitas nos principais portos brasileiros.

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Os dados da PRF se referem às apreensões de drogas realizadas em rodovias federais no período entre janeiro de 2019 e março de 2021, sendo utilizadas para esse estudo apenas aquelas com disponibilidade de informações georreferenciadas. Eles trazem informações acerca

das ocorrências individuais, permitindo estudar a quantidade de ocorrências sobre tráfico para cada dia, mês e ano, e estão separados por tipo de droga (maconha e cocaína). O Quadro 3 informa mais detalhes acerca desses dados.

Quadro 3 – Dados da Polícia Rodoviária Federal

Banco de dados	Período estudado	Variáveis contidas	Como foi utilizado
Apreensões	2019 e 2020	Data da ocorrência (dia/mês/ano), coordenadas geográficas, endereço da ocorrência (rodovia, km, município, UF), quantidade apreendida, unidade de apreensão.	Foi feita uma análise de <i>changepoints</i> e média móvel com a série temporal para cocaína e maconha, somente com os dados georreferenciados. Também foram realizadas análises geoespaciais, por meio de mapas: temáticos coropléticos para representar diferenças quantitativas nas apreensões de drogas nas UFs; de símbolos proporcionais; de pontos quentes; temáticos de variação percentual e de contagens de apreensões individuais por UF.

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Por sua vez, os dados da Receita Federal informam as apreensões de cocaína em portos e aeroportos do Brasil, tendo seus detalhes apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Dados da Receita Federal

Banco de dados	Período estudado	Variáveis contidas	Como foi utilizado
Apreensões nos portos brasileiros	De 2018 a 2020	Apreensões de cocaína nos portos brasileiros.	Compreender a dinâmica de apreensão de cocaína nos portos do Brasil.
Apreensões nos portos de SP, SC e PR	De 2019 a 2021	Portos, data da ocorrência e quantidade apreendida.	Foi realizado o estudo das apreensões de cocaína nos portos de Itajaí/Navegantes, Itapoá e Paranaguá ao longo do tempo, bem como aplicada a média móvel nos dados de apreensões.

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas

O Quadro 5 informa detalhes sobre as bases de dados utilizadas para análise dos estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de São Paulo. O primeiro teve como base as informações da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MS); o segundo, os dados do Centro de Análise, Planejamento e

Estatística (CAPE) da Secretaria da Segurança Pública (SESP/PR); e o terceiro, as informações do Núcleo de Exame de Entorpecentes (NEE) do Instituto de Criminalística (IC) da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de São Paulo (SPTC/SP) e da Polícia Militar de São Paulo (PMSP).

Quadro 5 – Dados locais de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de São Paulo

Banco de dados	Instituição fonte	Período estudado	Variáveis contidas	Como foi utilizado
Apreensões em MS	SEJUSP/MS	De 2019 a 2020	Ano da apreensão, quantidade apreendida, tipo de droga, tipo de localidade.	Foi feita uma análise da quantidade apreendida na capital e no interior de Mato Grosso do Sul por ano, segundo tipo de droga.
Apreensões no PR	CAPE-SESP/PR	De janeiro de 2017 a agosto de 2021	Data de ocorrência (dia/mês/ano), UF, endereço do fato, coordenadas geográficas, unidade de medida, quantidade apreendida.	Foi realizado o estudo das apreensões de cocaína e de maconha no Paraná, bem como aplicada a média móvel.
Apreensões na cidade de São Paulo	NEE/IC/SPTC/SP	De janeiro de 2019 a dezembro de 2020	Ano do registro e da origem, unidade, grupo de natureza, natureza do exame, local do exame, endereço do fato, data e hora da abertura, data e hora da execução, data e hora da conclusão, data e hora da emissão, peça, resultado, peso líquido, unidade de medida.	Foi feita uma análise do número de exames positivos por ano, segundo o tipo de droga.
Apreensões em SP	PMSP	De janeiro de 2019 a junho de 2021	Data da ocorrência (semana, dia, mês, ano e hora), endereço do fato, coordenadas geográficas, departamento responsável, tipo de droga, quantidade apreendida.	Foi feita uma análise da quantidade apreendida de droga por ano, segundo o município, bem como um estudo entre mês da apreensão e dia da semana para identificar possíveis tendências.

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas

Além das técnicas descritivas, como frequência e média, as mais utilizadas para as análises no estudo quantitativo foram: pontos de mudança (*changepoints*), método de médias móveis, teste qui-quadrado de *Pearson* e análises geoespaciais.

A análise de pontos de mudança, ou *changepoints*, consiste em identificar pontos de mudança em uma série temporal, independentemente de os dados terem distribuição normal ou não. Essa técnica verifica o momento em que as estimativas do ponto mudam atra-

vés dos parâmetros da distribuição dos dados, dividindo-os em subsegmentos e estimando os parâmetros para cada segmento. Para este estudo, utilizou-se a segmentação binária, a qual analisa cada segmento e o reparte em dois se há mudança, criando outros segmentos e analisando-os em seguida, considerando a média como o parâmetro da análise (KILLICK, ECKLEY, 2014; ARIF *et al.*, 2017).

O método de médias móveis simples, segundo Morettin e Toloi (2006), é uma técnica de suavização de séries temporais que calcula a média de n observações mais recentes, substituindo as mais antigas, sem ponderação. O número de observações escolhido impacta no método e pode ser determinado de maneira subjetiva, bem como selecionando aquele que “fornece a ‘melhor previsão’ a um passo das observações já obtidas”.

Por sua vez, a análise geoespacial é um conjunto de métodos, técnicas e estatísticas que integram conceitos como localização, área, distância e interação para analisar, investigar e explicar, em um contexto geográfico, padrões, tendências ou comportamentos entre observações espacialmente referenciadas de fenômenos que se manifestam no espaço, permitindo uma melhor tomada de decisão (GREKOUSIS, 2020). Nesse sentido, foram produzidos os seguintes mapas temáticos:

■ **Coropléticos:** são mapas estatísticos temáticos que representam diferenças quantitativas nos dados por meio de tonalidades de diferentes cores nas áreas geográficas que estão sendo mapeadas. As áreas mais claras representam valores menores, e as áreas mais escuras representam valores maiores, permitindo a identificação de diferenças e padrões dos fenômenos mapeados (FIELD, 2018). São usados para obter uma perspectiva gráfica da distribuição espacial dos valores de uma variável específica em toda a área de estudo. Nos mapas desenvolvidos para este estudo, cada polígono foi representado a partir do valor correspondente às

apreensões em cada estado, considerando este tipo de variável como espacialmente extensivo (GREKOUSIS, 2020).

■ **Símbolos proporcionais:** mostram diferenças quantitativas entre as características mapeadas por meio de símbolos que devem ser projetados, de tal forma que se possa distinguir diferentes magnitudes de dados pela variação do tamanho do símbolo (FIELD, 2018).

■ **Pontos quentes:** permitem examinar a distribuição geográfica do crime e identificar onde os níveis parecem ser mais altos, e utilizam técnicas de agrupamento espacial como a Estimativa de Densidade de Kernel (*Kernel Density Estimation – KDE*), a estatística local de Moran I e a estatística G_i^* de Getis-Ord, que indicam como o nível de crime em cada local está espacialmente associado ao crime em locais vizinhos. Neste estudo, os pontos quentes foram identificados por meio da estatística G_i^* de Getis-Ord, pois a técnica não só identifica onde os grupos criminosos estão localizados, mas também pode determinar o que é quente em termos estatísticos (CHAINEY, 2021).

■ **Fluxo:** permitem representar movimentos lineares entre localidades e podem mostrar diferenças qualitativas entre tipos de fluxos ou representações quantitativas por meio da magnitude das linhas, que geralmente mudam (cor e valor) em proporção à quantidade que está sendo mapeada (FIELD, 2018).

■ **Temáticos de contagem de apreensões individuais:** facilitam a visualização da quantidade de apreensões individuais em cada unidade geográfica mapeada.

Na etapa qualitativa do estudo, buscou-se realizar entrevistas semiestruturadas com profissionais no nível de gestão em instituições que atuam na fiscalização e repressão ao tráfico de drogas, com o intuito de reunir percepções daqueles que trabalham no plane-

jamento e formulação das ações. De maneira complementar, foram realizados grupos focais com profissionais no nível operacional, a fim de compreender as realidades e dificuldades no cotidiano das pessoas que trabalham diretamente no enfrentamento do tráfico de drogas¹⁸.

A entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa tradicional das Ciências Sociais em que se combinam questões abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto de maneira mais livre. Essa técnica assemelha-se a uma conversa informal e possibilita a descoberta de novos temas, tendo em vista a característica elástica do questionário elaborado, que não delimita exatamente como deve ser a entrevista e permite o aprofundamento de temas complexos e delicados (BONI; QUARESMA, 2005).

Já o grupo focal é uma técnica de pesquisa cada vez mais utilizada no âmbito das abordagens qualitativas, uma vez que busca reunir pessoas com características em comum, considerando o objeto de pesquisa, que poderão debater sobre um assunto a partir de suas experiências pessoais.

Segundo Morgan e Krueger (1993), a pesquisa com grupos focais permite captar uma multiplicidade de significados, atitudes e reações que emergem a partir da interação entre os participantes da pesquisa, ocasionada pelo contexto de troca de informações e experiências. Nesse sentido, o grupo focal permite coletar informações em menor tempo e auxilia na compreensão de processos de construção da realidade e práticas cotidianas, possibilitando também perspectivas diferentes sobre uma mesma questão.

¹⁸ Ao todo foram realizadas 21 entrevistas e 7 grupos focais.

Figura 3 – Grupo focal no Paraná



Figura 4 – Entrevista em Mato Grosso do Sul



Figuras 5 e 6 – Visita técnica ao porto de Santos



As entrevistas e grupos focais trouxeram uma importante contextualização do trabalho das instituições que atuam na fiscalização e repressão ao tráfico de drogas, assim como pistas para compreender a dinâmica de organizações criminosas. Um dos desafios deste estudo foi o de construir um diálogo entre as diferentes fontes de informação, estudos científicos e técnicas de pesquisa.

Desse modo, a próxima seção busca trazer um panorama geral do contexto do trabalho policial durante a pandemia para, em seguida, analisar os dados de apreensões de maconha e cocaína, os quais possibilitarão traçar algumas análises sobre o tráfico de drogas no Brasil.

4

Influência da pandemia no trabalho de enfrentamento do tráfico de drogas

4.1 As atividades de fiscalização e repressão ao tráfico de drogas

É necessário levar em consideração que as conclusões de estudos sobre a influência da pandemia no tráfico de drogas estão em construção até o presente momento, uma vez que se trata de uma crise recente, com efeitos e desdobramentos ainda em andamento. Com o mesmo cuidado, os dados e análises deste estudo devem ser entendidos como um esforço de apontar algumas tendências, que naturalmente possuem limitações.

Ainda que este estudo não tenha o objetivo de propiciar uma visão completa do tráfico transnacional de drogas, ele oferece subsídios relevantes que contribuem para o avanço do conhecimento na área de políticas sobre drogas e para a atuação das instituições de segurança pública no Brasil.

Para melhor compreender o conteúdo abordado nas entrevistas e grupos focais, foi elaborada uma nuvem de palavras. Essa técnica tem como objetivo destacar as palavras mais frequentes a partir das transcrições obtidas por meio da abordagem qualitativa.

Figura 7 – Nuvem de palavras a partir de entrevistas e grupos focais



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Naturalmente, como a pesquisa tem como foco identificar a influência da pandemia da covid-19 no tráfico de entorpecentes, a palavra “pandemia” aparece em destaque, assim como “drogas”. Fica evidente, ainda, o realce das palavras “maconha” e “cocaína”, as quais serão tratadas de maneira transversal neste estudo.

A palavra “federal” aparece em destaque, sendo mencionada a importância do trabalho das polícias nessa esfera. “Paraguai” também surge na nuvem, pois, como os estados de MS e PR fazem extensa fronteira com o país, fica evidente que a relação com as autoridades paraguaias é um aspecto importante na segurança pública desses estados.

O assunto “trabalho”, geralmente relacionado ao cotidiano das instituições, também aparece com destaque. Isso foi observado em todas as entrevistas, ocasiões em que os interlocutores descreveram em detalhes as atividades realizadas por eles. Os temas “operação”, “fronteiras” e “apreensões” também foram bastante mencionados na etapa qualitativa.

Ao analisar os possíveis efeitos da pandemia no tráfico de drogas no Brasil, é necessário considerar seus desdobramentos no trabalho das forças de segurança. Nesse sentido, as entrevistas e grupos focais também buscaram compreender quais estratégias sanitárias foram adotadas por diversas instituições no período, assim como a percepção dos profissionais que atuam na chamada “linha de frente” sobre seu trabalho.

O termo “linha de frente” é caracterizado pela literatura sobre políticas públicas como aqueles profissionais que atuam face a face com os cidadãos. Na segurança pública, e neste estudo, eles são policiais civis, militares, federais, rodoviários federais, entre outros que, devido ao caráter essencial de seus trabalhos, não tiveram suas atividades interrompidas e viveram a constante exposição ao vírus.

Para além dos policiais que atuam na ponta, todos os interlocutores deste estudo, em alguma medida, relataram influência da pandemia da covid-19 no desempenho de suas funções. Houve muitos relatos de profissionais que foram infectados pelo vírus e tiveram que ficar em isolamento, reduzindo o efetivo de trabalho. Adicionalmente, algumas atividades puderam ser executadas à distância e outras não, tendo em vista que o policiamento ostensivo e a realização de operações necessitam da presença dos profissionais. Os dados e informações coletados indicam que, de forma geral, todas as instituições pesquisadas buscaram adaptar o trabalho cotidiano às recomendações sanitárias, especialmente no início da pandemia. Dentre essas mudanças, dois contextos foram identificados.

O primeiro refere-se às alterações no ambiente interno de trabalho e à proteção dos profissionais, a fim de gerir o risco de contaminação. Destacam-se o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscara e álcool em gel, e a observação do distanciamento social. Em alguns casos, como o de profissionais que não atuam na “linha de frente”, houve a possibilidade de arranjos flexíveis de trabalho, como o teletrabalho. Ainda sobre esse tópico, ressalta-se a preocupação demonstrada pelos interlocutores em posição gerencial para o monitoramento periódico de indicadores de contaminação de policiais, bem como a adoção de planos e medidas para contenção do vírus e adaptações no quantitativo de pessoas nos trabalhos em equipe, por meio de revezamentos e mudanças nas escalas de trabalho.

Já o segundo contexto se relaciona às principais adaptações para a continuidade do trabalho em contato direto com a população. Nesse aspecto, permanecem todos os elementos supracitados, além do ajuste das atividades policiais que abrangem o cidadão. Por exemplo, muitos interlocutores relataram a diminuição de abordagens com menores indícios de suspeita nas primeiras semanas da crise.

Segundo eles, esse período inicial foi necessário para compreensão das diretrizes sanitárias e reprogramação das atividades, já que a atuação policial requer, em muitos momentos, abordagens físicas, atendimentos em delegacias, entre outros. Segundo interlocutores, com essas adaptações, o trabalho dos policiais da fronteira também foi impactado, pois a abordagem de pessoas e realização de entrevistas é uma ferramenta importante para o trabalho cotidiano.

Algumas atribuições do trabalho policial puderam ser adaptadas e realizadas remotamente, sobretudo algumas atividades de polícia judiciária. Segundo um interlocutor do âmbito federal, logo no início da pandemia, foi possível dar continuidade às ações a distância, como atividades de inquérito, análise de dados, entre outras. No entanto, tarefas como a deflagração de operações foram prejudicadas, o que afetou algumas investigações e ações policiais.

Uma prática muito comum das polícias ostensivas é a realização de abordagens. Segundo alguns interlocutores dos âmbitos federal e estadual, esse contato direto com as pessoas que transitam em rodovias foi dificultado pela pandemia. Normalmente, quando as pessoas são abordadas, é realizada uma “entrevista”¹⁹ para orientar uma possível averiguação.

Além disso, o policiamento ostensivo esteve, muitas vezes, focado no monitoramento do cumprimento de medidas restritivas de circulação e de funcionamento de estabelecimentos, bem como na orientação da população para a observância dos decretos estaduais definidos. Adicionalmente, ocorreram arranjos para viabilizar o atendimento ao público, como a oferta de serviços remotos, a fim de proteger tanto o cidadão quanto o policial. Outro exemplo desses arranjos é, no caso da segurança viária, a prorrogação dos prazos de pagamento de multas.

¹⁹ Técnica muito comum descrita pelos policiais para sondar a reação e coerência da pessoa abordada diante da polícia.

Esses ajustes foram realizados de forma a garantir a ininterruptibilidade do trabalho policial, dado que se trata de um serviço público essencial e que, por isso, “não pôde parar”. Em decorrência disso, os interlocutores relataram que se sentiam individualmente afetados e mais vulneráveis à medida que eram infectados e/ou precisavam adotar medidas restritivas na vida pessoal devido ao trabalho desenvolvido, com risco de exposição ao vírus. Relatos de restrições de convívio com parentes próximos, como pais idosos e até mesmo filhos, foram apresentados como impactos que a função policial trouxe para a qualidade de vida dos indivíduos.

Pesquisas desenvolvidas no Brasil pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) corroboram essas falas, dado que, segundo o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do FBSP, a covid-19 foi a maior causa externa de mortes de policiais no Brasil, em 2020 (LIMA; BUENO, 2021).

Tabela 2 – Causas de mortes externas de Policiais Civis e Militares – Brasil 2020

PMs e PCs mortos por covid-19	472
PMs e PCs mortos na folga	131
PMs e PCs mortos em serviço	51
Suicídio de PMs e PCs da ativa	50

Fonte: LIMA; BUENO, 2021.

Além do Anuário, outro estudo *on-line* realizado pela instituição buscou compreender a percepção de policiais militares e civis sobre os impactos da crise em seu trabalho. Foram coletadas 1.540 respostas voluntárias de profissionais da segurança pública entre abril e maio de 2020. Os dados revelaram que a maioria dos policiais sentia “medo de contrair ou ter algum familiar contaminado pelo novo coronavírus”. Em relação ao recebimento de EPIs, tais como

máscara e álcool em gel, para a realização do trabalho durante a pandemia, dentre os policiais militares e civis do Estado de São Paulo, 46% dos respondentes afirmaram ter recebido EPIs adequados para o desenvolvimento de seu trabalho. Nos outros estados brasileiros, apenas 32,1% dos policiais respondentes afirmaram o mesmo.

No que se refere à percepção dos policiais civis e militares brasileiros quanto às formas de interação com os cidadãos, mais de 80% dos respondentes afirmaram que a pandemia ocasionou alterações nessas relações e, consequentemente, no trabalho policial, por meio das abordagens, atendimentos, entre outras atividades (LOTTA, *et al.*, 2020), o que também corrobora os relatos coletados em campo.

Mediante o exposto, conclui-se que o trabalho das forças de segurança brasileira que atuam no enfrentamento do tráfico de drogas, bem como os operadores individualmente, foram afetados diretamente pela covid-19, tanto no desenvolvimento de suas atividades, quanto em sua vida pessoal. Entretanto, no segundo semestre de 2021, após a ampliação da cobertura vacinal, a adaptação às medidas de proteção e a estabilidade nos indicadores relacionados à pandemia no Brasil, percebe-se o surgimento de outros desafios ao trabalho, como as constantes alterações no *modus operandi* dos grupos que atuam no tráfico de drogas.

Paralelamente à pandemia de covid-19, as atividades policiais em área de fronteira foram apoiadas pelo programa VIGIA. Interlocutores de MS e do PR afirmam que esse tipo de política pública acarretou uma maior presença policial nessas áreas — o que foi possível pelo apoio do programa em recursos humanos e materiais e pela busca por integração entre as diferentes instituições de segurança.

Alguns desses apoios são o pagamento de diárias e a promoção de capacitações voltadas às polícias estaduais. Segundo policiais entrevistados, isso viabilizou, no caso de Mato

Grosso do Sul, uma estratégia de policiamento itinerante que consiste na atuação do policial durante alguns dias seguidos em regiões distintas na faixa de fronteira, diferenciando-se de um policiamento com uma base fixa, em que o profissional retorna sempre para o mesmo local e atua dentro de uma mesma área. O benefício dessa estratégia, conforme relatado, é promover a “imprevisibilidade” e, assim, uma maior possibilidade de obter êxito na fiscalização e apreensão de drogas ilícitas.

Com o estímulo ao policiamento especializado em fronteiras, em MS, foi relatada uma maior procura para se trabalhar nessas unidades. Além disso, a gestão estadual também adotou medidas que fortaleceram esse tipo de trabalho. Assim, com maior efetivo e apoio, foi possível a atuação simultânea de mais equipes nas fronteiras, permitindo uma maior presença nas áreas. Os entrevistados também destacam que o pagamento de diárias estimula o profissional a alcançar melhores resultados.

No Paraná, da mesma forma, houve a percepção de que o estímulo para o policiamento em áreas de fronteira fez com que a presença da fiscalização nessa área se tornasse mais conspícua. Além disso, como nesse Estado a faixa fronteira é predominantemente fluvial, há algumas especificidades no combate ao tráfico. Segundo interlocutores, o programa VIGIA promoveu uma aproximação entre as diferentes forças policiais, resultando em um trabalho mais eficiente e em um aumento nas apreensões.

O apoio material também trouxe benefícios para o trabalho policial nessas áreas. A aquisição de equipamentos destinados a apoiar o policiamento de fronteira, segundo os entrevistados, foi positiva.

Uma análise da influência da pandemia da covid-19 no tráfico de drogas e na atuação policial deve considerar o impacto do VIGIA, já que as atividades do programa tiveram início em meados de 2019. Ao longo de 2019 e 2020, a

iniciativa foi continuamente implementada em outros estados brasileiros, fortalecendo o policiamento estadual nas regiões de fronteira. Se as medidas de restrição que foram impostas durante a pandemia resultaram em novas estratégias para as organizações criminosas, uma maior presença policial também pode ter influenciado as dinâmicas do tráfico.

Nesse sentido, admite-se que uma das explicações possíveis para o grande aumento de

apreensões de maconha seja a pandemia de covid-19, mas que o programa VIGIA também pode ser um fator que ajuda a compreender as possíveis mudanças no tráfico de drogas.

Portanto, uma análise sobre a iniciativa é importante para a contextualização do presente estudo. O box 2 apresenta o programa e traz dados de apreensões resultantes de operações e do trabalho de policiamento estadual induzido pelo VIGIA.

Box 2 – Programa VIGIA – Fortalecimento da atividade policial nas fronteiras

O VIGIA, cuja implementação pela Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) foi iniciada em abril de 2019, em Guaíra (PR), é parte dos projetos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com atuação em 15 UFs, o programa ainda deve ser implementado em outros estados da região Nordeste do Brasil, ampliando as operações para as áreas de divisas interestaduais.

Promover ações de compartilhamento de dados, operações integradas entre as polícias e demais estruturas da segurança pública federal, estadual e municipal compõem os objetivos do VIGIA. Trata-se, portanto, de um programa que visa instituir um modelo de operação estratégico permanente e, ao mesmo tempo, fortalecer a integração das diferentes forças policiais, ampliando as trocas de informações e potencializando investigações, de forma a reduzir a fragmentação e a falta de sincronização nas operações policiais.

O VIGIA foi estruturado como uma estratégia para sanar problemas multidimensionais em região de fronteira: (I) baixo efetivo policial para atuar em regiões territoriais extensas, (II) ausência de auxílio de diárias, (III) fragmentação e independência das ações efetuadas pelas diferentes instituições policiais, e (IV) operações especiais com tempos determinados.

Desde o início da implantação do VIGIA, em 2019, em formato piloto pela Operação Hórus, as atividades não foram interrompidas. Esse fato contribuiu para a integração das diferentes forças e *expertises* policiais, ampliação da capacidade operacional, a partir do pagamento de diárias (federais) com recursos transferidos diretamente às unidades participantes, sem redistribuição por outras vias institucionais. Todos esses fatores são identificados como relevantes na ampliação do interesse de engajamento das forças policiais locais.

Além disso, destaca-se o modelo de implementação seguindo a perspectiva *Bottom up*²⁰, uma vez que a concepção do VIGIA partiu de ações que vieram de “baixo para cima” — ou seja, de ações organizadas e mobilizadas por um grupo de atores que repercutiram, institucionalmente e por via do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na construção e posterior implementação do programa, que está sendo analisado a partir do viés dos agentes que colocam as ações em prática.

Assim, o VIGIA, segundo os interlocutores, promove a integração entre as polícias, potencializando suas ações, a partir das *expertises* de cada instituição policial, aliadas às ações de descapitalização do crime e de fortalecimento do aparelhamento tecnológico e logístico das polícias. Portanto, não há diretrizes específicas direcionando as ações dos operadores. Na prática, as decisões são tomadas de forma ampla pelo Comando de cada Unidade, não havendo parametrização nas ações executadas. Esse critério promove uma discricionariedade ampla à estrutura administrativa e operacional local, observando as necessidades de cada território, atuando de forma linear a partir das seguintes premissas:

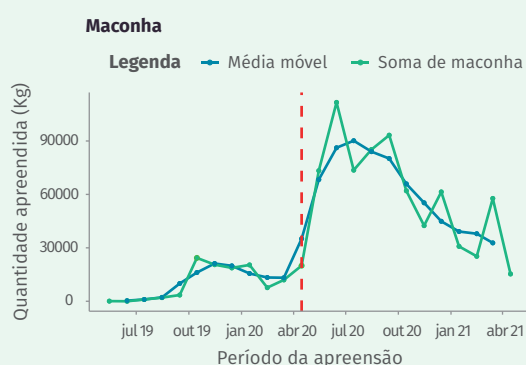


Do início do programa até julho de 2020, houve crescimento no número de ocorrências, sendo o ápice em abril de 2021 (com 227 ocorrências). No que tange às quantidades de drogas apreendidas, observa-se que a maconha apreendida durante a pandemia foi 5,8 vezes maior na comparação com o quantitativo dos meses de abril de 2019 a março de 2020, saltando de 110.284,7 kg para 752.030,6 kg (em parte isso é explicado devido ao aumento da adesão estadual ao programa ao longo dos meses). A média móvel reitera a discrepância entre os registros verificados antes e nos primeiros meses da pandemia, ao indicar tendência crescente entre março e julho de 2020, com decréscimo a partir de julho de 2020 (Figura 8). Quanto à cocaína, a quantidade apreendida aumentou cerca de 180% no período da pandemia, de 3.821,5 kg para 10.700,5 kg, destacando que até abril de 2020 não houve mês em que o montante tenha sido superior a 1.000 kg. Por outro

²⁰ Conceito do campo de conhecimento das políticas públicas, que leva em consideração a interação e expertise dos(as) profissionais que aplicam a política pública.

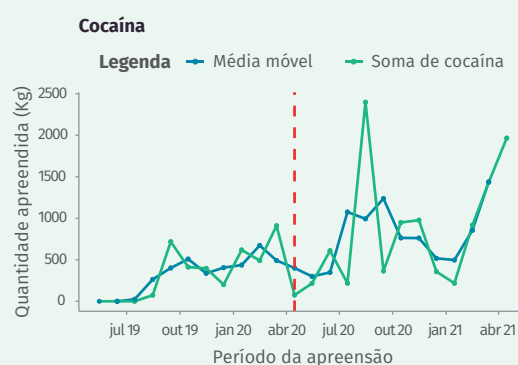
lado, no período entre julho de 2020 e agosto de 2020, foram apreendidos cerca de 2.398,5 kg, e desde janeiro de 2021 esse quantitativo vem crescendo, totalizando 1.966,2 kg em abril de 2021 (Figura 9).

Figura 8 – Quantidade (kg) de maconha apreendida pelo programa VIGIA por mês, Brasil, 2019 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Programa VIGIA/Sistema Cortex.

Figura 9 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida pelo programa VIGIA por mês, Brasil, 2019 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Programa VIGIA/Sistema Cortex.

Considerando os desafios do cenário fronteiriço — volátil, incerto, complexo e ambíguo — a extensão e a diversidade da fronteira brasileira permanecem como um grande desafio para os diferentes grupos policiais. Apesar das inovações e do aumento de efetivo policial, a implantação das dificuldades de mapeamento de rotas e fiscalização permanecem.

Segundo entrevistados, com o aumento da fiscalização em decorrência do programa VIGIA, as organizações criminosas tiveram que se adaptar, sendo uma das principais ações a contratação de mais “olheiros” com intuito de realizar um constante monitoramento do trabalho da polícia. As entrevistas revelaram que existe um pagamento mensal para os olheiros e mateiros, os quais repassam as informações por meio de grupos de *WhatsApp* ou ligações telefônicas para outras pessoas, de

maneira a estruturar uma rede de informações que apoia as ações de grupos criminosos.

Essas e outras categorias de agentes identificados na dinâmica criminal estão listadas no Box 3²¹, que oferece um glossário das expressões associadas ao tráfico de drogas.

²¹ O quadro é uma referência no contexto deste estudo, uma vez que essas categorias estão presentes ao longo do texto.

Box 3 – Categorias do tráfico de drogas

No âmbito desta pesquisa, algumas categorias ajudam na elaboração de pistas importantes para compreender a dinâmica do tráfico de drogas, assim como as dificuldades do cotidiano que surgiram ao longo das entrevistas e grupos focais, as quais foram listadas no quadro abaixo.

Batedor	Pessoa que se desloca em um carro para chegar com antecedência nas rotas do tráfico de drogas com o intuito de monitorar e difundir informações a respeito da atividade policial.
Boi de piranha	Estratégia utilizada para o transporte de drogas, principalmente de maconha e por meio fluvial, em que um barco (ou outra modalidade de transporte) é encaminhado por grupos criminosos com menor quantidade de drogas, com o objetivo de distrair a atuação policial, para que logo em seguida embarcações com maiores quantitativos de droga prossigam sem ser apreendidas.
Cavalo doido	Modalidade de transporte de drogas ilícitas, principalmente de maconha, que significa a adaptação de veículo para transportar um volume muito grande de drogas com elevada chance de ser percebido pela fiscalização. Portanto, nesta modalidade, o motorista se desloca o mais rápido possível para evitar ser pego.
Mateiro	Pessoa que exerce a mesma função do olheiro. No entanto, nesta função, a pessoa é deixada em um ponto estratégico, normalmente no “mato”, local que passa um período monitorando e difundindo as informações a respeito das atividades policiais.
Olheiro	Pessoa paga para ficar longos períodos monitorando a atuação da polícia. Normalmente, a pessoa vive na região e faz a comunicação via grupos de <i>WhatsApp</i> ou telefonemas. Os traficantes de drogas ilícitas acabam monitorando a atividade da polícia por essas informações.

As expressões expostas no Box 3 foram relatadas pelos interlocutores desta pesquisa, que são profissionais da segurança pública, e não por fontes ligadas a organizações criminosas. Portanto, neste estudo, o entendimento sobre o que aconteceu com tais organizações durante o período da pandemia da covid-19 foi construído a partir de pistas relevantes fornecidas por esses agentes do Estado, seja na forma de

dados ou por meio das entrevistas e grupos focais.

As informações sobre grupos criminosos mencionadas neste estudo vão ao encontro de análises anteriores que abordam as facções com atuação internacional e os grupos distribuídos em todo o país, sobretudo a facção paulista conhecida como Primeiro Comando

da Capital (PCC). Embora com menor destaque, a facção carioca Comando Vermelho (CV) também foi citada como um grupo que busca acesso às rotas e territórios onde a organização paulista tem atuado com grande destaque, havendo, por vezes, confronto entre elas²² e com outros grupos criminosos locais.

Dentre as diversas organizações criminosas no Brasil, o CV e o PCC estendem sua atuação, cada uma a sua maneira, a todos os estados brasileiros, criando uma complexa rede de conexões com facções locais. Essas organizações também possuem elos internacionais e contribuem para abastecer alguns dos principais mercados consumidores de cocaína no mundo. Por décadas, as duas organizações criminosas atuaram em relativo equilíbrio, drasticamente rompido por uma guerra declarada que culminou em uma disputa por hegemonia nacional entre 2014 e 2017, com resultados catastróficos para o sistema prisional e para a segurança pública (MANSO; DIAS, 2018).

A produção acadêmica do país, assim como a jornalística, tradicionalmente dá maior destaque para a atuação de CV e PCC. No entanto, no cenário brasileiro, é possível identificar importantes debates a respeito de facções criminosas em outras regiões, como o grupo reconhecido como Família do Norte (FDN), que tem reivindicado para si o comando das atividades ilícitas no norte do país (SIQUEIRA; PAIVA, 2019). No Sul, o Rio Grande do Sul tem se inserido no contexto nacional da dinâmica da criminalidade como um polo atrativo do tráfico internacional de drogas, com atuação de grupos reconhecidos como Os Bala na Cara e Os Manos, entre outros (CHIES, RIVERO, 2019).

Levantamento feito em publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) ressalta a presença de mais de 30 outras organizações criminosas além do PCC e CV no Brasil (LIMA;

BUENO, 2018). Nesse cenário, em que é possível observar facções com atuação nacional e até internacional e de grupos menores regionalizados, existe um complexo arranjo com efeitos muitas vezes imprevisíveis e que podem se desdobrar em episódios de extrema violência. Por exemplo, no mês de outubro de 2021, uma série de mortes em poucos dias voltou a atenção nacional para as cidades gêmeas de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no lado paraguaio.

Dessa forma, uma questão-chave no cotidiano de Mato Grosso do Sul, e que apareceu com frequência nas entrevistas realizadas para o presente estudo, foi a morte do traficante paraguaio Jorge Rafaat, em 2016, episódio que desencadeou em uma forte atuação do PCC na região²³. Após esse evento, as disputas entre as diferentes facções se tornaram frequentes, com a ocorrência de muitos homicídios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. A morte de Rafaat teve tamanha relevância que chegou a impactar também a dinâmica criminal do Paraná, estado em que, nos dias de hoje, segundo as entrevistas realizadas, o PCC tem atuação.

O arranjo criminal existente no Brasil, com a presença de dezenas de organizações criminosas e a atuação de indivíduos não filiados a facções, cria complexas redes de relações que ajudam a criar um melhor entendimento sobre o tráfico de maconha e cocaína — objetivo central deste estudo.

No caso da maconha, um elevado volume da droga é plantada no Paraguai e distribuída para o consumo em todas as regiões do Brasil. Verifica-se que, tradicionalmente, parte expressiva das apreensões de maconha realizada pelas polícias brasileiras ocorre em MS e no PR, estados que fazem fronteira com o Paraguai. No presente estudo, os interlocutores de

²² Com relação a estudos sobre o PCC, ver DIAS (2011), FRANCA, KRUGER (2018), FELTRAN (2018). Sobre o CV, ver LESSING (2008), MISSE (2011) e ZALUAR; BARCELLOS (2013).

²³ Jorge Rafaat foi morto em uma emboscada que, segundo relatos, contou com mais de 30 carros ocupados por diversos mercenários que efetuaram centenas de disparos com armas de grosso calibre contra o traficante. Na ocasião, Rafaat era escoltado por dezenas de seguranças e se deslocava em um carro blindado.

ambos os estados relataram elevados volumes de apreensões, em sua maioria comercializados no “atacado” e com indícios de rotas de transporte para todas as regiões brasileiras.

Por outro lado, no tráfico de cocaína, as rotas parecem ocorrer de maneira mais diversificada e em menores volumes. Além do elevado uso dessa droga no Brasil, boa parte é destinada para exportação a partir de portos e aeroportos brasileiros, entre outras formas de envio. Neste estudo, identificou-se que o PCC possui papel de destaque em diversas etapas da cadeia logística de importação da droga, transporte pelo território nacional e exportação.

Para além da atuação das facções criminosas e das rotas utilizadas pelo tráfico, foi apontado como fator de dificuldade o contato com as autoridades policiais no Paraguai. No âmbito da pesquisa, relatou-se uma rotatividade frequente nos postos de chefias da polícia paraguaia, o que cria uma barreira para estabelecer relacionamento com um comando por muito tempo, dificultando dessa forma a criação de um laço mais longínquo, o que acaba por influenciar as tratativas e ações na área da segurança pública. De forma geral, as equipes dos dois países trabalham de maneira independente, mas em alguns momentos se aproximam para realizar trabalhos específicos, como ocorreu no referido caso das mortes de outubro de 2021 em Ponta Porã. Esse evento teve tamanha repercussão que fez com que os governos do Brasil e do Paraguai dialogassem e estabelecessem uma força tarefa entre a Polícia Federal brasileira e a polícia paraguaia.

Ao longo das próximas seções do texto, serão abordados de forma mais aprofundada os aspectos do tráfico de maconha e cocaína em âmbito nacional e nas três Unidades Federativas contempladas neste estudo.

4.2 Maconha

O cultivo da maconha, diferentemente do da folha de coca, é encontrado em quase todas as regiões do mundo, sendo que a maior parte dos países produtores não possui sistemas de monitoramento da produção (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b). No Brasil, a maior parte das informações existentes sobre essa droga vem do acompanhamento do número de apreensões e erradicações de plantios — fato que limita a análise sobre o tráfico da substância.

A análise apresentada nesta seção traz os dados das apreensões realizadas pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, além das informações adicionais obtidas nas entrevistas e grupos focais realizados durante o estudo.

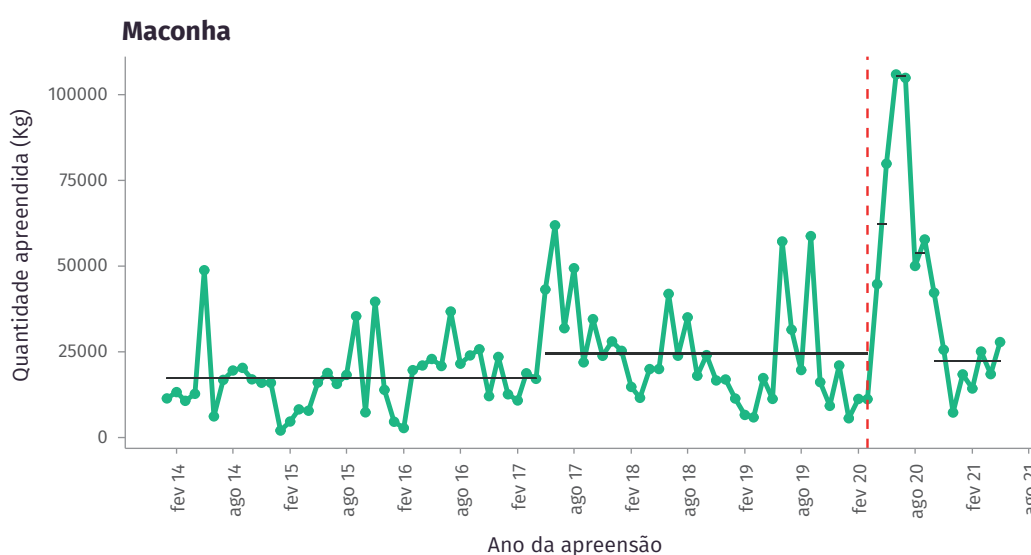
De forma geral, para as instituições entrevistadas, não foram observadas alterações no que se refere ao cultivo da maconha, tanto no país quanto nos estados incluídos no estudo. Em relação ao tráfico, há pouco consenso entre os entrevistados sobre o seu aumento durante a pandemia. Contudo, principalmente no Paraná, foi verificada a existência de forte relação da apreensão dessa droga com a apreensão de cigarros contrabandeados.

Mesmo que as alterações sobre o cultivo da maconha (em sua maioria realizada no Paraguai) não sejam o foco deste estudo, foram observados relatos de que as atividades provenientes do cultivo e suas respectivas colheitas não foram interrompidas no país vizinho durante a pandemia e, por esse motivo, na visão das instituições entrevistadas, os traficantes buscaram formas alternativas para escoar a droga, dado que se trata de um produto perecível.

Os dados da Polícia Federal foram utilizados para ilustrar a quantidade de maconha apreendida em âmbito nacional entre 2014 e 2021. Para essas informações, foi realizada a análise de pontos de mudanças, a qual indicou prováveis alterações observadas no período, sob seis níveis de mudança de comportamento (a

linha preta representa a média do segmento). Os pontos verdes refletem os números de apreensões, em quilogramas, de cada mês, e a linha pontilhada vermelha indica o período em que foram decretadas as medidas restritivas no Brasil (março de 2020), conforme apresentada na Figura 10.

Figura 10 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por mês e ano, Brasil, 2014 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Quantitativo de maconha é a soma de maconha, haxixe e *skunk*²⁴.

Os resultados revelam que, apesar das variações ao longo dos meses, o quantitativo apreendido antes da pandemia apresentou somente dois níveis de mudança, com intervalos mais espaçados de tempo entre os segmentos do volume de apreensões realizadas. No período da pandemia, as mudanças ocorreram em curto espaço de tempo, destacando os seis meses após o mês de delimitação, em que foram apresentados três níveis de mudanças, com médias de 62.309 kg, 105.403 kg e 53.910 kg, respectivamente.

Além disso, observa-se que existia, nos anos de 2017 e 2018, um padrão de comportamento do quantitativo das apreensões, ainda que a quantidade apreendida em 2018 tenha sido menor do que a de 2017.

Considerando doze meses antes da pandemia e doze subsequentes ao início da crise, nota-se aproximadamente o dobro da quantidade de apreensões no período da pandemia em comparação à quantidade apreendida entre março de 2019 e fevereiro de 2020 (Tabela 3),

²⁴ Essa é uma variação da cannabis feita pelo cruzamento de diferentes espécies, gerando um produto com concentração psicoativa mais forte.

correspondendo a um aumento de 112,3%. Somente em junho de 2020, a quantidade de maconha aumentou cerca de 85,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior, totalizando 105.901 kg apreendidos.

A Figura 11 aponta que os quatro primeiros meses da pandemia foram aqueles em que a quantidade de maconha apreendida foi mais elevada, correspondendo a 43% (241.714 kg) dos 562.285,5 kg apreendidos no período da pandemia.

Tabela 3 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por período antes e durante a pandemia, Brasil, 2019 – 2021

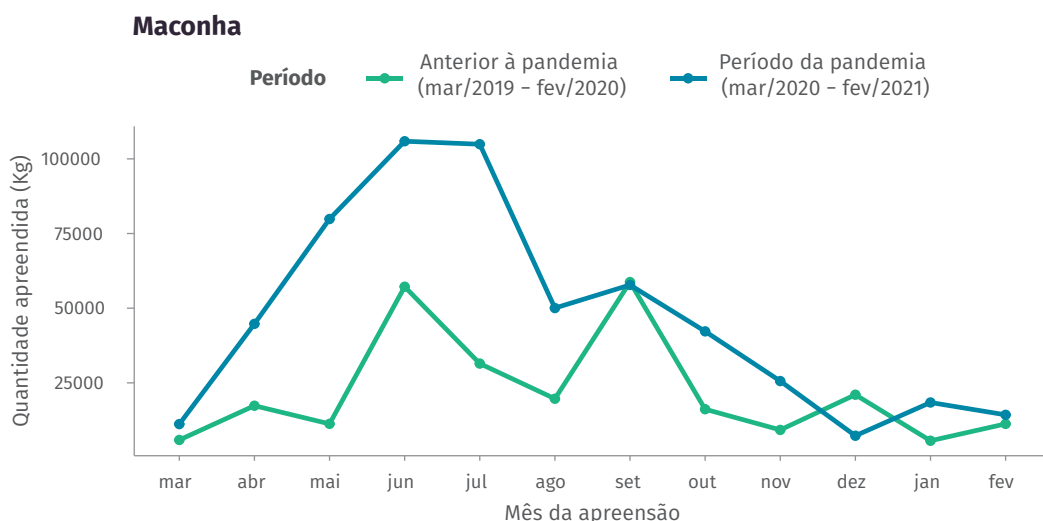
Tipo de droga	Período	Quantidade apreendida (Kg)
Maconha ¹	Anterior à pandemia (mar./2019 – fev./2020)	264.889,3
	Período da pandemia (mar./2020 – fev./2021)	562.285,5

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: 1 – Soma de maconha, haxixe e *skunk*.

Figura 11 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por período antes e durante a pandemia, Brasil, 2019 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: 1 – Soma de maconha, haxixe e *skunk*.

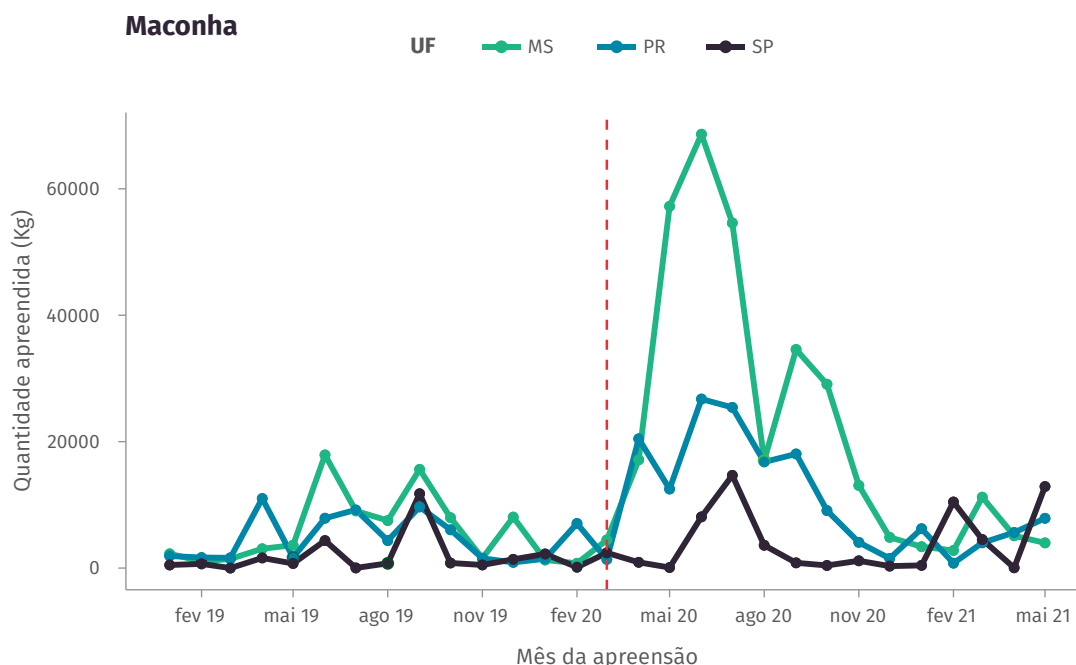
O elevado quantitativo de maconha registrado em junho de 2020 foi influenciado pela expressiva participação de apreensões realizadas em Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo nesse período. Juntos, os três estados tiveram um total correspondente a 103.469,7 kg dos 105.901,0 kg apreendidos naquele mês. Ademais, os três estados apreenderam, em conjunto, o maior volume de maconha entre todas as UFs — cerca de 164.587,3 kg apreendidos entre março de 2019 e fevereiro de 2020, e 493.251,7 kg entre março de 2020 e fevereiro de 2021.

As apreensões dos três estados entre janeiro de 2019 e maio de 2021, dispostas na Figura

12, mostram que, antes da pandemia, nenhum mês teve o quantitativo apreendido de maconha superior a 20.000 kg, enquanto entre janeiro e novembro de 2020, o comportamento foi diferente. Foram apreendidos cerca de 14.668,1 kg em São Paulo em julho de 2020 — maior valor dentre todos os meses analisados para esse Estado.

O quantitativo apreendido em junho de 2020 em Mato Grosso do Sul foi aproximadamente 2,6 vezes maior do que o quantitativo apreendido no Paraná, e 8,5 vezes maior do que o de São Paulo.

Figura 12 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por unidade federativa (SP, MS e PR) segundo mês, Brasil, 2019 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Quantitativo de maconha é a soma de maconha, haxixe e *skunk*²⁵.

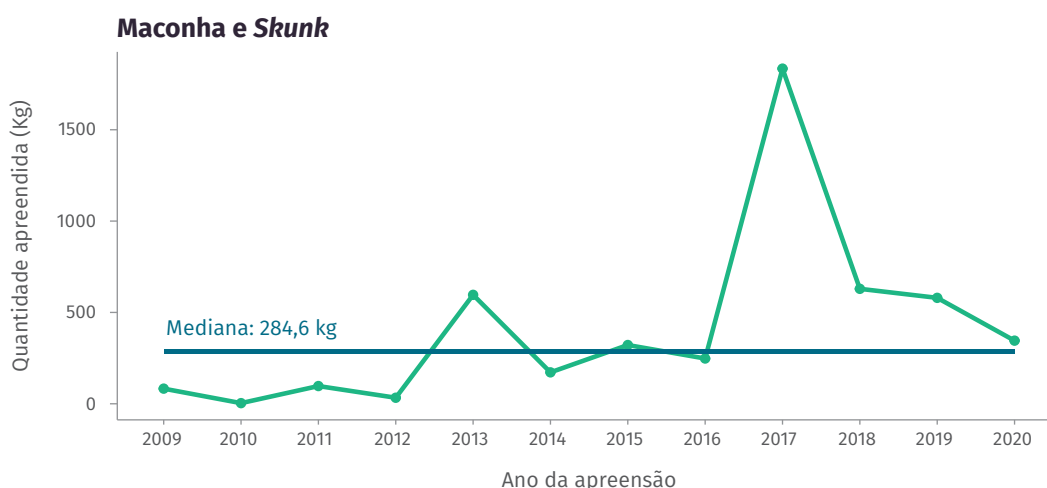
²⁵ Essa é uma variação da cannabis feita pelo cruzamento de diferentes espécies, gerando um produto com concentração psicoativa mais forte.

Com relação ao quantitativo apreendido de maconha nos aeroportos do Brasil, o ano de 2017 apresenta o maior volume de apreensão, com 1.834,6 kg de maconha. Esse valor corresponde a 0,52% do valor total apreendido no Brasil no período.

Além da tendência crescente vista até 2018, a quantidade de maconha apreendida em 2013, em 2015, e no período de 2017 a 2020 foi superior à mediana de 284,6 kg, indicando que, apesar do decréscimo visto a partir de 2017,

os valores de apreensões continuaram elevados, ou um novo patamar de apreensões foi estabelecido. Entre 2019 e 2020, houve uma redução de 40,4% no quantitativo de maconha apreendida nos aeroportos do Brasil, o que provavelmente pode ser atribuído ao fechamento das fronteiras por conta da pandemia, e da consequente redução da utilização desse modal para o tráfico por conta do número reduzido de voos e passageiros em circulação, aumentando o risco de interdição.

Figura 13 – Quantidade (kg) de maconha e skunk apreendida em aeroportos por ano, Brasil, 2009 – 2020



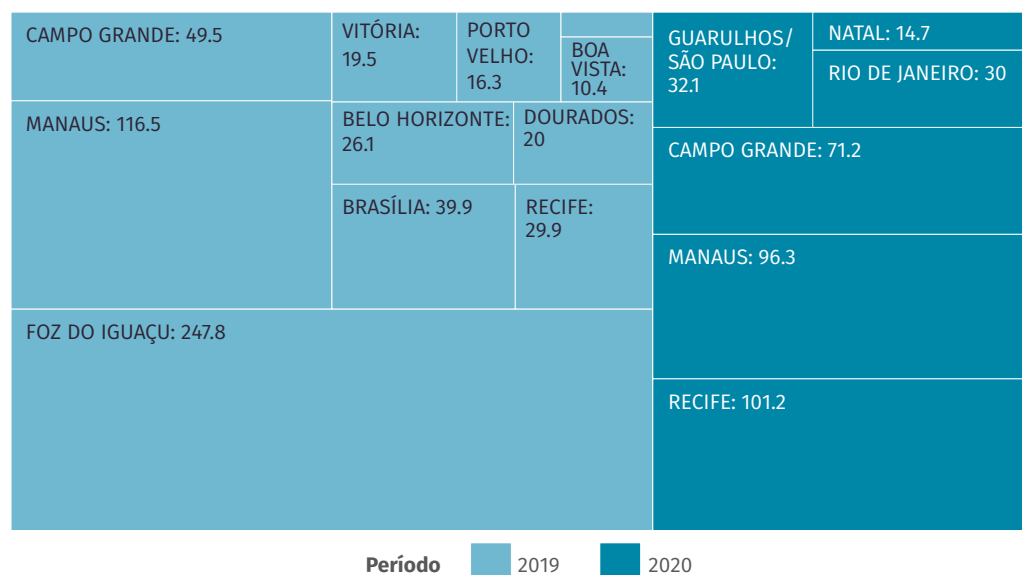
Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

Os mapas de árvores (*treemaps*) foram feitos considerando somente os dados de 2019 e 2020. Eles informam as localidades que tiveram maiores quantitativos de drogas apreendidas em aeroportos, conforme o tamanho da forma geométrica apresentada. Assim, a Figura 14 mostra um padrão similar em alguns aeroportos no período, como o aeroporto de

Foz do Iguaçu, que totalizou 247,8 kg em 2019 e nenhuma apreensão de maconha em 2020. No aeroporto de Manaus, houve um decréscimo de 17,3% em 2020. Em contrapartida, Recife e Campo Grande tiveram crescimento de 238,5% e 43,8% no mesmo ano, respectivamente, totalizando 101,2 kg e 71,2 kg.

Figura 14 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de maconha e skunk apreendida em aeroportos por ano, Brasil, 2019 – 2020

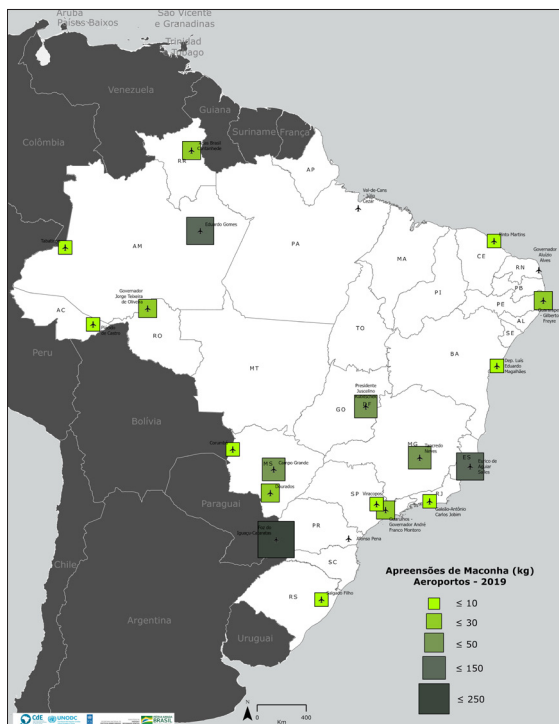
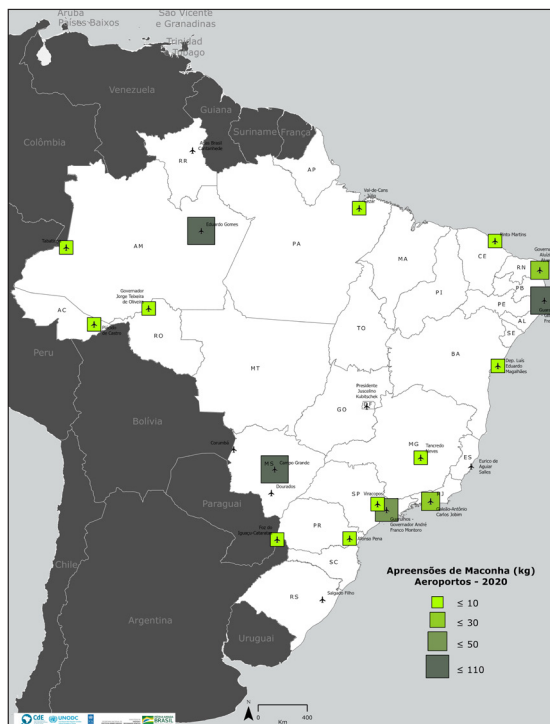
Maconha/Skunk (kg)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

Os mapas 6 e 7 indicam redução no quantitativo apreendido de maconha em aeroportos de Manaus, Foz do Iguaçu, Distrito Federal, Belo Horizonte e Vitória, e uma provável busca de alternativas, tais como os aeroportos Val-de-Cans – Julio Cezar Ribeiro (Belém, Pará), Gover-

nador Aluizio Alves (Natal, Rio Grande do Norte) e Afonso Pena (Curitiba, Paraná) entre 2019 e 2020. O único aeroporto que manteve valores expressivos, tanto em 2019 quanto em 2020, foi o Eduardo Gomes (Manaus, Amazonas).

Mapa 6 – Quantidade de maconha apreendida pela PF em aeroportos, Brasil, 2019**Mapa 7 – Quantidade de maconha apreendida pela PF em aeroportos, Brasil, 2020**

Um fato que chama atenção segundo o relato feito por interlocutores foi a identificação de uma rota de exportação de haxixe vindo do Marrocos²⁶. Isso evidencia a procura por diferentes tipos de maconha, uma vez que há ampla produção desse tipo de droga na América do Sul, inclusive no Brasil. Além do haxixe marroquino, foi relatado um mercado de consumo de maconhas mais potentes feitas a partir de diferentes processamentos e vendidas por preços muito acima do que é vendida a maconha mais comum, evidenciando diferentes nichos de mercado dentro do tráfico de drogas.

Em relação às apreensões realizadas pela Polícia Rodoviária Federal, que ocorrem em rodovias federais, houve elevada quantidade

de maconha apreendida durante o período da pandemia. Estima-se que, em média, cerca de 257,8 kg de maconha foram apreendidos por ocorrência nas 449 apreensões de junho de 2020, mês em que 115.761,7 kg de maconha foram apreendidos — um recorde entre os meses de 2019 e 2020 analisados. Comparando os meses de junho de 2019 e de 2020, tem-se um aumento de 188,6% no último ano.

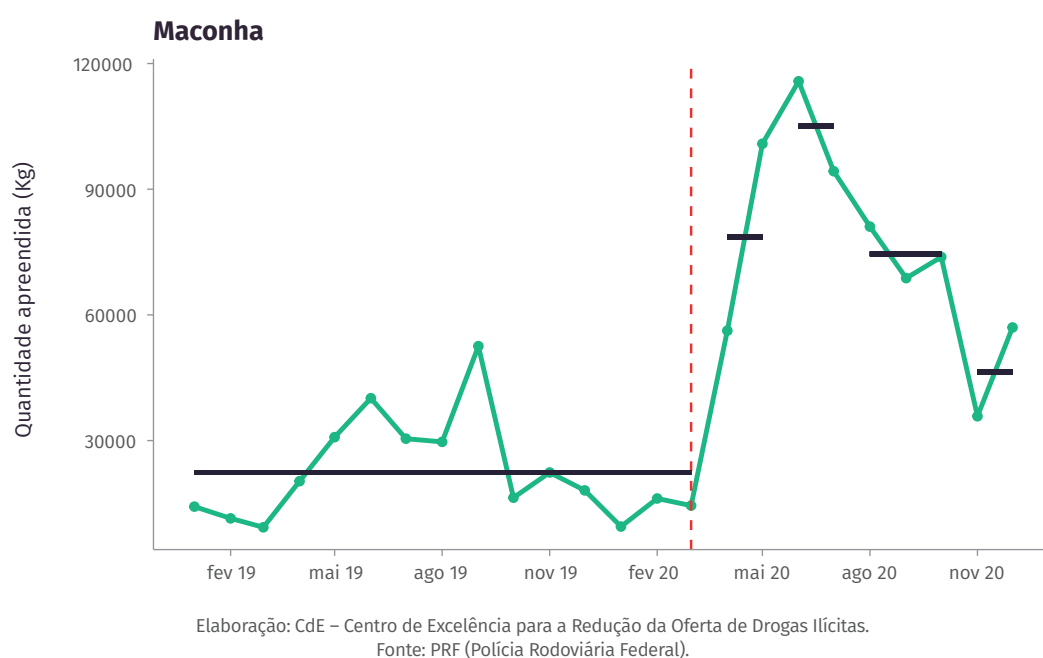
É importante destacar, também, que a média do volume apreendido em julho de 2020 foi de 211,4 kg em 446 apreensões. O período anterior à pandemia apontou setembro de 2019 como o mês em que se registraram os maiores volumes de apreensão de maconha, totalizando 52.537,9 kg.

²⁶ A Polícia Federal tem realizado apreensões em veleiros vindo deste país.

A análise de pontos de mudança mostra cinco mudanças ao longo do período estudado, sendo que quatro ocorreram durante o período da pandemia. Ainda que houvesse oscilações em relação aos meses, até março de 2020, só foi registrado um segmento, com média de 22.384,9

kg apreendidos, aumentando para 78.540,4 kg no segmento dos dois primeiros meses da pandemia. Os dados demonstram uma semelhança no volume de apreensões, concentrando os maiores volumes no período de maio a agosto, tanto em 2019 quanto em 2020.

Figura 15 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por mês e ano, Brasil, 2019 – 2020



Com respeito à relação entre as ocorrências e a quantidade de maconha apreendida, pode-se observar que, no ano de 2019, aproximadamente 59,4% das ocorrências correspondiam a apreensões de menos de 5 kg, enquanto no ano de 2020 esse volume de apreensão repre-

sentou 55% do total. Observa-se, também, que todas as categorias de quantidades apreendidas tiveram aumento de um ano para o outro e apontaram diferenças significativas entre os dois períodos ($p < 0,05$).

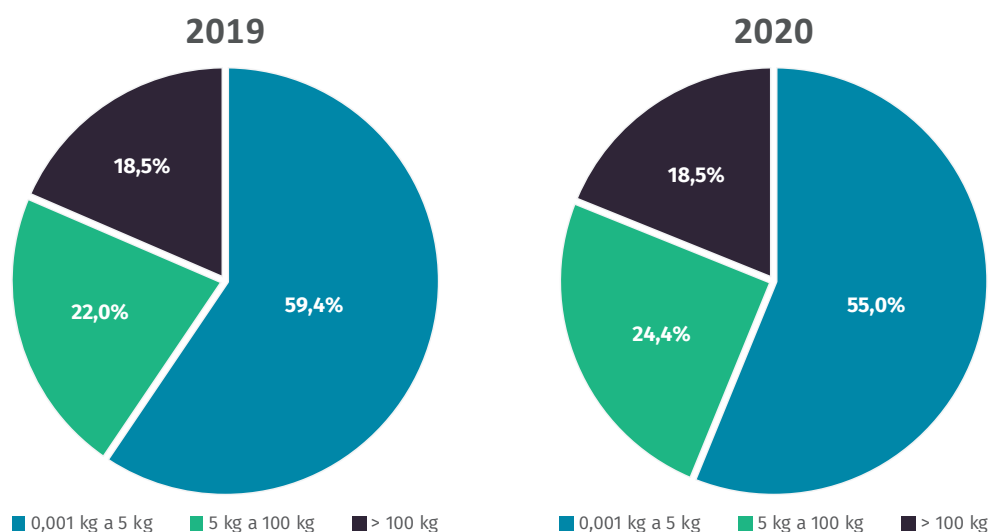
Tabela 4 – Relação entre as ocorrências e a quantidade de maconha, Brasil, 2019 – 2020

Maconha PRF				
	2019		2020	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
0,001 kg a 5 kg	1.307	59,4%	2.379	55,0%
5 kg a 100 kg	486	22,0%	1.056	24,4%
> 100 kg	407	18,5%	799	18,5%
Total	2.200		4.324	

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Nota: Teste Qui-Quadrado teve p-valor: 0,022, com 2 graus de liberdades; nível de significância de 5%.

Figura 16 – Faixa por quantidade de apreensões de maconha pela PRF, Brasil, 2019 – 2020

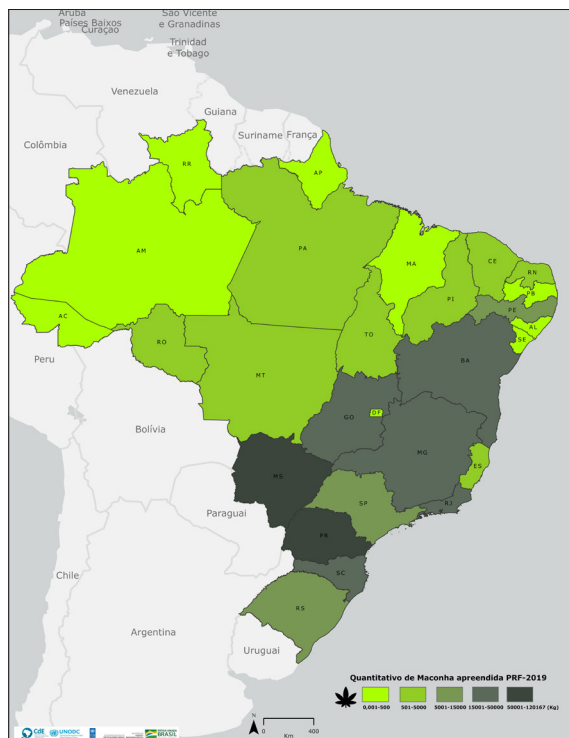
Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Em relação ao padrão geográfico das apreensões individuais de maconha feitas pela PRF, no ano de 2019, pode-se observar um comportamento espacial que concentra as maiores quantidades apreendidas nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, seguidos por Goiás, Minas de Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Bahia (mapa 8). Já no ano de 2020, as apreensões

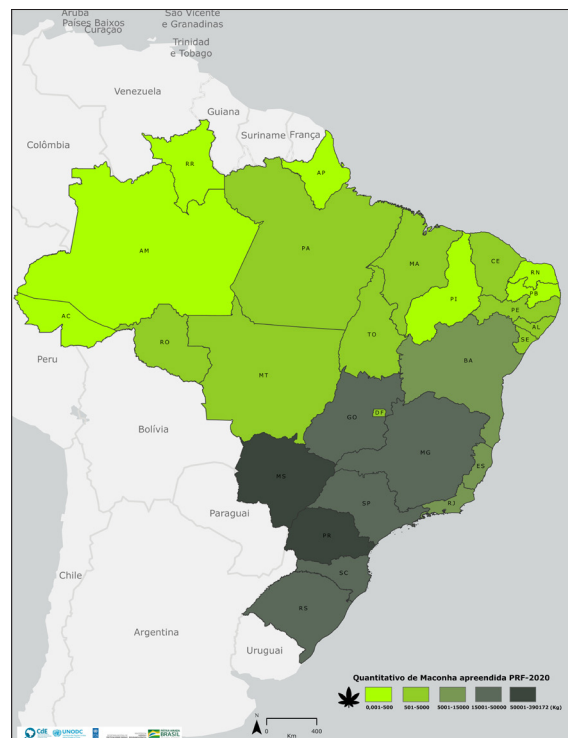
continuam concentradas em Mato Grosso do Sul e Paraná, seguidos por Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás (mapa 9). Nota-se, ainda, diminuição na Bahia, em Pernambuco e no Piauí, e ampliação no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Mapa 8 – Quantidade de maconha apreendida pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 9 – Quantidade de maconha apreendida pela PRF em 2020

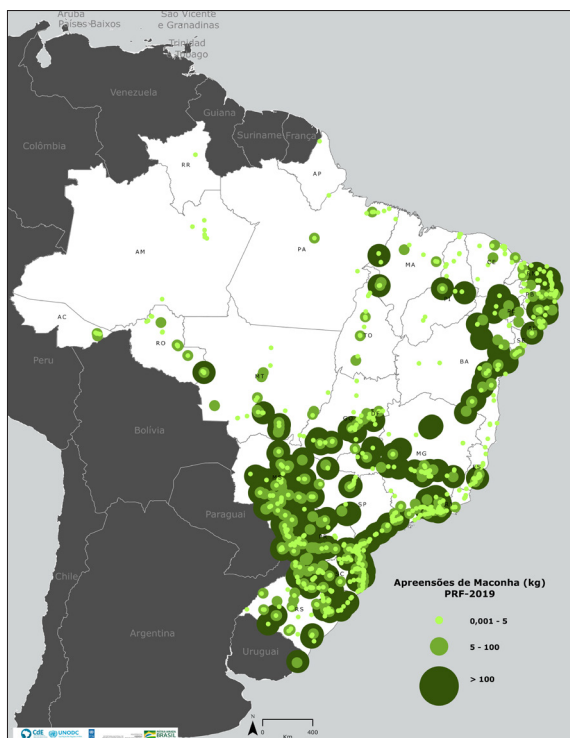


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Pode-se observar que, tanto em 2019 (mapas 8 e 10) como em 2020 (mapas 9 e 11), as apreensões individuais mantiveram um comportamento espacial relativamente uniforme, com fortes concentrações em Brasília, Chapeço, Curitiba, Florianópolis, João Pessoa, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Janeiro, São Paulo, Sarandi, na região de fronteira com o Paraguai

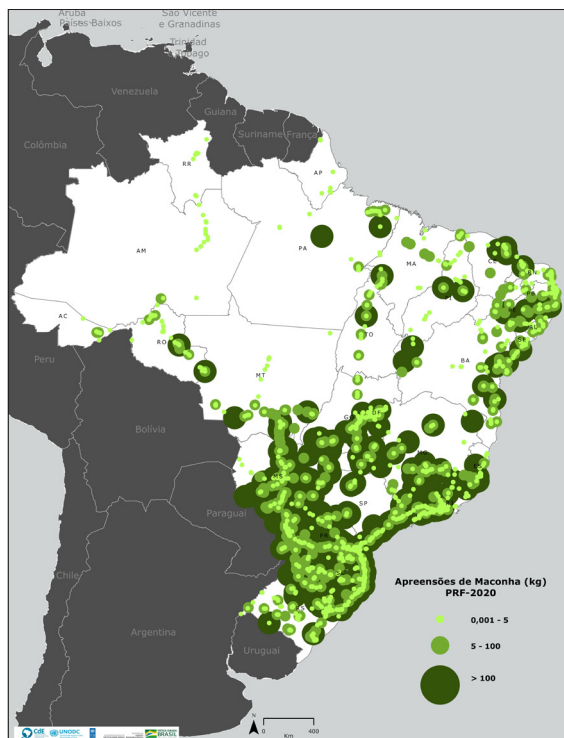
(principalmente em Campo Grande), e nas cidades gêmeas de Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos, Mundo Novo, Guaíra, Foz do Iguaçu, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão. Contudo, de forma geral, a concentração de apreensões se mantém de forma semelhante entre os dois períodos.

Mapa 10 – Apreensões individuais de maconha pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 11 – Apreensões individuais de maconha pela PRF em 2020

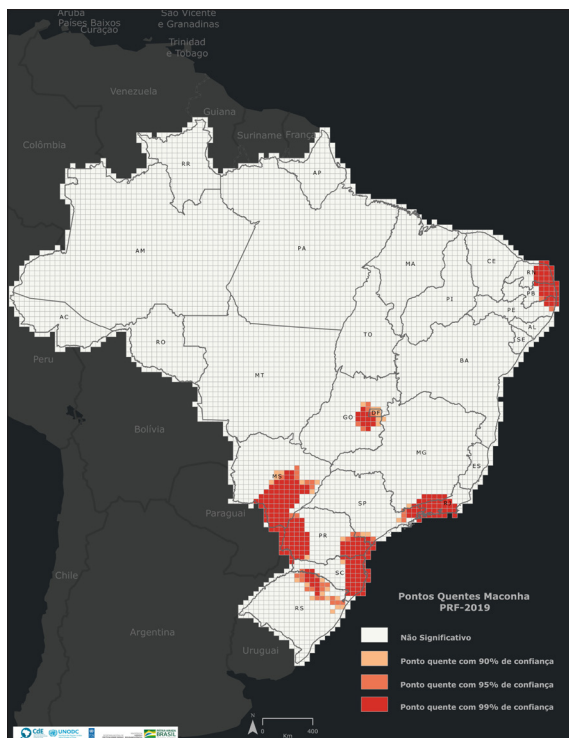


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Ao analisarmos essas mesmas informações com o uso da técnica de pontos de calor, observa-se a concentração das apreensões em seis pontos de calor em 2019 (litoral do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco; Distrito Federal e Goiás; região sul do Rio de Janeiro; fronteira de Mato Grosso do Sul e do

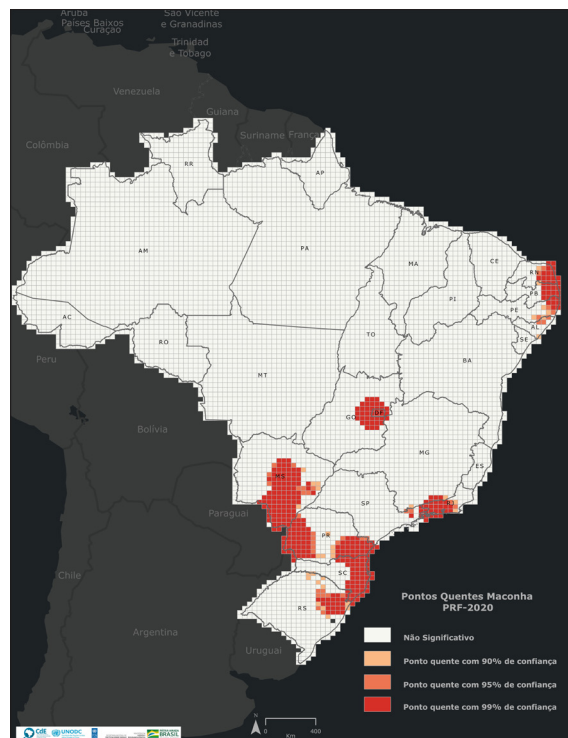
Paraná; litoral do Paraná e de Santa Catarina; e norte do Rio Grande do Sul) e cinco em 2020. Ressalta-se que a redução de um ponto em 2020 nada mais é do que uma junção de dois pontos já existentes em 2019, o qual conecta todo o litoral de Santa Catarina com a região norte do Rio Grande do Sul.

Mapa 12 – Pontos quentes das apreensões de maconha pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 13 – Pontos quentes das apreensões de maconha pela PRF em 2020

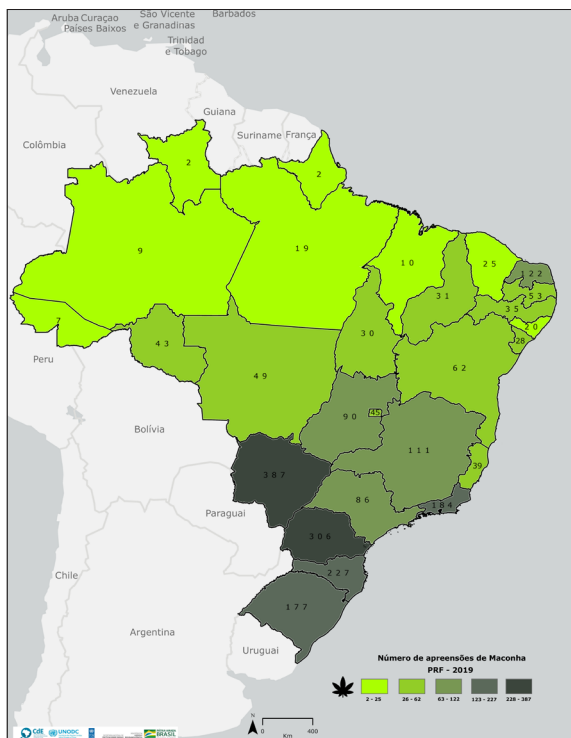


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Esses padrões confirmam que o comportamento do tráfico ilícito de drogas não é aleatório em sua distribuição espacial; pelo contrário, concentra-se em determinadas áreas onde há condições favoráveis para essa atividade criminosa, sendo possivelmente um dos principais fatores que influenciam a permanência dessa distribuição, representada pela região fronteira com o Paraguai e o nordeste do país como principais pontos de origem da maconha que abastece o mercado ilícito de drogas no território nacional.

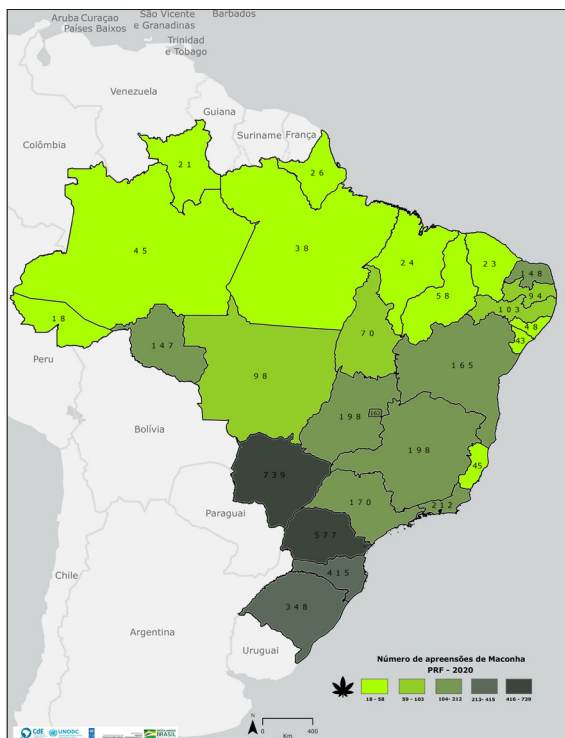
Em relação à diferença entre as apreensões individuais de maconha (mapas 14 e 15), observa-se que os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em ambos os períodos, caracterizaram-se por concentrar o maior número de apreensões individuais no nível nacional, com um aumento de mais de 80% entre 2019 e 2020. De 2019 para 2020, observa-se um aumento no número de apreensões em Rondônia, Distrito Federal e Bahia.

Mapa 14 – Número de apreensões de maconha pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 15 – Número de apreensões de maconha pela PRF em 2020

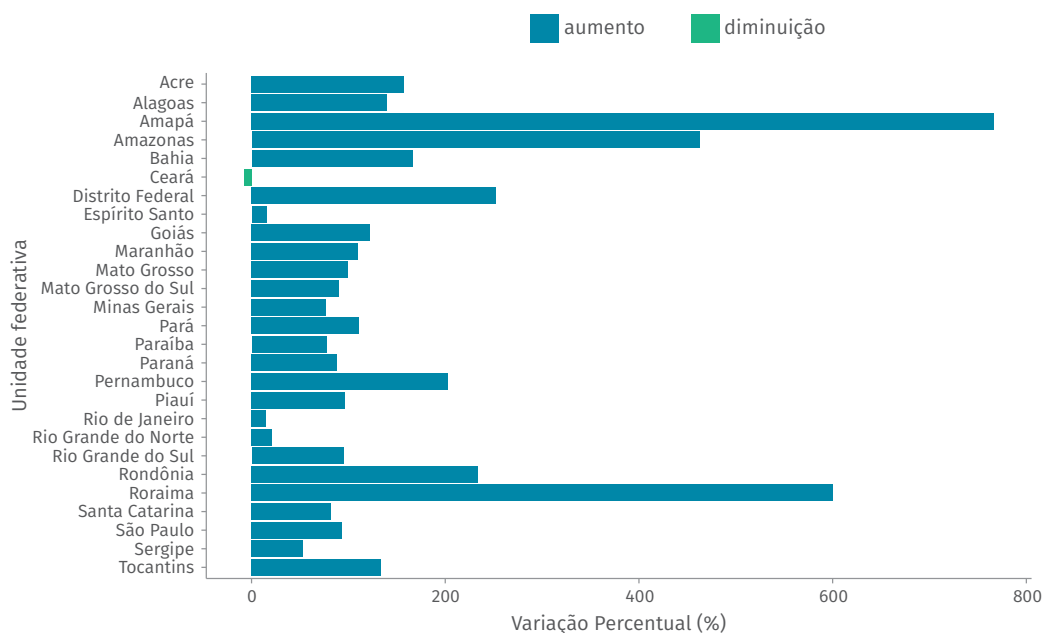


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

As figuras a seguir ilustram o número de apreensões de maconha em cada UF em 2019 e em 2020, bem como a variação percentual. No entanto, pelo mapa de árvore, Mato Grosso do Sul e Paraná são os estados que apresentaram os maiores números de apreensões em ambos os anos. Esses dois estados fazem fronteira com o Paraguai, principal produtor de maconha na região e foram os primeiros estados a

participarem do Programa VIGIA. Outro fato a ser destacado com base nessas informações foi a redução das apreensões em somente um estado, o Ceará, o qual praticamente manteve o mesmo patamar de apreensões entre 2019 e 2020. Portanto, nota-se que a ampliação de apreensões de maconha pode ter ocorrido de forma generalizada no país.

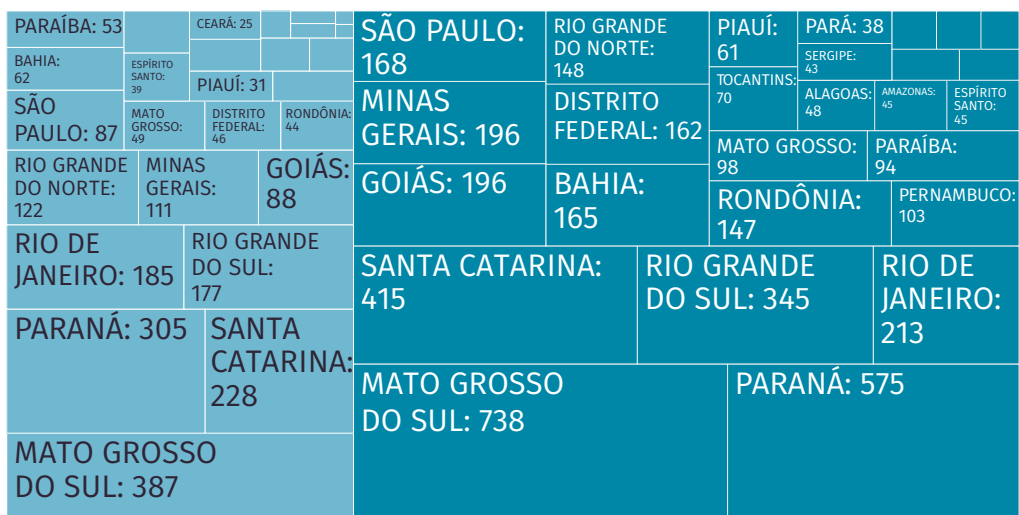
Figura 17 – Variação percentual do número de apreensões de maconha feita pela PRF, Brasil, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal) 2019, 2020.

Figura 18 – Mapa de árvore do número de apreensões de maconha feita pela PRF, Brasil, 2019 – 2020

Maconha (número de apreensões)



Período 2019 2020

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal) 2019, 2020.

Parte do aumento expressivo das apreensões de maconha no Brasil, segundo entrevistados, deve-se ao fato de as operações de erradicação de maconha no Paraguai terem sido suspensas durante alguns meses na pandemia de covid-19 — o que poderia ser um dos fatores explicativos que indicaria que de fato houve um aumento na produção desta droga e por consequência estaria circulando em maiores quantidades pelo Brasil.

4.3 Tendências nos estados pesquisados – Maconha

Nesta seção, são apresentados os descritivos de informações repassadas pelas equipes de segurança pública dos estados. Ressalta-se que os dados encaminhados não estão padronizados, fato que impossibilitou o emprego de um mesmo padrão de análise para as três UFs. Além disso, as informações qualitativas, coletadas nas entrevistas e grupos focais, específicas de cada local, também serão apresentadas a seguir.

No caso dos três estados analisados, a maconha aparece com diferentes lógicas, sendo que o PR e MS apresentaram a realização de maiores apreensões de maconha em termos de volume apreendido pela PF e em termos de número de apreensões feitas pela PRF, mesmo com populações muito menores do que SP. Isso se deve ao fato de possuírem extensa fronteira com o Paraguai. Portanto, muito do que se apreende em MS e no PR está envolvido em uma lógica atacadista da oferta da droga, com distribuição para todos os outros estados brasileiros. Já SP aparece como um dos principais destinos, onde boa parte das apreensões segue uma lógica varejista do tráfico de drogas.

4.3.1 Mato Grosso do Sul

Economicamente, o Estado é reconhecido pelo setor agropecuário, de minério, turismo e prestação de serviços. No entanto, devido à grande faixa de fronteira com o Paraguai e a Bolívia, Mato Grosso do Sul também é buscado como porta de entrada para o tráfico transnacional, uma vez que o Paraguai é o principal fornecedor de maconha no Brasil e há produção de cocaína na Bolívia. Essa relação promove o desenvolvimento de dinâmicas socioespaciais historicamente complexas entre as regiões de fronteira, principalmente em relação aos diferentes mercados ilegais identificados na região, como tráfico de drogas, tráfico de armas, mercadorias por contrabando e crime de descaminho (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2016).

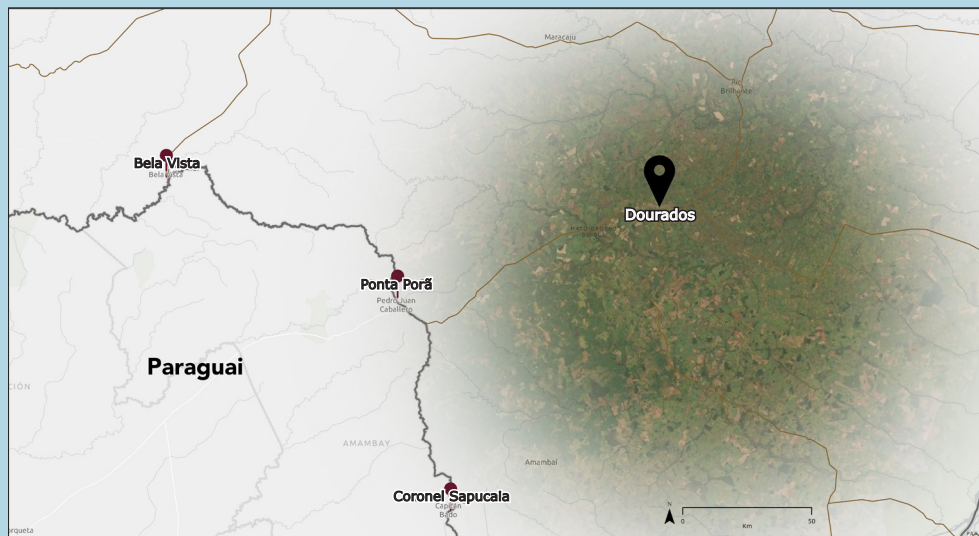
Em Mato Grosso do Sul, um aspecto relevante de sua divisão com países vizinhos é a predominância de área “seca”, com a separação feita por marcos fronteiriços²⁷, sendo comum a existência de propriedades em regiões que há um intenso trânsito entre os países. A pesquisa revelou que grupos criminosos abrem estradas clandestinas, conhecidas como “cabriteiras”, para otimizar a passagem de drogas ilícitas em áreas com menor movimentação.

O Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON) atuam de maneira especializada nessas áreas na repressão aos diversos crimes que ocorrem em região de fronteira. Ambos os órgãos ocupam o mesmo prédio²⁸, sediado no município de Dourados. Essa área é estratégica, conforme foi verificado na pesquisa.

²⁷ Um marco fronteiro se caracteriza por uma estrutura de concreto indicando a separação dos países, sendo visualmente chamativa, mas sem a criação de obstáculo na mobilidade entre os territórios.

²⁸ Revelando uma eficaz estratégia de integração entre diferentes forças policiais.

Dinâmica do uso de entrepostos após a entrada na fronteira do Brasil



As entrevistas indicaram que, na região de fronteira, a estratégia dos carregamentos via caminhão ocorre por entreposto. Entre o polo produtor e o consumidor, o transporte é feito em volumes menores para serem descarregados e acumulados em entrepostos posicionados em pontos estratégicos na região. O município de Dourados foi relatado como um ponto importante para essa estratégia. Segundo os interlocutores da região, há maior probabilidade de se efetuar apreensões nas proximidades da faixa de fronteira entre o Brasil e Paraguai. Por esse motivo, o tráfico de drogas tem como estratégia acumular a droga em um ponto mais distante dessa faixa para retomar seu transporte posteriormente. A estratégia dos entrepostos também é uma forma das organizações criminosas se adaptarem ao trabalho de repressão da polícia.

Segundo os entrevistados, a maconha dificilmente é transportada por aviões nas fronteiras do estado, pois seu volume e preço não compensam economicamente o transporte aéreo. O mais comum é a entrada por modal terrestre. Em Mato Grosso do Sul, foi bastante comum a referência ao “cavalo doido”²⁹ como uma forma de transporte de maconha.

Foi consenso entre os entrevistados de MS de que houve um aumento dos preços de comercialização da maconha. No entanto, esse é um cálculo complexo, porque há a precificação do quilo em dólares, mas também há transações

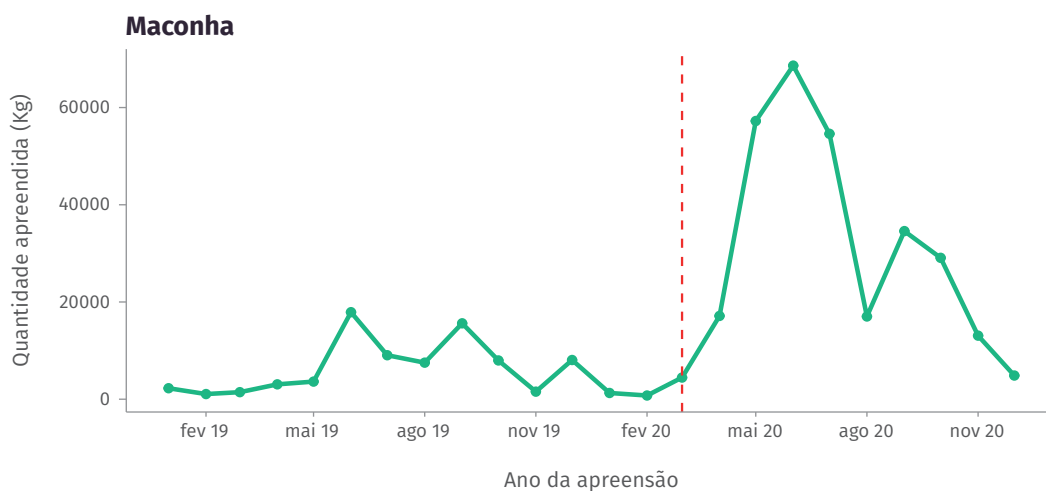
feitas com carros roubados³⁰, que podem ser trocados e, depois, terem suas peças vendidas, ou ainda serem utilizados como meio de transporte da droga.

Em Mato Grosso do Sul, foi verificado, com os dados da Polícia Federal, um relevante aumento nas apreensões de *cannabis* a partir de fevereiro de 2020, destacando o mês de junho (68.628,7 kg) e o mês de abril, pelo fato de o volume de apreensões ter aumentado 284,8% em relação ao mês anterior (Figura 19).

³⁰ Foi relatado, em algumas entrevistas, ser comum as organizações criminosas roubarem carros de alto padrão e se deslocarem ao Paraguai, deixando parte dos carros roubados, e voltarem por meio do “cavalo doido” com um dos carros roubados.

²⁹ Ver box 3.

Figura 19 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por mês e ano, Brasil – Mato Grosso do Sul, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Quantitativo da maconha é a soma de maconha, haxixe e *skunk*.

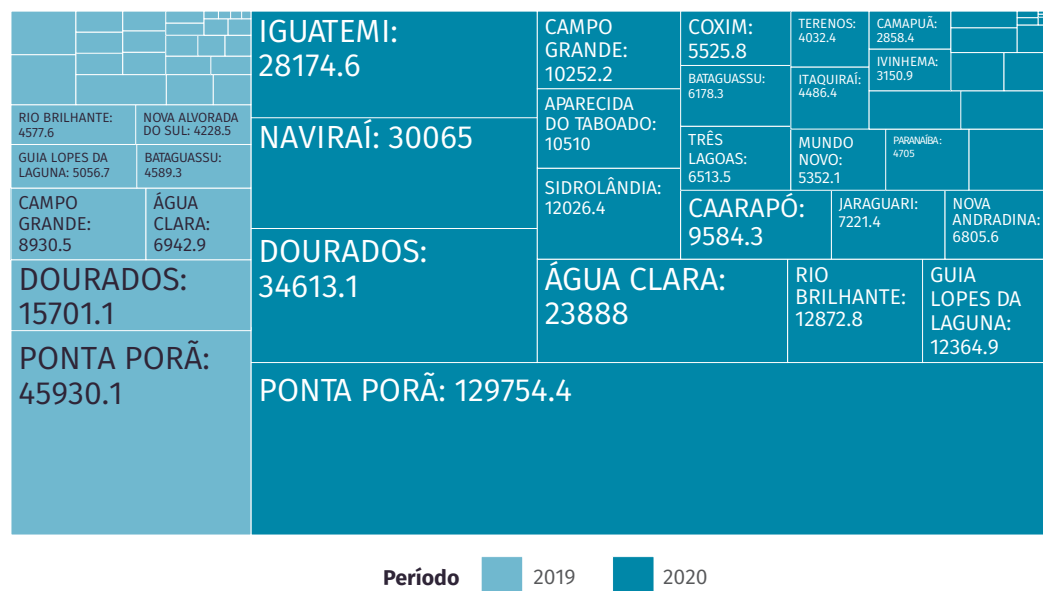
Foram 79.115,37 kg de maconha apreendidos em 2019 e 302.707,52 kg em 2020, sendo 0,08% e 0,02% desses, respectivamente, realizados nos aeroportos. Apesar do baixo percentual, as apreensões nos aeroportos de Corumbá e de Dourados somente ocorreram em 2019, enquanto houve aumento de 43,8% entre 2019 e 2020 no volume de apreensões no aeroporto de Campo Grande, indo de 49,5 kg para 71,2 kg.

Com relação ao modal terrestre, cerca de 116.675,5 kg de maconha foram apreendidos

nas rodovias federais em 2019, segundo os dados da Polícia Rodoviária Federal, aumentando cerca de 233,9% em 2020. Destaca-se Ponta Porã como o município com maior volume de apreensão em ambos os anos: 45.930,1 kg apreendidos em 2019 e 129.754,5 kg em 2020. Dourados e Água Clara também tiveram aumento expressivo de 120,5% e 244,1%, respectivamente (Figura 20).

Figura 20 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de maconha apreendida por municípios por ano, Brasil – Mato Grosso do Sul, 2019 – 2020

Maconha (Kg)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Federal).

Os dados da SEJUSP reiteram o aumento no volume de apreensões de maconha e haxixe realizadas pelas forças de segurança de MS no ano de 2020, conforme pode ser verificado

na Tabela 5. Ademais, indicam que essas apreensões ocorreram predominante no interior do estado.

Tabela 5 – Apreensões de maconha e derivados, Brasil – Mato Grosso do Sul, 2019 – 2020

Drogas (Kg)	Capital			Interior		
	2019	2020	Variação (%)	2019	2020	Variação (%)
Haxixe	6,4	108,3	1.592,2	100,3	246,3	145,6
Maconha	118.352,6	252.921	113,7	245.166,5	479.921,5	95,8
Total	118.359	253.029,3	113,8	245.266,8	480.167,8	95,8

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: SEJUSP/MS.

Seguindo um padrão similar ao da PRF, as apreensões se concentram no interior do estado, revelando uma lógica de distribuição nacional, uma vez que cargas de maconha, muitas vezes com elevados volumes, atravessam a fronteira constantemente. Parte da dinâmica do crime na travessia da droga é feita a partir do monitoramento de pessoas aliciadas por grupos criminosos, as quais são contratadas como “olheiros” e “mateiros”, repassando informações sobre a atividade policial por aplicativos de mensagens no celular ou por ligações telefônicas.

As alterações em alguns procedimentos com impacto na atividade policial foram aspectos relacionados à pandemia da covid-19 relatados por entrevistados em MS. De acordo com os interlocutores, o formato *on-line* de audiências do judiciário fez com que parte do efetivo de policiais militares responsáveis por escoltar pessoas presas fosse dispensando para atuar em suas atividades corriqueiras por mais tempo do que no período anterior à pandemia.

4.3.2 Paraná

Devido à sua larga fronteira com o Paraguai, reconhecidamente um dos maiores produtores de maconha do mundo, o Paraná tornou-se uma importante rota para a entrada da maconha no Brasil, e possui elevados números de apreensão dessa droga. As condições que caracterizam essa fronteira, como o extenso Rio Paraná e seus afluentes, tornam ainda mais desafiadoras as ações de fiscalização e repressão ao tráfico de maconha localmente.

Tal cenário exige a adaptação do trabalho policial a ambientes hostis, como a atuação em áreas ribeirinhas, entre matas e bosques, e no Rio Paraná, por meio, principalmente, da fiscalização noturna. Entre os fatores dificultadores citados pelos interlocutores, estão os locais de pouca profundidade para navegação, necessidade de equipamentos de visão noturna e comunicação, e os riscos iminentes relacionados a mudanças climáticas durante o trabalho nos rios, lagos e regiões ribeirinhas.

Nesse cenário, a integração entre as forças de segurança é apresentada como essencial por diversos motivos, tais como: o compartilhamento de informações relevantes, a realização de operações em conjunto, o aumento de efetivo para cobrir uma extensa área, entre outros. A maioria dos interlocutores entrevistados atuam diretamente na faixa de fronteira entre o Paraná e o Paraguai, e a fiscalização nessa região ocorre principalmente por grupos especializados das polícias militar e civil do Estado, da Polícia Federal, ali representada principalmente pelo Núcleo Especial de Polícia Marítima (NEPOM), Receita Federal, Exército Brasileiro e outras instituições.

De forma geral, esses atores relataram que a maconha é a principal droga traficada na faixa de fronteira por meio fluvial ou terrestre, e indicaram também o alto volume do contrabando de cigarros.



As relações entre o tráfico de maconha e o contrabando de cigarros na faixa de fronteira entre o Paraná e o Paraguai

O contrabando de cigarros surgiu de forma predominante nas entrevistas e grupos focais realizados na faixa de fronteira do estado do Paraná. Segundo os agentes de segurança, tal prática é realizada historicamente na região, e constitui fonte de renda para diversos indivíduos, principalmente jovens. Sendo assim, o contrabando, apesar de ilegal, não é percebido como algo necessariamente negativo, pois um número considerável de moradores da cidade — principalmente aqueles que não conseguiram se inserir no mercado formal — subsiste de atividades informais que envolvem mercadorias lícitas de circulação ilícita, assim como mercadorias ilícitas.

Segundo constatações de pesquisa anterior (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2016), o contrabando de cigarros é caracterizado pelas relações familiares e as lealdades locais que, além de garantirem o desenvolvimento ordenado das atividades, dificultam o estabelecimento de outros grupos criminosos na região.

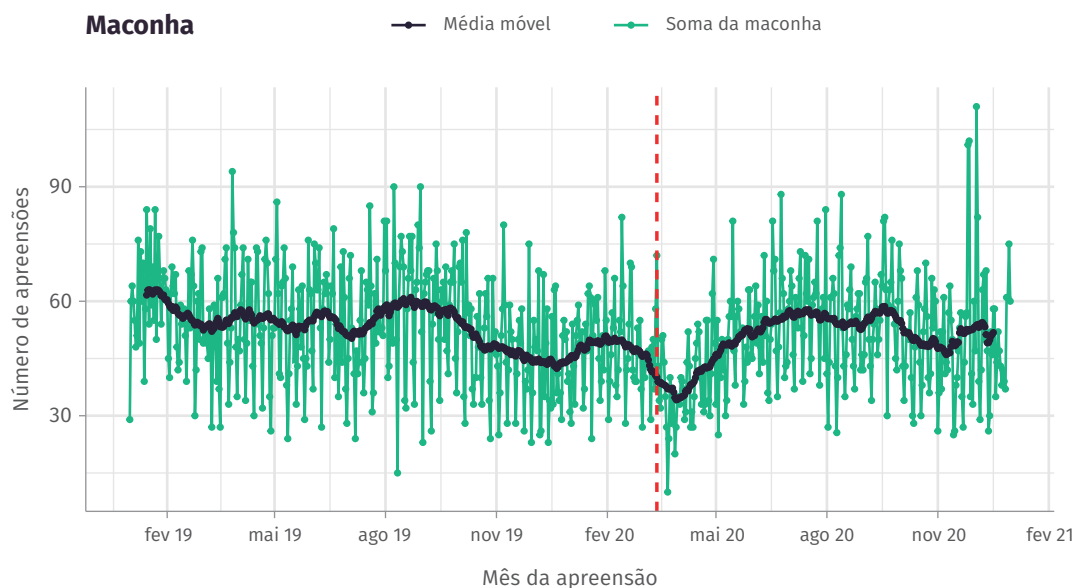
Os agentes de segurança entrevistados identificam relações atuais entre essa prática e o tráfico de maconha em torno do Rio Paraná, como a organização das pessoas envolvidas em redes para o compartilhamento de recursos existentes, a exemplo de portos clandestinos, olheiros, embarcações e outros, a fim de potencializar suas ações e resultados. Eventualmente, a maconha também é transportada “no vulto do cigarro”, ou seja, escondida entre a carga do cigarro, por esta ser mais volumosa.

Importante mencionar que, conforme o elevado índice de contrabando de cigarro na região, a Receita Federal do Paraná, instituição responsável pela destruição de cigarros ilegais oriundos das apreensões, aprimorou suas técnicas, estabelecendo meios sustentáveis para o processo de destruição das cargas, com reciclagem da maioria de seus componentes.

Conforme os dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística do Paraná (CAPE-SESP/PR)³¹ foram 117.641 boletins de ocorrência sobre apreensão de drogas registrados no Paraná entre 2017 e 2020, o que corresponde a 153.220 apreensões de entorpecentes, sendo 33.767 delas em 2019 e 33.681 em 2020.

Considerando apenas 2019 e 2020, há um decréscimo de -7,3%, totalizando 18.260 apreensões de maconha em 2020. A média móvel da Figura 21, com base em 14 dias, indicou decréscimo no número de apreensões de maconha até março de 2020 e acréscimo entre abril de 2020 e agosto de 2020.

31 O CAPE-SESP/PR é responsável pela análise e acompanhamento constante dos registros de criminalidade e mapeamento criminal ponto a ponto do Estado do Paraná. Ao identificar áreas mais sensíveis, as informações estratégicas são repassadas aos gestores para respaldar o planejamento de operações sistemáticas e ações na área da Segurança Pública do Estado. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE>. Acesso em 18 nov. 2021.

Figura 21 – Número de apreensões de maconha por dia, Brasil – Paraná, 2019 – 2021

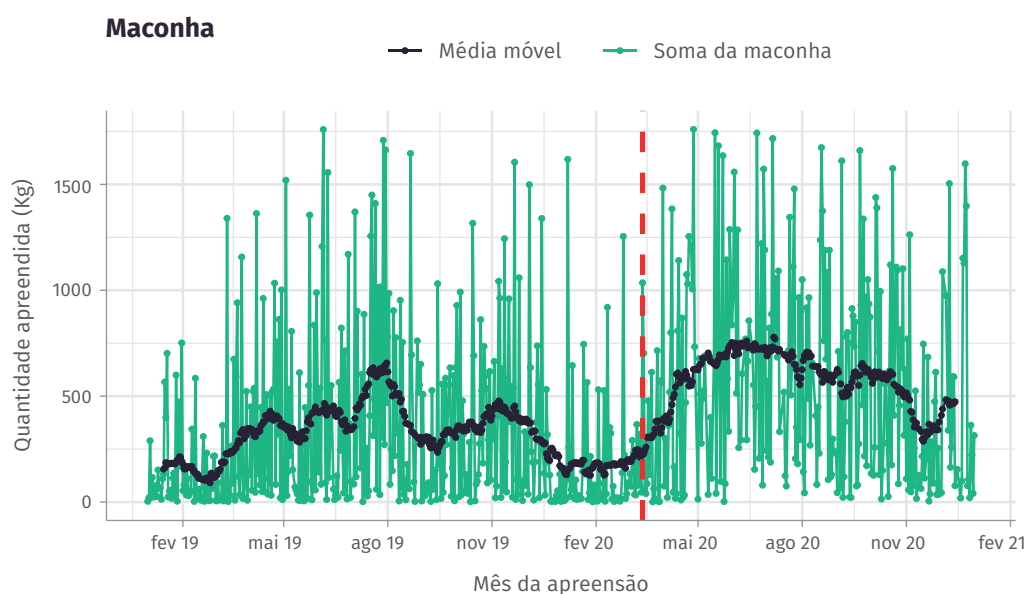
Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: CAPE-SESP/PR (Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Secretaria da Segurança Pública do Paraná) 2021.

Em contrapartida, o volume apreendido em quilogramas aumentou cerca de 107,1%, com o quantitativo duas vezes maior em 2020 em relação ao ano anterior, o qual havia totalizado 137.148,0 kg.

Devido a 44 observações em que o volume de apreensão foi atípico, como em 30 de agosto de 2020, com cerca de 10.465,7 kg, a média móvel apresentava certa estabilidade no

período anterior à pandemia. Ao retirar essas observações cujo quantitativo foi superior a 1.784 kg apreendidos (limite superior que indica os pontos discrepantes), verificou-se que a quantidade apreendida de maconha segue a mesma tendência vista com relação ao número de apreensões. Entre fevereiro e julho de ambos os anos, houve aumento no volume de apreensões.

Figura 22 – Quantidade de maconha apreendida por dia, Brasil – Paraná, 2019 – 2021

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: CAPE-SESP/PR (Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Secretaria da Segurança Pública do Paraná) 2021.

Nota: 44 observações (*outliers*) foram excluídas.

O mapa de calor aponta que, em 2019 e em 2020, assim como no caso de Mato Grosso do Sul, as apreensões foram elevadas nos meses de junho e julho, não apresentando, graficamente, um padrão de dia da semana ou período. Em maio de 2019, as maiores apreensões ocorreram à noite ou às sextas-feiras. Já em maio de 2020, os períodos da manhã e da noite corresponderam aos grandes volumes de apreensão. Os campos cinzentos correspon-

dem àqueles em que os valores atípicos estão localizados, de forma que indicam valores superiores à escala.

Ademais, em agosto de 2020, nota-se um padrão nos períodos da tarde e da noite, enquanto em setembro de 2020 houve poucas apreensões no domingo.

Figura 23 – Mapa de calor da quantidade de maconha apreendida por dia da semana e período segundo mês, Brasil – Paraná, 2019

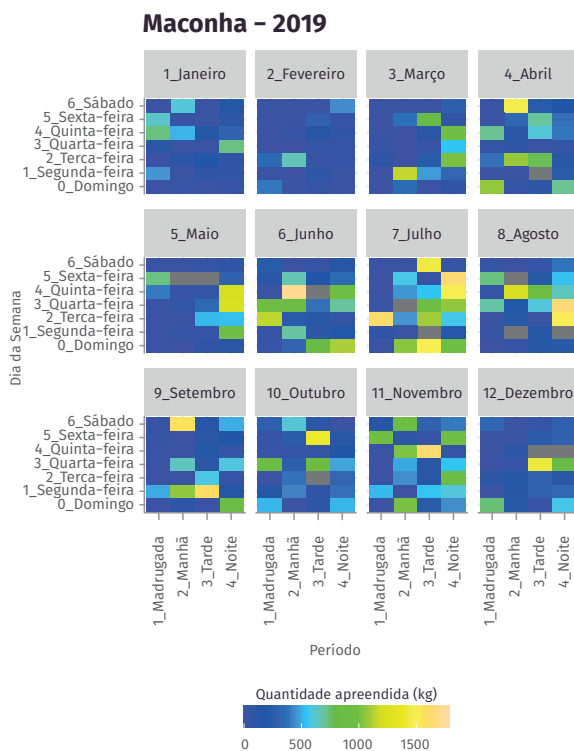
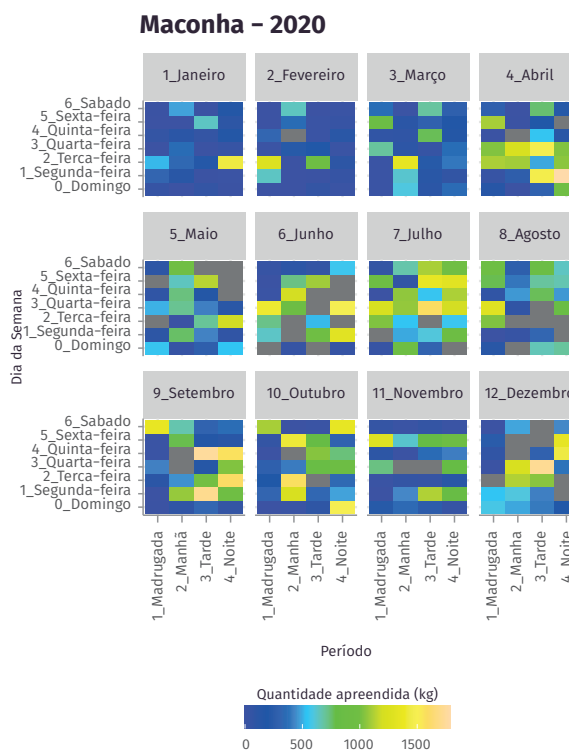


Figura 24 – Mapa de calor da quantidade de maconha apreendida por dia da semana e período segundo mês, Brasil – Paraná, 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: CAPE-PR (Centro de Análise, Planejamento e Estatística do Paraná) 2021.

Depreende-se da pesquisa em campo que as restrições de deslocamento entre as fronteiras em decorrência da pandemia, incluindo o fechamento da Ponte da Amizade³² entre março e outubro de 2020, provocaram o aumento do tráfico de maconha no Rio/Lago Paraná. A Ponte da Amizade possui intenso fluxo de carros e transporte de diversos bens lícitos e ilícitos, e configura significativa rota para o transporte de maconha. Uma percepção recorrente de todos os grupos policiais pesquisados no período de pandemia no Estado, e que se relaciona com a possibilidade de aumento do

tráfico por meio fluvial, foi o aumento de construção de portos clandestinos e do número de olheiros para auxiliar no monitoramento do trabalho policial e fornecer informações para evitar que essas cargas sejam apreendidas. Os traficantes também buscaram aprimorar seus métodos para tornar as travessias e o escoamento da droga mais rápidos, utilizando equipamentos mais modernos. As atividades do tráfico de drogas por meio fluvial exigem uma logística complexa, como estratégias para a ocultação de embarcações e abertura de trilhas para passagem de transportes, e há indícios de que os grupos criminosos estão se organizando cada vez mais em redes. Adicionalmente, constatou-se nos relatos que as

³² A Ponte da Amizade faz a ligação entre Foz do Iguaçu (Brasil) a Cidade de Leste (Paraguai).

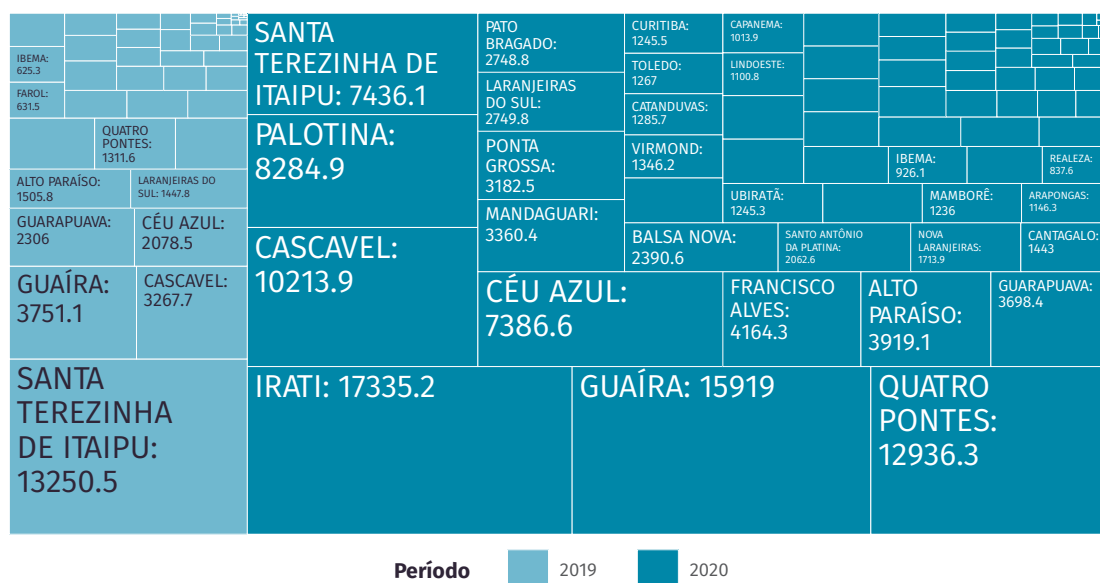
mudanças percebidas no tráfico de drogas também possuem relação com alterações nas atividades policiais, o aumento de efetivo policial para atuação na faixa de fronteira e novas estratégias locais, como a implementação do Programa VIGIA.

De forma geral, as instituições policiais relataram a percepção no aumento de apreensões, e com volumes maiores de drogas. A Polí-

cia Rodoviária Federal, por exemplo, teve um aumento de 88,5% no número de apreensões realizadas em 2020 em relação ao ano anterior. Essas corresponderam a cerca de 143.495,8 kg apreendidos de maconha no último ano, dos quais 12,1% ocorreram em Irati — município que só havia contabilizado 50 kg em 2019, demonstrando aumento. Em contrapartida, Santa Terezinha de Itaipu teve redução de 43,9%, totalizando 7.436,1 kg apreendidos (Figura 25).

Figura 25 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de maconha apreendida por municípios por ano, Brasil – Paraná, 2019 – 2020

Maconha (Kg)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Federal).

Também se destacam os aumentos nos volumes de apreensões ocorridos nos municípios de Guaíra (324,4%), Foz do Iguaçu (152,7%) e São José dos Pinhais (104,1%), entre 2019 e 2020.

Nesse cenário, é importante ressaltar que a destinação de um grupo especializado para a fiscalização aérea em Guaíra, de tecnologias de monitoramento por câmeras em Foz do Iguaçu, e de aparelhos de comunicação potencializou o trabalho policial e seus resultados, conforme mencionado pelos interlocutores. A tecnologia e o fortalecimento de capacidades possuem funções importantes para o desempenho das ações policiais, possibilitando a melhoria nos fluxos de compartilhamento de informações,

agilizando as análises e cruzamento de dados, e facilitando o monitoramento constante de grupos criminosos.

Quando perguntado sobre a identificação das organizações criminosas atuantes, alguns interlocutores indicam que o PCC já foi detectado como o principal atuante no tráfico de maconha entre Brasil e Paraguai, mas ressaltam a existência de grupos menores e locais. Em pesquisa anterior realizada na região, os agentes de segurança também mencionaram a existência de um mercado local bem constituído e relacionado com o controle de contrabando (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2016, p. 59).

De acordo com investigações³³, o Paraná é um dos principais redutos do PCC, depois de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Entretanto, essa organização não possui total controle da região. Também foram mencionadas as organizações criminosas Clã Barakat, Comando Vermelho e Máfia Paranaense (INSIGHT CRIME, 2021). Após uma investigação de dois anos sobre a atuação do PCC na região, conduzida pelo Centro de Estudos Latino-Americanos e Latinos (CLALS) da *American University* e pela *InSight Crime*, constatou-se que, após o assassinato de Jorge Rafaat e o fim da trégua com o Comando Vermelho, o PCC obteve maior destaque no tráfico de drogas entre Paraguai e Brasil³⁴ (INSIGHT CRIME, 2020).

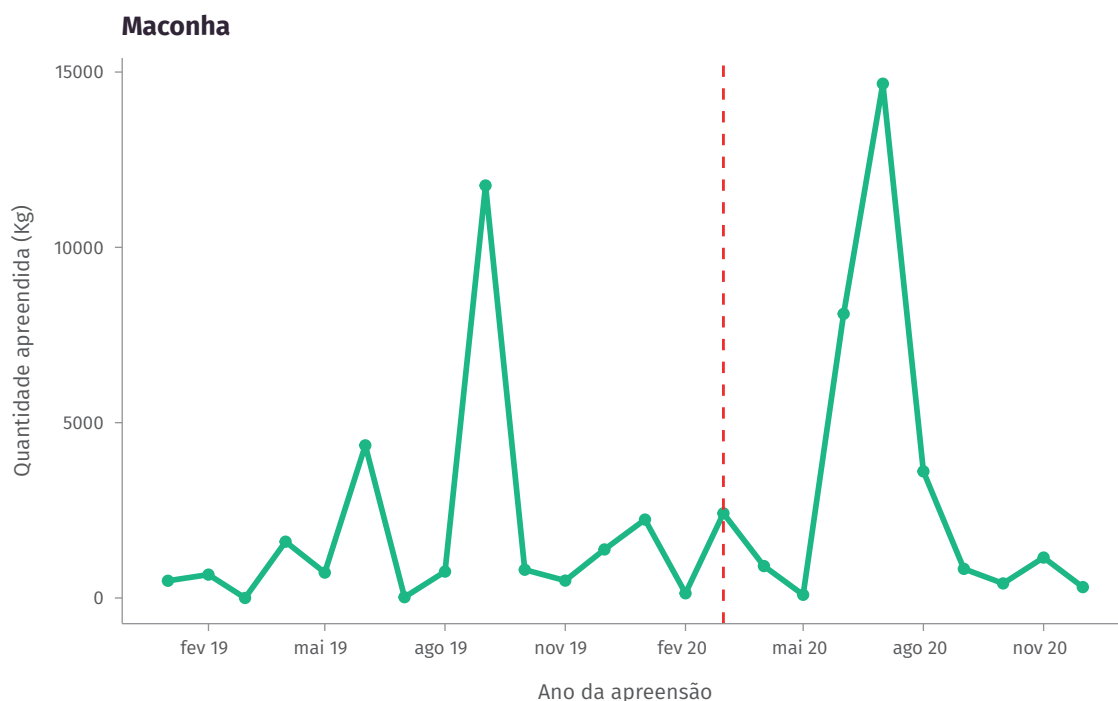
³³ As informações foram retiradas de uma investigação de campo em Foz de Iguaçu, Paraná e São Paulo, onde a *InSight Crime* entrevistou representantes da Procuradoria-Geral da República, uma unidade nacional de investigação da polícia, uma divisão nacional de combate ao crime organizado, uma unidade de segurança de fronteira, a Polícia Federal, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e jornalistas locais. O *InSight Crime* também se baseou em informações do FBSP, do O Globo e da imprensa local. Disponível em: <https://insightcrime.org/brazil-organized-crime-news/parana-brazil/>.

³⁴ Segundo os pesquisadores Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias, o PCC começou o "Projeto Paraguai", em discussão, pelo menos, desde 2010.

4.3.3 São Paulo

O volume de apreensões da maconha aumentou cerca de 51,2% em São Paulo entre 2019 e 2020, segundo dados da Polícia Federal. Esse aumento deve-se, em grande parte, pelos quantitativos apreendidos em junho e julho de 2020, de 8.104,8 kg e de 14.668,1 kg, respectivamente (Figura 26).

Figura 26 – Quantidade (kg) de maconha apreendida por mês e ano, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Quantitativo da maconha é a soma de maconha, haxixe e *skunk*.

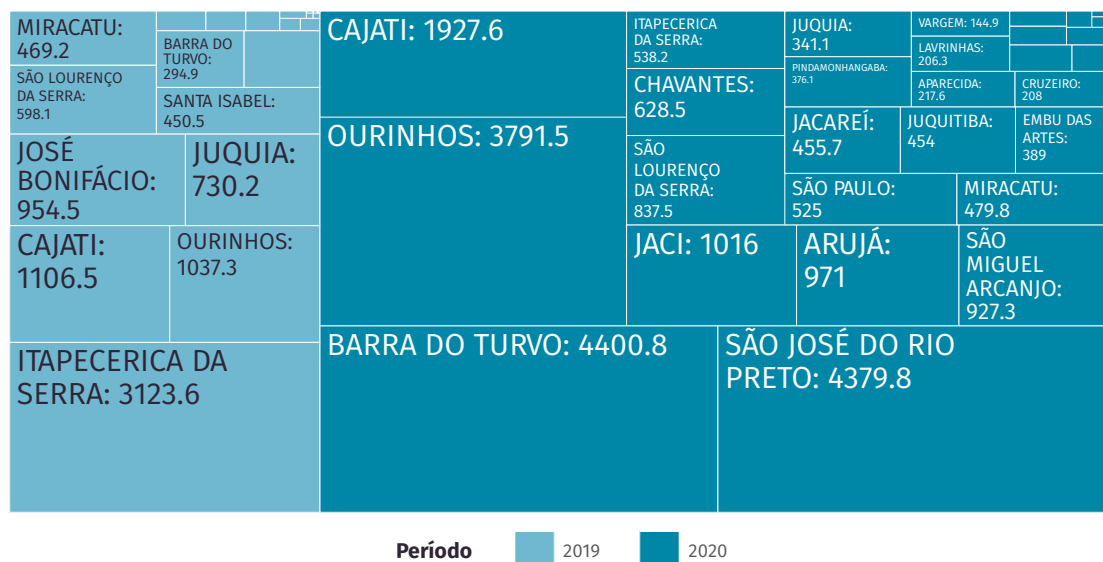
A respeito dos modais de transporte, a forma predominante aparenta ser via terrestre, uma vez que menos de 1% do volume apreendido de maconha era oriundo de aeroportos entre 2019 – 2020, sendo recorrentes no aeroporto internacional de Viracopos e de São Paulo/ Guarulhos.

Os dados da Polícia Rodoviária Federal informam um aumento considerável, de 156,2%, no volume de apreensões em rodovias federais entre 2019 e 2020, destacando os quatro primeiros meses de 2020, que corresponderam a 7.643,7 kg apreendidos.

Sobre os dois anos, nota-se uma mudança acerca do volume de apreensão nos municípios. As cidades com maior quantitativo em 2019 não são as mesmas de 2020, com exceção de Cajati e Ourinhos, que registraram aumento de 74,2% e de 265,5%, respectivamente. Barra do Turvo foi de 294,9 kg apreendidos em 2019 para 4.400,8 kg em 2020, correspondendo a um aumento de 1.392,3% (Figura 27).

Figura 27 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de maconha apreendida por municípios por ano, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020

Maconha (Kg)



Os dados de flagrantes na cidade de São Paulo, disponibilizados pelo Núcleo de Exames de Entorpecentes (NEE) do Instituto de Criminalística da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, revelam que entre 2019 e 2020 houve 17.244 flagrantes e, desses, 46.250 exames de substâncias, sendo 23.601 exames abertos em 2019 e 22.649 em 2020.

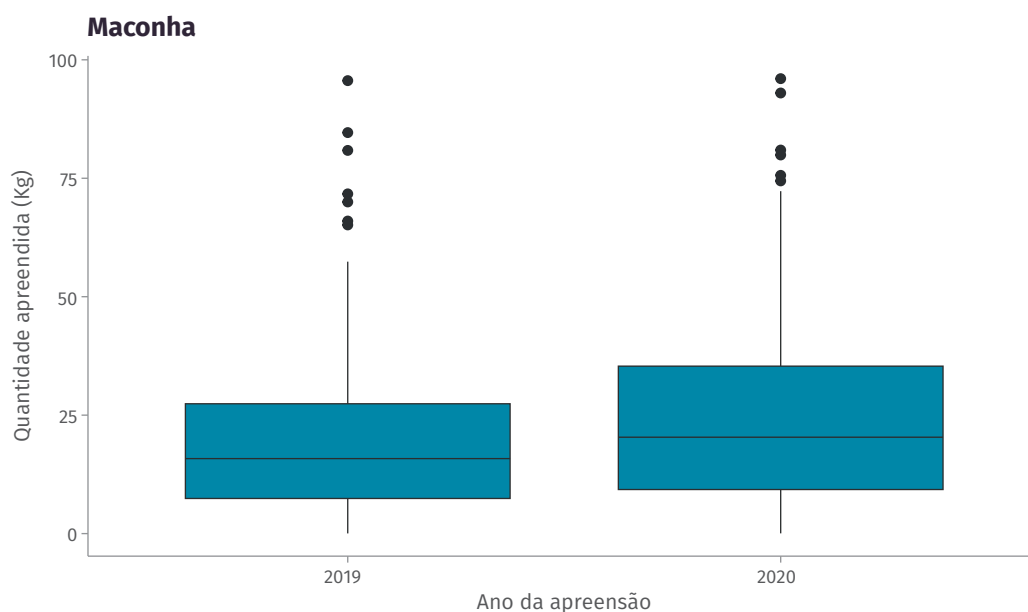
Dos 44.158 exames que foram concluídos, 9.188 detectaram maconha (THC) em 2019 e 9.255 em 2020, o que mostra um aumento de apenas 0,7%. As amostras de maconha encontradas eram, em sua maioria, em porções de fragmentos vegetais ressequidos, constituídas de folhas, folíolos, inflorescências, caules e frutos.

Outra fonte de dados analisada para o Estado refere-se às apreensões realizadas pela Polícia Militar. No total, o banco de dados continha

336 casos de apreensões de maconha em 2019 e 476 em 2020, os quais totalizaram 4.331,7 kg e 6.098,9 kg apreendidos, respectivamente. As apreensões de maconha variaram entre 0,038 e 95,6 kg, com média de 25,4 kg por ocorrência em 2019. Em 2020, a distância interquartilica aumentou de 24,1 para 30,9, com 50% das apreensões com volume inferior a 28,2 kg.

Observando o diagrama *boxplot* de maconha por ano, nota-se assimetria para a direita e presença de pontos discrepantes, ou seja, as apreensões se concentraram abaixo de 50 kg nos dois anos, apesar de no ano de 2020 a amplitude ter sido maior. A presença de pontos discrepantes indica que houve apreensões de volume atípico, bem como que a média pode estar sendo influenciada por esses valores.

Figura 28 – Boxplot da distribuição das apreensões de maconha realizadas pela Polícia Militar de São Paulo, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020

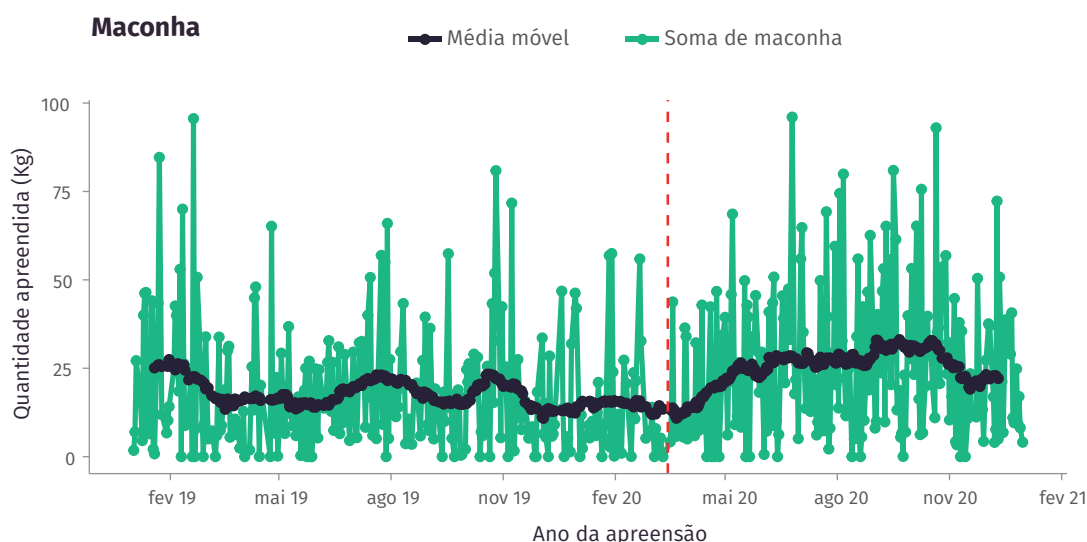


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

Com referência ao volume apreendido por dia, a média móvel calculada para a maconha aponta tendência decrescente na quantidade apreendida até março de 2020, apesar da oscilação vista entre julho e dezembro de 2019.

Ademais, nota-se que nos três primeiros meses da pandemia houve um crescimento acentuado que, em seguida, aparenta ser menos intenso até novembro de 2020.

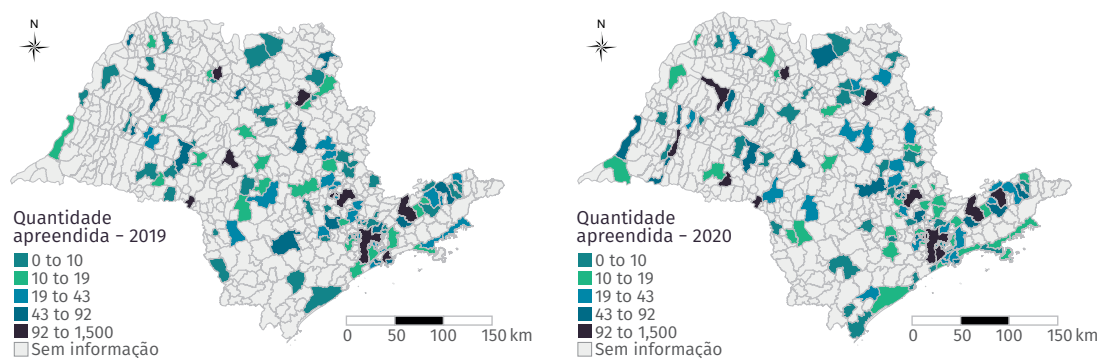
Figura 29 – Média móvel das apreensões de maconha realizadas pela Polícia Militar de São Paulo por mês e ano, Brasil – São Paulo, 2019 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

Os maiores volumes de apreensão se encontram na capital, a qual totalizou aumento de 46,0%, e em Campinas, com aumento de 251,0%. Cerca de 51 municípios obtiveram registros de apreensão de maconha somente em 2020. Desses, o maior volume foi apreendido em Presidente Prudente (118 kg).

Figura 30 – Registros de apreensão de maconha realizada pela Polícia Militar de São Paulo por município, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020

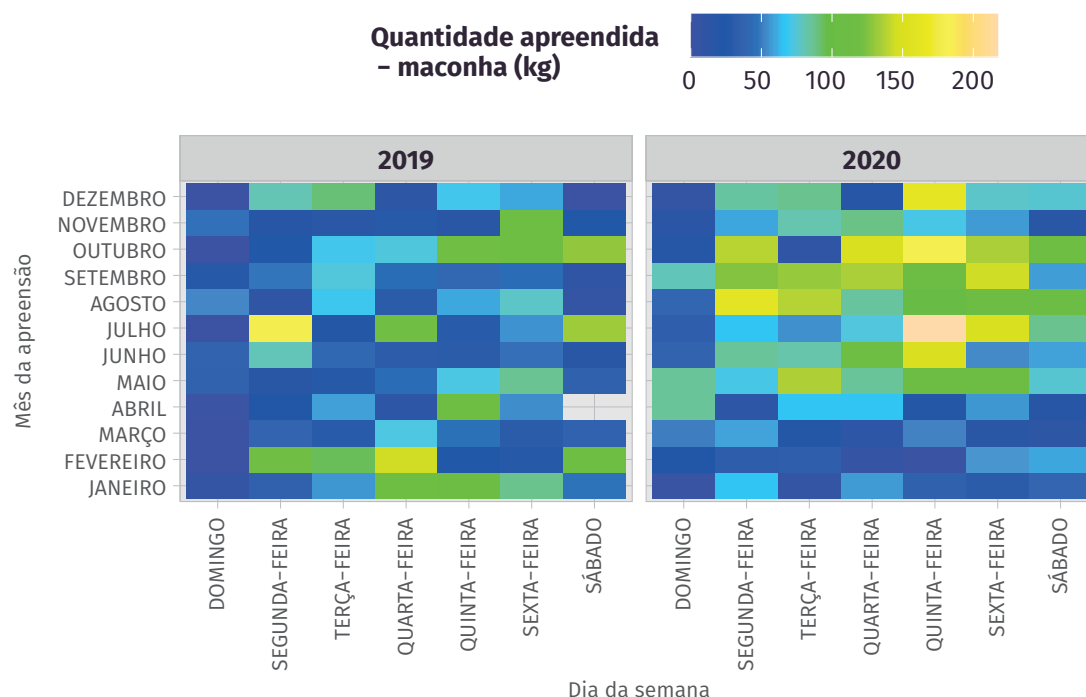


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

Por fim, a figura a seguir apresenta a distribuição das apreensões, segundo dia, mês e ano. O mapa de calor de 2019 mostra que as apreensões de maior volume aconteceram de forma dispersa, com exceção aos sábados do mês de abril, quando não houve apreensão. Além disso, o mês de outubro chama atenção

por concentrar altos volumes de apreensão em todos os dias da semana, exceto aos domingos. Já o mapa de calor de 2020 mostra baixo volume apreendido nos primeiros quatro meses do ano, que é visto de forma concentrada nos dias úteis da semana, nos meses seguintes.

Figura 31 – Registros de apreensão de maconha realizada pela Polícia Militar de São Paulo por dia da semana, mês e ano, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

Com relação ao consumo de maconha, foi relatado que, no período da pandemia da covid-19, houve aumento de vendas da droga por meio de aplicativos de telefone, principalmente em plataformas que promovem encontros para relacionamento afetivo. Isso ocorreu pelas medidas de restrição impostas, pois as pessoas que fazem uso de maconha não deixaram de comprar a droga. Essa modalidade de tráfico de drogas já havia sido identificada antes. No entanto, com a pandemia, as vendas se intensificaram em diversas plataformas.

Em São Paulo, foi relatado que, devido à identificação de maior movimentação na entrega de drogas a domicílio, houve orientação policial para realizar mais abordagens em pessoas que conduziam motocicletas, com o propósito de flagrar crime de tráfico de drogas.

4.4 Cocaína

Dados do *World Drug Report* (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b) indicam um crescimento do volume de apreensões de cocaína no mundo, mesmo com a observada redução das áreas de cultivo de folhas de coca — o que possivelmente relaciona-se com o aprimoramento dos meios de produção de cocaína observado nos últimos anos. Há indícios de que a produção global dobrou entre 2014 e 2019, e a quantidade de cocaína apreendida mais que dobrou no mesmo período, atingindo seu recorde em 2019 com cerca de 1.436 toneladas apreendidas — um aumento de 9,6% em relação ao ano anterior. Contudo, observou-se a redução nos quantitativos de produção e apreensão no ano de 2020, principalmente nos meses iniciais da pandemia.

O Relatório de Monitoramento de áreas de cultivos ilícitos 2020³⁵, produzido pelo UNODC Colômbia, também ressalta que a produção local de cocaína foi impactada no primeiro momento da pandemia (março a junho de 2020). As restrições de movimento geradas pela pandemia ampliaram os riscos de entrada nas áreas de cultivo, o que, por sua vez, reduziu momentaneamente os preços da pasta base da cocaína, retornando à normalidade entre os meses de outubro e dezembro de 2020. Adicionalmente, um ponto relevante é a percepção do aumento no preço da cocaína no atacado, registrada principalmente na região Norte do Brasil, decorrente das possíveis dificuldades de transporte da droga entre Brasil, Colômbia e Peru (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2020a).

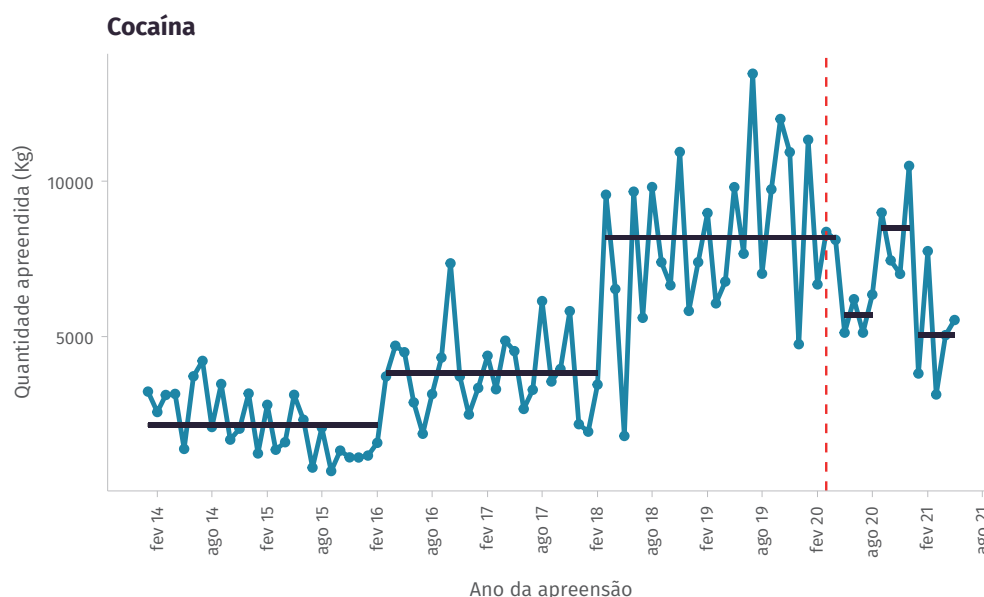
Apesar de a cocaína ser a segunda substância ilícita com maior volume de apreensões no Brasil, o país não é considerado um produtor. Semelhante à seção sobre a maconha, a maior

parte das informações quantitativas sobre o tráfico de cocaína que constam neste estudo foram obtidas a partir das apreensões realizadas pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal.

Os dados de apreensão de cocaína da Polícia Federal, em âmbito nacional, apresentados na Figura 32, revelam uma tendência crescente no volume de apreensões realizadas até o ano de 2020, sendo 13.457,5 kg apreendidos somente em julho de 2019.

Com a análise de pontos de mudança em relação à média, pode-se verificar que houve seis mudanças de níveis ao longo do tempo estudado (linha preta). Além disso, observa-se uma tendência crescente até março de 2020, mês que delimita o início da pandemia. Após o início dessa, observam-se três mudanças de tendência na quantidade apreendida da droga: um declínio no período de fevereiro a agosto de 2020; um retorno ao patamar pré-pandemia entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021; e outra redução no período de fevereiro a agosto de 2021. Essas grandes oscilações podem indicar algumas instabilidades no atual mercado de tráfico de drogas.

Figura 32 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida por mês e ano, Brasil, 2014 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Soma de cloridrato de cocaína, pasta base e cocaína base (incluindo crack).

Comparando doze meses antes da pandemia e doze durante a pandemia, nota-se que houve redução de 20,2% na quantidade apreendida dessa droga (Tabela 6). No período da pandemia, o único mês em que foram registrados

mais de 10.000 kg de cocaína apreendida foi dezembro (10.491,3 kg), enquanto no período anterior os valores foram, em grande parte, superiores, com julho de 2019 tendo registro de 13.457,5 kg.

Tabela 6 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida por período antes e durante o período da pandemia, Brasil, 2019 – 2021

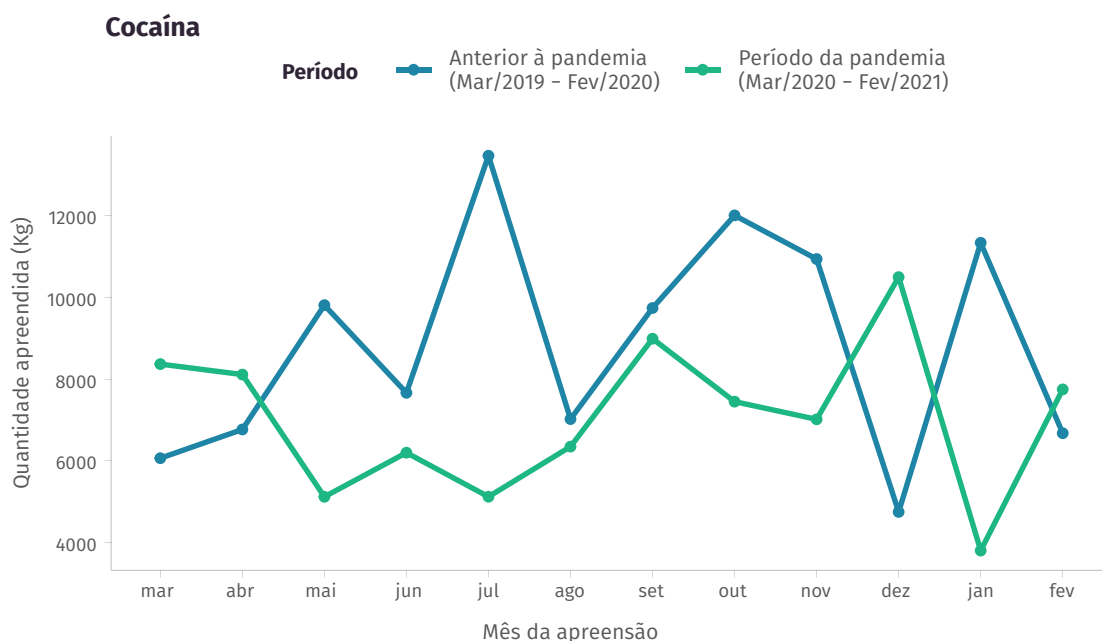
Tipo de droga	Período	Quantidade apreendida (Kg)
Cocaína ¹	Anterior à pandemia (mar./2019 – fev./2020)	106.222,2
	Período da pandemia (mar./2020 – fev./2021)	84.787,3

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: 1 – Soma de cloridrato de cocaína, pasta base e cocaína base (incluindo crack).

Figura 33 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida por período antes e durante a pandemia, Brasil, 2019-2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Soma de cloridrato de cocaína, pasta base e cocaína base (incluindo crack).

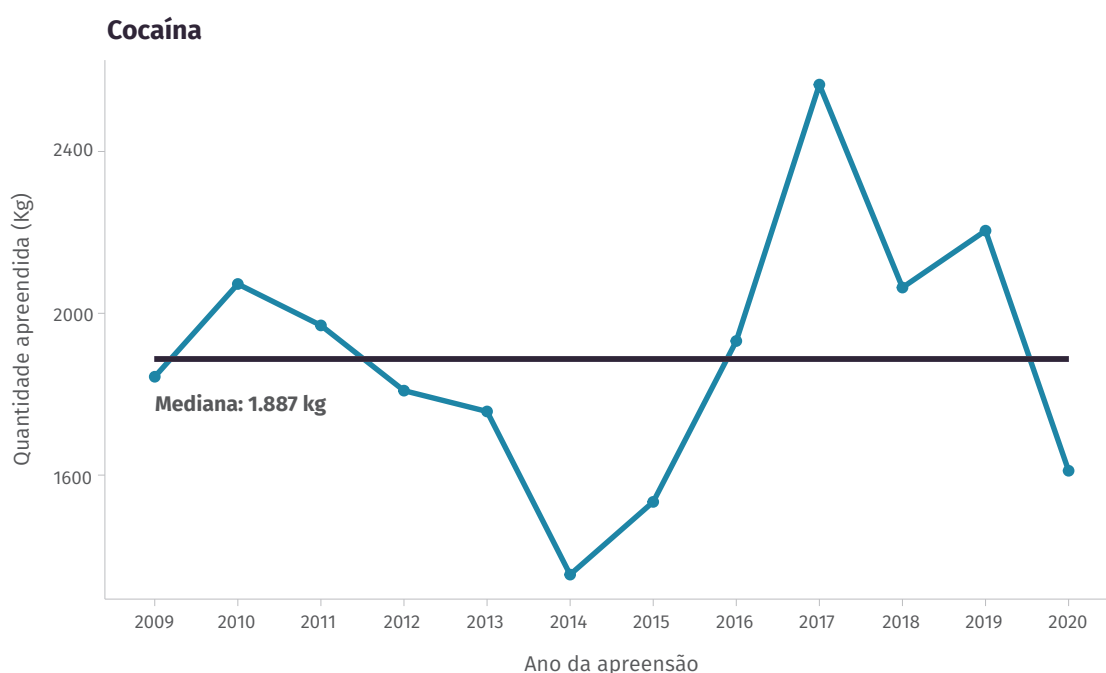
Ainda que tenha sido observado um decréscimo nas apreensões de cocaína no período de pandemia, verificou-se um elevado volume dessa droga no território brasileiro. Segundo um interlocutor policial, esse fato confirma que o Brasil é um local de passagem da cocaína e, embora haja consumo interno, o mercado europeu é determinante com relação ao tráfico dessa droga.

No que diz respeito à apreensão de cocaína nos aeroportos do Brasil, o ano de 2021 não foi considerado pelo fato de as informações não estarem completas. Dessa forma, entende-se, conforme a Figura 34, que houve um aumen-

to de volume de apreensões entre 2014 e 2018, mas também que tanto 2014 quanto 2017 foram os anos nos quais o quantitativo apreendido se encontra destoante da mediana, correspondendo a uma diferença de 533 kg e 678,4 kg, respectivamente.

Ainda, comparando com o total de apreensões no Brasil, o percentual de quilogramas de cocaína apreendidos em aeroportos foi baixo em todos os anos, inferior a 10%. Em 2015, foram apreendidos cerca de 19.537,9 kg e desses, cerca de 7,9% foram em aeroportos (1.533,8 kg), apontando esse ano como o de maior percentual comparativo.

Figura 34 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida em aeroportos por ano no Brasil, 2009 – 2020

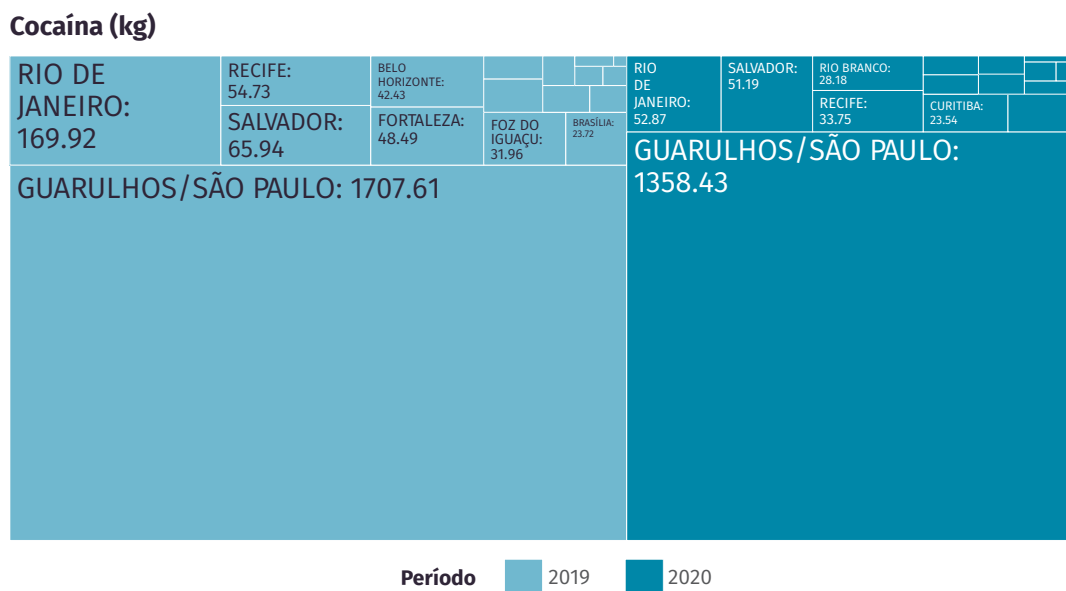


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

O aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, teve predominância como local para tráfico de cocaína em 2019 e 2020 (Figura 35), mas houve redução de 20,5% na cocaína apreendida

nesse período. Rio de Janeiro, Salvador e Recife também apresentaram elevados números de apreensões em 2019, totalizando 169,9 kg; 65,9 kg e 54,7 kg, respectivamente.

Figura 35 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de cocaína apreendida em aeroportos por ano, Brasil, 2019 – 2020

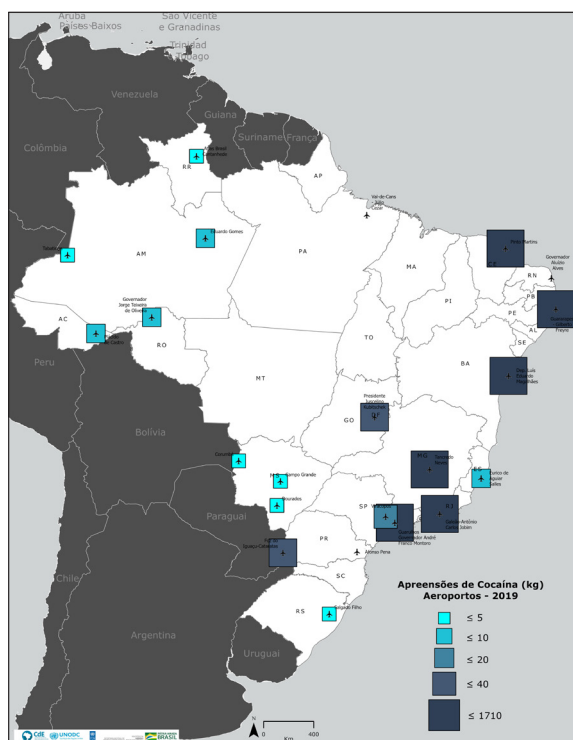


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

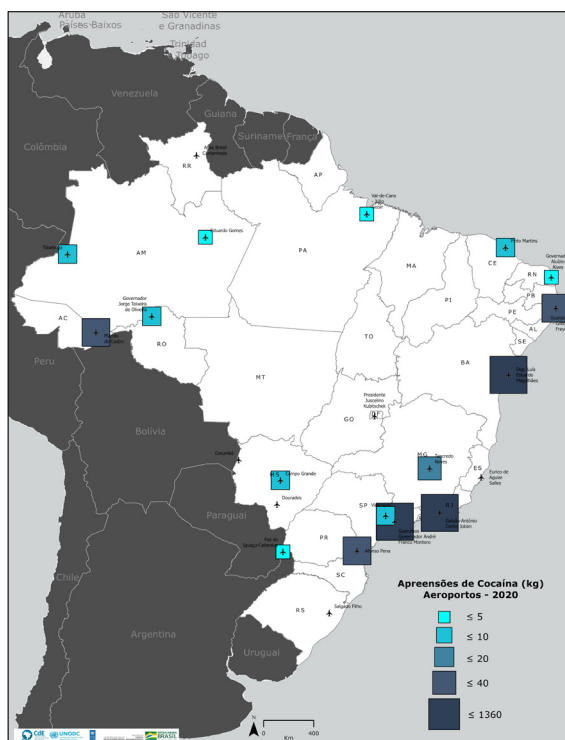
Pelos mapas 16 e 17, nota-se maior concentração de apreensão de cocaína nos aeroportos de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Acre e Pernambuco, em 2020. Além disso, enquanto em 2019 o aeroporto de Fortaleza (Ceará) respondeu por alto volume de apreensão, em 2020 houve redução no quantitativo desse

aeroporto, bem como registros de apreensões no aeroporto de Natal (Rio Grande do Norte). Já as apreensões registradas nos aeroportos de Corumbá, Campo Grande e Dourados vistas em 2019 parecem ter se concentrado somente em Campo Grande no ano de 2020.

Mapa 16 – Quantidade de cocaína apreendida pela PF em aeroportos, Brasil, 2019



Mapa 17 – Quantidade de cocaína apreendida pela PF em aeroportos, Brasil, 2020



Segundo um interlocutor policial, foram identificadas algumas estratégias do tráfico de drogas para substituir o uso de voos comerciais utilizados por grupos de tráfico considerados “menores”. Segundo ele, nesses voos, normalmente a cocaína é escondida na bagagem, com uma limitação de volume inferior a 3kg. Tendo em vista as elevadas restrições de viagem durante a pandemia, foi verificado um aumento de envio de drogas pelo correio, sendo a China identificada como uma rota postal para envios de pequenas quantidades de cocaína, e considerada uma possível alternativa às rotas de modal aéreo comercial.

Ao analisarmos as apreensões nos portos, principal modal utilizado para exportar cocaína, observa-se que São Paulo também teve

destaque no volume de apreensões, em especial, nos portos de São Sebastião e de Santos. O mapa de calor (Figura 36) mostra alta concentração de cocaína apreendida nesses portos, principalmente no de Santos, entre os anos 2016 e 2020, totalizando cerca de 27.667,3 kg apreendidos em 2019. Nesse mesmo ano, o porto de Paranaguá, no Paraná, teve o segundo maior volume de apreensão registrado: cerca de 21.554 kg. Desse modo, verificamos uma tendência de crescimento de apreensões ao longo dos anos, conforme verificado na Tabela 7. Esse fato, segundo interlocutores das instituições entrevistadas, é resultado do contínuo trabalho de aprimoramento das fiscalizações e do uso de tecnologias e processo de inteligência para o direcionamento do trabalho.

Tabela 7 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida nos portos pela Polícia Federal, Brasil, 2017 – 2020

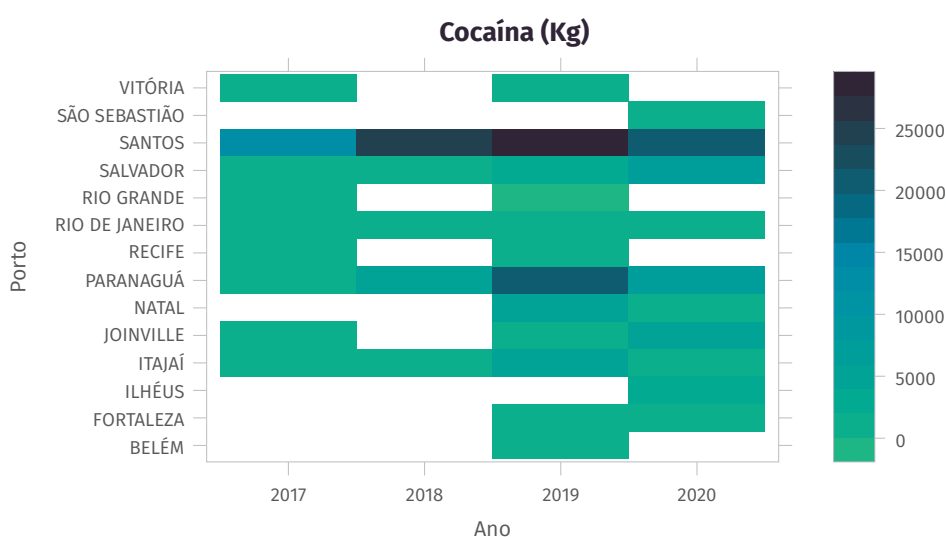
Ano	Quantidade apreendida (Kg)
2017	18.327,8
2018	32.319
2019	66.770,8
2020	48.265,0

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal) e RFB (Receita Federal do Brasil).

O maior volume de apreensões de cocaína em portos foi em novembro de 2019, mês em que foram totalizados 9.514,5 kg, correspondendo a 87% dos 10.933,4 kg apreendidos no mesmo mês de acordo com a Polícia Federal. Ademais, destaca-se o mês de junho de 2020, em que

as apreensões portuárias corresponderam a 65,3% do total apreendido no mês (6.202,3 kg) — o que sugere maior uso dos portos como alternativa para o tráfico de cocaína durante esse período da pandemia.

Figura 36 – Mapa de calor da quantidade (kg) de cocaína apreendida pela Polícia Federal por porto no Brasil, 2017 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal) e RFB (Receita Federal do Brasil).

Verifica-se uma prevalência de apreensão de cocaína nos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) em todos os anos, mas principalmente em 2019 e 2020. Os portos de Salvador (BA) e Itajaí (SC) apresentaram menores quantidades de apreensões ao comparar com os portos de Santos e Paranaguá, mas têm registros em quase todos os anos nessa série histórica, além de valores expressivos nos dois últimos anos. Os campos em branco informam que, para o respectivo ano, não houve registro de apreensão de cocaína ou não foi informado.

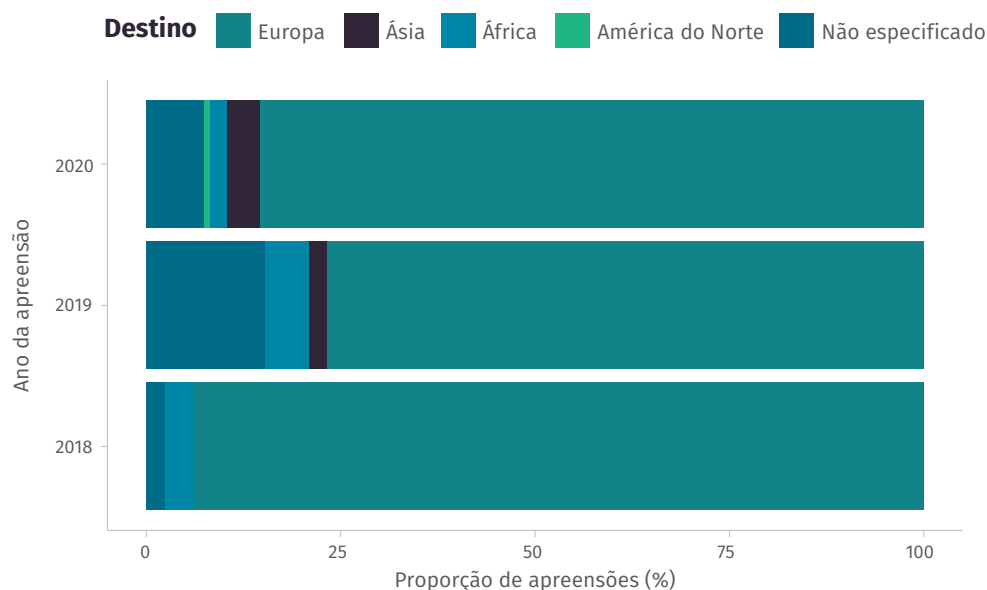
Ademais, não se observa uma elevação de apreensões nos demais portos ao longo do período analisado. Contudo, segundo relatos dos profissionais entrevistados, já é possível identificar uma diversificação do uso de portos pelas organizações criminosas e, por esse motivo, foram iniciados treinamentos e compartilhamento de padrões de fiscalizações entre os diversos portos brasileiros.

Os dados indicam que essas quantidades apreendidas tinham como destino em cada

ano, predominantemente, o continente europeu, seguido dos continentes africano e asiático, conforme a proporção apresentada na Figura 37. Houve somente uma ocorrência em que o destino era a América do Norte, em 2020. Segundo alguns interlocutores, é muito desafiador atuar somente do lado da oferta, enquanto existe mercado consumidor.

As instituições brasileiras atuam com o foco na redução da oferta, tentando barrar a entrada, a saída e o trânsito das substâncias pelo território brasileiro. Contudo, as informações existentes apontam que o preço da cocaína na Europa não subiu durante a pandemia — um sinal de que continua havendo abastecimento do mercado local mesmo com as restrições observadas ao longo da pandemia. Outra situação que pode ter contribuído para a manutenção da disponibilidade foi a redução de eventos e aglomerações — espaços em que o consumo de drogas ilícitas era mais frequente.

Figura 37 – Proporção da quantidade (kg) de cocaína apreendida em portos no Brasil, 2018 – 2020



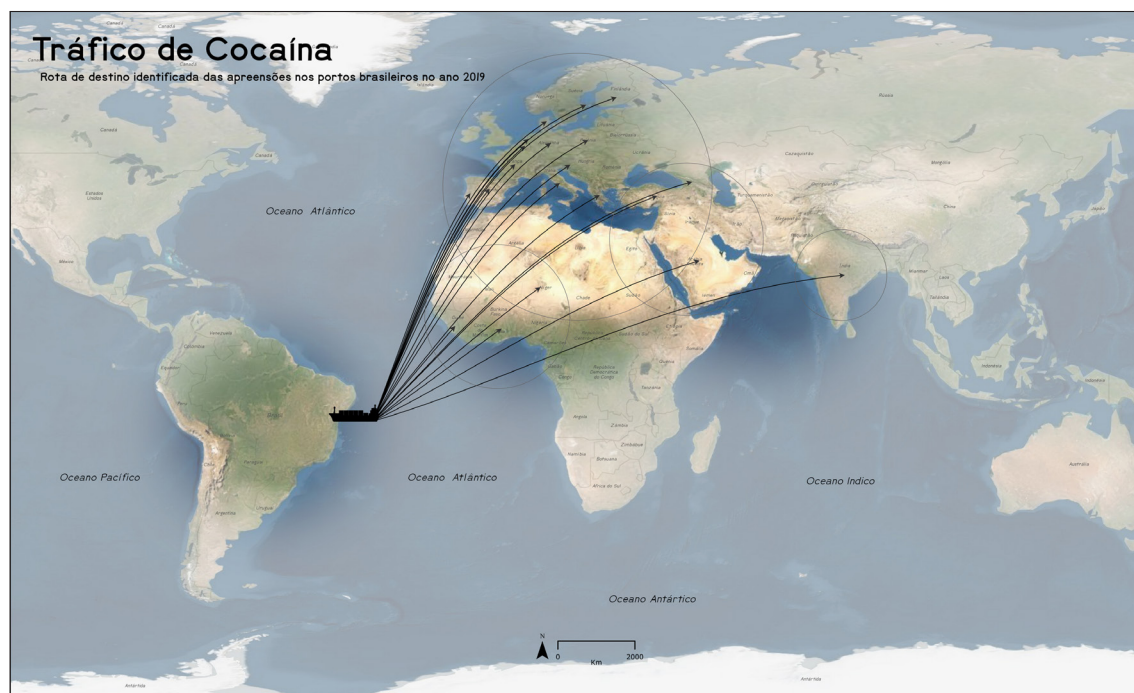
Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

Do ponto de vista geográfico, os dados das apreensões nos portos brasileiros onde a rota de destino foi identificada sugerem que, entre os anos de 2019 e 2020, Bélgica, Holanda, Espanha, França e Nigéria continuaram sendo os principais países de destino do tráfico de cocaína com maiores quantidades da substância. Nesse sentido, os dados permitem identificar Bélgica e Holanda como áreas geoestratégicas importantes para a entrada de cocaína no continente europeu. Tal *modus operandi* também é destacado em estudos recentes, que consideram a importância relativa de ambos os países como portas de entrada para a cocaína na Europa, sendo o Brasil o principal país de onde parte a cocaína que chega à Bélgica (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; EUROPOL, 2021).

Ademais, em 2020, pode ser observada uma mudança no padrão de destinos desse tráfico, o que indica a intenção de diversificar as rotas para a costa leste da África Central, Ásia Ocidental, Sudeste Asiático e, em menor grau, América do Norte (Mapa 18).

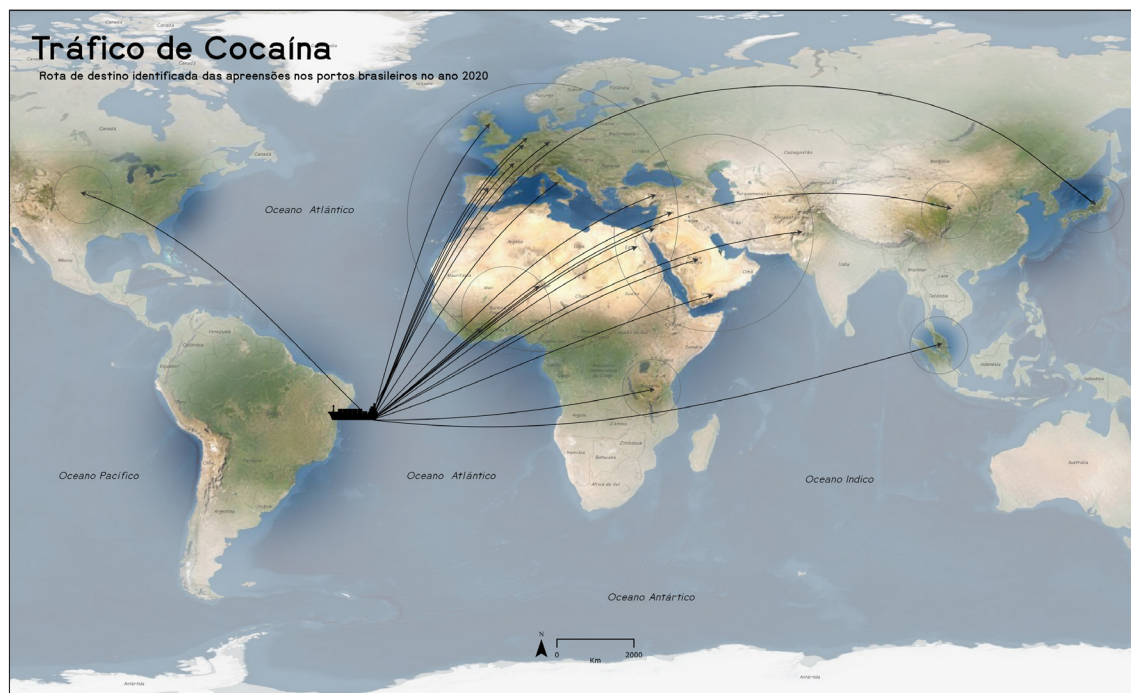
Os mapas apresentados sugerem que, durante o ano de 2020, houve um maior espreadimento e ampliação de rotas, se comparado ao ano anterior. Isso pode indicar a alteração de algumas rotas do tráfico internacional de cocaína, a partir do Brasil, após o início da pandemia da covid-19. A diversificação e a ampliação de rotas em portos de carga são refletidas nos dados de apreensões de cocaína realizadas em portos pela Polícia Federal.

Mapa 18 – Rota de destino identificada das apreensões de cocaína nos portos brasileiros – 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

Mapa 19 – Rota de destino identificada das apreensões de cocaína nos portos brasileiros – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal).

Dos portos brasileiros, o porto de Santos é onde se registram as maiores apreensões de cocaína desde o ano de 2016. A partir de 2019, outros portos passam a ter significativas apreensões concomitantemente com o fato de, no ano de 2020, os portos de Santos e Paranaguá passarem a registrar menores quantidades de apreensões em comparação com o ano anterior.

No porto de Santos, houve redução de 24,6% no quantitativo apreendido entre 2019 e 2020, enquanto houve aumento de 121,7% e 1.736,3% nos portos de Salvador e Joinville, respectivamente, para o mesmo período.

Figura 38 – Quantidade de apreensões, em quilogramas, de cocaína no porto de Santos, Brasil, 2016 – 2020

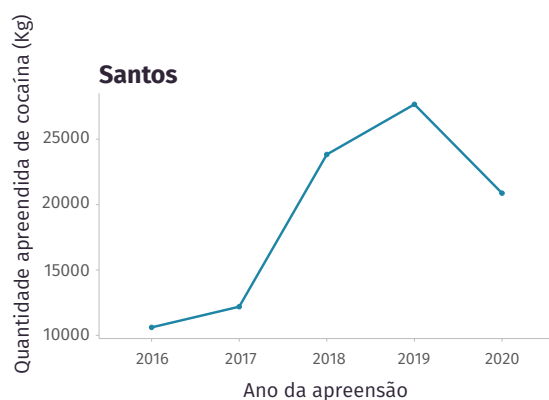
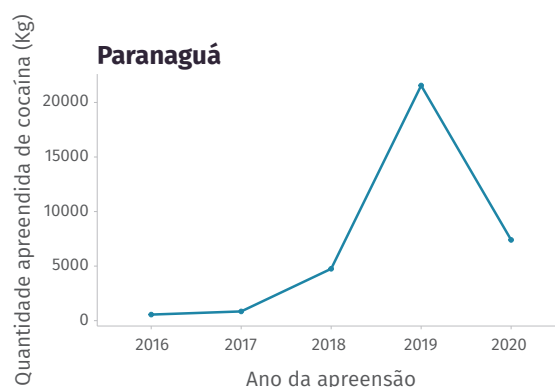


Figura 39 – Quantidade de apreensões, em quilogramas, de cocaína no porto de Paranaguá, Brasil, 2016 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PF (Polícia Federal) e RFB (Receita Federal do Brasil).

Os gráficos acima ressaltam que, nos anos anteriores à pandemia da covid-19, foram observadas crescentes apreensões de cocaína no porto de Santos, enquanto no ano de início da crise sanitária, é possível observar uma redução desse volume. Dentre alguns fatores, uma possível explicação, segundo um interlocutor policial, seria a utilização de outros portos pelos traficantes de cocaína.

Segundo ele, mesmo antes da pandemia, havia uma tendência de que as organizações criminosas diversificassem o uso de portos para esse tipo de tráfico. Mesmo que as principais apreensões ainda se concentrem nos portos de Santos e Paranaguá, observa-se cada vez mais que as organizações criminosas passaram a utilizar portos com menores estruturas de fiscalização.

Tabela 8 – Apreensão de cocaína em portos segundo quantidade, em quilogramas, em 2019 e 2020

Porto	2019	Percentual (%)	2020	Percentual (%)
BELÉM	1.462,0	2,2		0,0
FORTALEZA	930,0	1,4	673,0	1,4
ILHÉUS		0,0	2.188,5	4,5
ITAJAÍ	4.133,0	6,2	1.364,0	2,8
JOINVILLE	235,0	0,4	4.315,4	8,9
NATAL	5.645,6	8,5	943,0	2,0
PARANAGUÁ	21.554,0	32,3	7.401,2	15,3
RECIFE	808,2	1,2		0
RIO DE JANEIRO	755,5	1,1	1.482,0	3,1
RIO GRANDE	22,3	0,0		0,0
SALVADOR	3.383,0	5,1	7.499,1	15,5
SANTOS	27.667,3	41,4	20.874,4	43,3
SÃO SEBASTIÃO		0	1.524,5	3,2
VITÓRIA	175,0	0,3		0
Total	66.770,8	100,0	48.265,0	100,0

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
 Fonte: PF (Polícia Federal) e RFB (Receita Federal do Brasil).

Conforme pode ser observado na tabela acima, outros portos para além de Santos e Paranaguá tiveram destaque nas apreensões no período avaliado. Se no ano de 2019 as ocorrências nesses dois portos representavam 73,7% das apreensões, em 2020, a proporção caiu para 58,6%.

Nas entrevistas realizadas, foram apontadas de forma significativa a utilização de pequenas aeronaves para o transporte de cocaína para o Brasil, a utilização de rodovias para o deslocamento e a utilização de grande diversidade de modais de transporte para ocultação da droga. Adicionalmente, ressalta-se a relevância das apreensões nos portos, uma vez que a cocaína apreendida nesses locais geralmente se destina ao mercado europeu e outros que sejam vantajosos. Cabe ressaltar que, praticamente,

não há apreensão de outras drogas nos portos brasileiros.

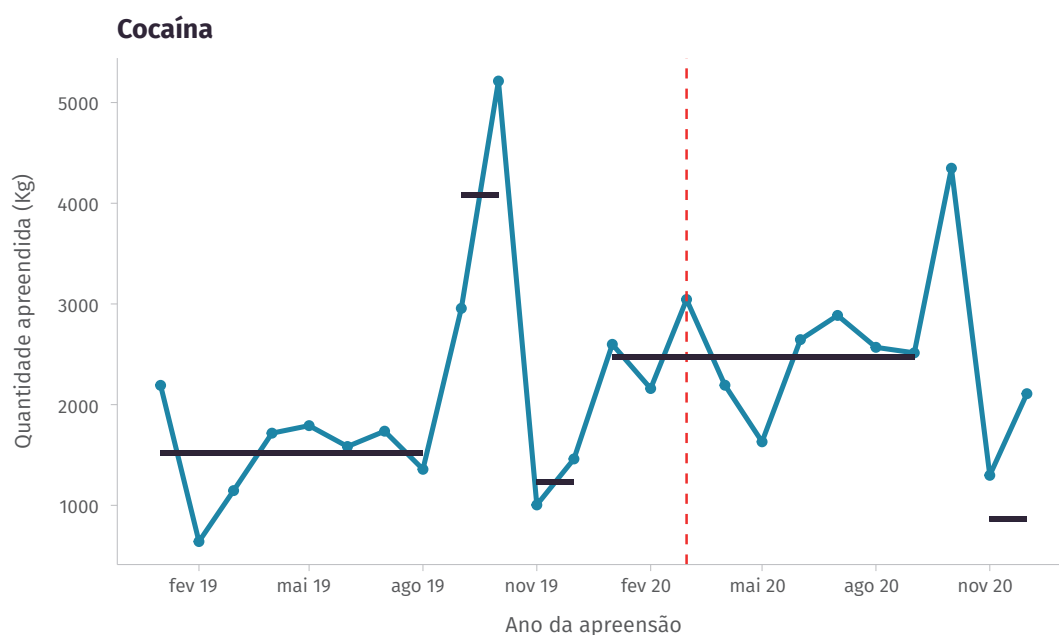
Segundo entrevistados no âmbito estadual e federal, a fiscalização de alguns tipos de cargas cria situações complexas que exigem cautela por parte dos agentes de segurança. Além da necessidade da presença de um fiscal ligado ao Ministério da Agricultura para inspeção, a característica perecível de alguns tipos de carregamentos dificulta sua abertura, pois poderia ocasionar grandes prejuízos econômicos. Com essa dificuldade em vista, as organizações criminosas podem se beneficiar de algumas situações e dificuldades que envolvem a logística de determinadas cargas.

De acordo com alguns interlocutores, a fiscalização nos portos do Brasil também é deficitária, uma vez que os modelos de *scanners* estão defasados, há um baixo efetivo para fiscalizar um elevado número de contêineres que transitam nos portos, assim como elevada pressão para não haver paralisa no comércio exterior do país.

Em relação às apreensões de cocaína realizadas nas rodovias federais pela Polícia Rodoviária Federal, é possível notar que, de março a maio de 2020, houve uma queda na quantidade apreendida, totalizando 1.630,9 kg no último mês, seguida de um aumento entre maio e julho de 2020 (Figura 40).

No entanto, com as cinco mudanças de níveis reveladas ao longo do período estudado, os primeiros meses da pandemia estão no mesmo nível dos três meses anteriores à pandemia, de acordo com a análise de pontos de mudança. Isso pode indicar que não houve mudanças significativas nesse intervalo de tempo, as quais só se mostraram relevantes a partir de outubro de 2020. Esse mês não se encontra sobre qualquer segmento e contabilizou 4.347,8 kg apreendidos. Em 2019, o valor apreendido nesse mês foi de 5.213,7 kg. Ademais, comparando os doze meses antes da pandemia com os dez meses depois, nota-se praticamente uma estabilidade nas apreensões de cocaína, passando de 24.726,9 kg para 25.238,3 kg.

Figura 40 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida por mês no Brasil, em rodovias, 2019 – 2020

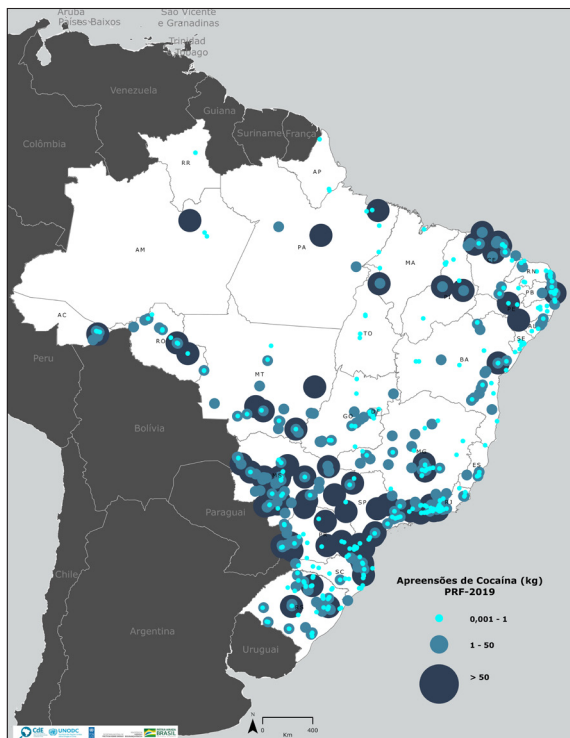


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Observando o comportamento espacial das apreensões individuais de cocaína nas rodovias federais, pode-se notar que, tanto em 2019 quanto em 2020, a maior concentração de apreensões ocorreu nos estados das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país, com uma tendência direcional e adensamento do

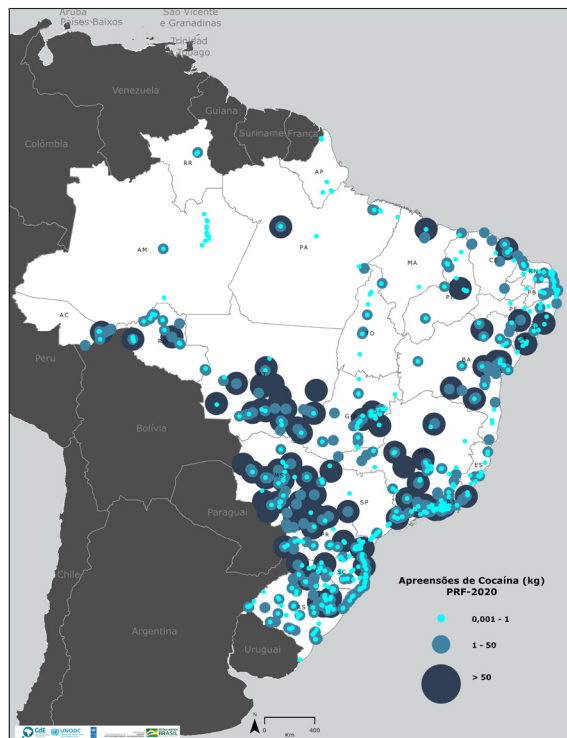
oeste para leste, e menor concentração na região Norte. Destacam-se as ampliações nas quantidades de apreensões em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, oeste de São Paulo e sul de Minas Gerais e reduções no Pará e interior de Pernambuco.

Mapa 20 – Apreensões individuais de cocaína pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 21 – Apreensões individuais de cocaína pela PRF em 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

No que tange à relação entre as ocorrências e a quantidade de cocaína apreendida, pode-se observar que, no ano de 2019, aproximadamente 50% das ocorrências correspondiam a apreensões de menos de 1 kg e, no ano de 2020, essas apreensões correspondiam a 53%, seguindo um padrão similar entre os dois períodos, com diferença não significativa ($p=0,11$). Como este estudo tem acesso somente a infor-

mações sobre a relação entre ocorrências e quantidade de cocaína apreendida pela Polícia Rodoviária Federal, não é possível comparar-se em outros modais, tais como portos e aeroportos, o volume é maior por apreensão, bem como se é uma característica o transporte de menores volumes dessa droga pelo modal rodoviário.

Tabela 9 – Relação entre as ocorrências e a quantidade de cocaína, Brasil, 2019 – 2020

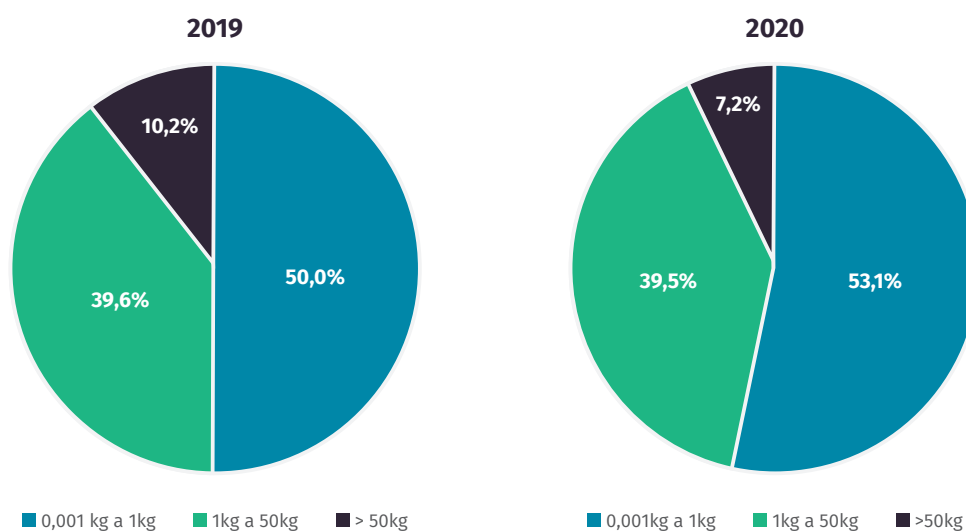
Cocaína PRF				
	2019		2020	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
0,001 kg a 1 kg	434	50,0%	766	53,1%
1 kg a 50 kg	344	39,6%	570	39,5%
> 50 kg	83	10,2%	105	7,2%
Total	867		1441	

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Nota: Teste Qui-Quadrado teve p-valor: 0,108, com 2 graus de liberdades; nível de significância de 5%.

Figura 41 – Faixa por quantidade de apreensões de cocaína pela PRF, Brasil, 2019 – 2020



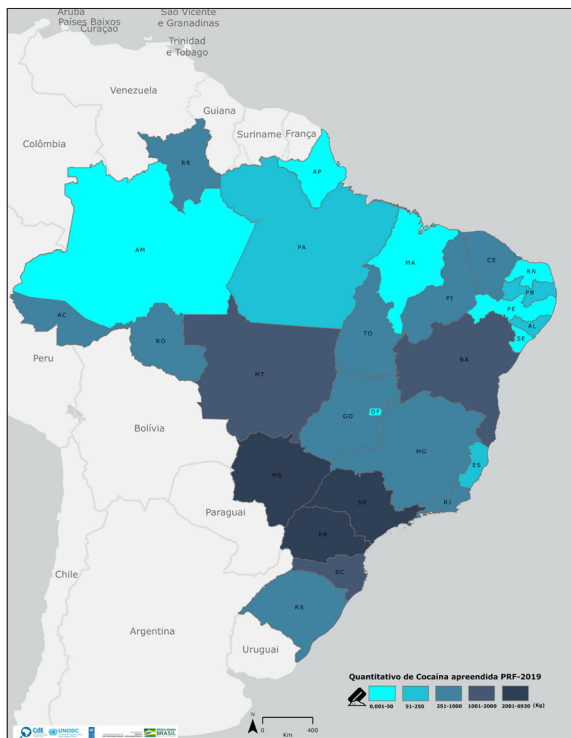
Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Os mapas a seguir ilustram, por estado, a quantidade de cocaína apreendida entre 2019 e 2020. Nota-se que somente houve redução das apreensões em Tocantins, Piauí, Sergipe,

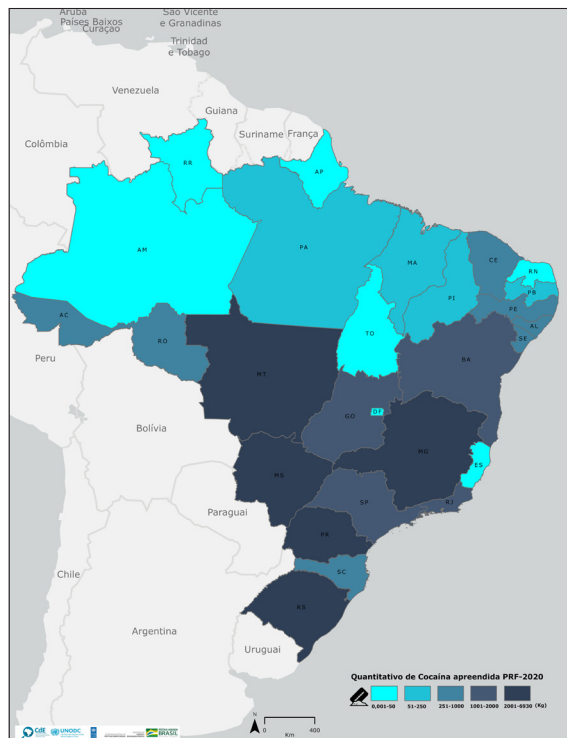
São Paulo e Espírito Santo. As maiores apreensões se concentraram nos estados da região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, indicando um eixo já consolidado de trânsito dessa droga.

Mapa 22 – Quantidade de cocaína apreendida pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 23 – Quantidade de cocaína apreendida pela PRF em 2020

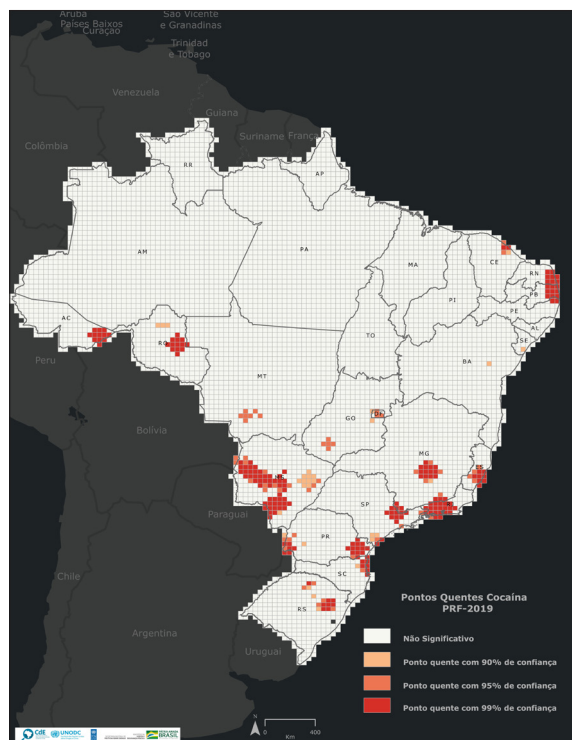


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Por sua vez, os mapas de pontos de calor contribuem com algumas novas informações sobre as concentrações das apreensões realizadas. Em ambos os anos, percebe-se que os pontos de calor se concentram nas regiões de fronteira e “bordas” do país. No comparativo

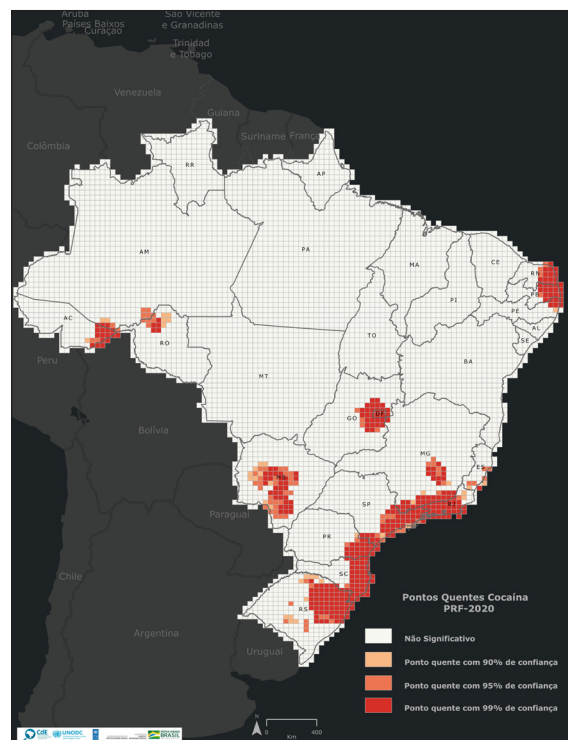
de 2019 e 2020, percebe-se que os pontos de calor, principalmente no litoral das regiões Sul e Sudeste, estão mais fragmentados e, em 2020, se conectam em uma grande mancha de calor.

Mapa 24 – Pontos quentes das apreensões de cocaína pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 25 – Pontos quentes das apreensões de cocaína pela PRF em 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

No ano de 2019, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo concentraram grandes números de apreensões de cocaína (Mapa 26), evidenciando um possível padrão espacial da rota já identificada de tráfico internacional da droga, caracterizada pela entrada de cocaína através da fronteira com a Bolívia e o Paraguai, deslocando-se na direção oeste-leste, até chegar à costa marítima de São Paulo e continuar seu destino para Europa e África Ocidental.

Da mesma forma, podem ser identificadas altas concentrações das apreensões nos municípios de Rio Branco (Acre) e Ouro Preto do Oeste (Rondônia), próximos à região de fronteira com a Bolívia, seguidos pelas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Vitória — cuja distribuição

espacial os caracteriza como centros de distribuição e pontos de exportação para destinos internacionais.

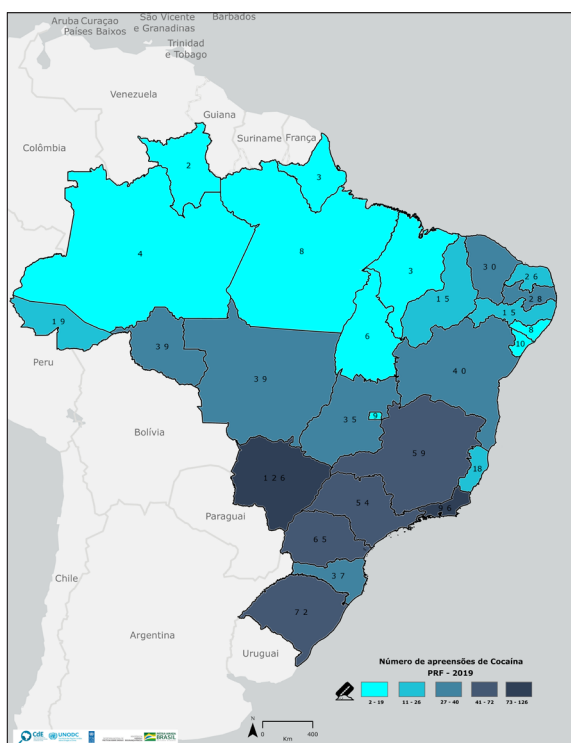
Já em 2020, observa-se uma mudança considerável na distribuição espacial das apreensões. A esse respeito, percebe-se uma possível alteração e adaptação da rota do tráfico internacional de cocaína, a partir dos dados de apreensões em rodovias federais, manifestada por um provável padrão espacial que permite inferir a existência de adaptações da dinâmica criminal para ingressar as substâncias por meio dos estados fronteiriços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, seguindo a rota de trânsito pelos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e São Paulo, e a possível entrada de cocaína pelo Rio Grande do Sul.

Essas rotas podem se inserir na estratégia de utilizar o território brasileiro como plataforma até chegar aos portos do litoral sudeste e sul para seguir destino nos mercados internacionais. Além disso, observou-se que Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentaram um aumento de mais de 150% nas apreensões de cocaína entre 2019 e 2020.

É interessante notar, ainda, o aumento das apreensões no Distrito Federal — o que sugere

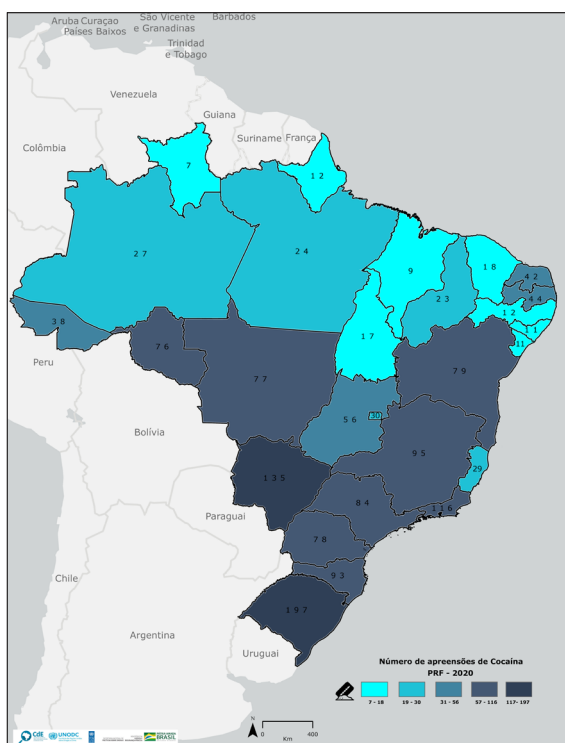
a UF como um ponto estratégico de distribuição e trânsito para organizações criminosas, devido às oportunidades oferecidas pela localização geográfica. Em relação à região Nordeste, observa-se também um aumento das apreensões no litoral de Natal, João Pessoa e Recife, mostrando que essa região geográfica continua a oferecer oportunidades na exportação de cocaína para os mercados internacionais.

Mapa 26 – Número de apreensões de cocaína pela PRF em 2019



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Mapa 27 – Número de apreensões de cocaína pela PRF em 2020

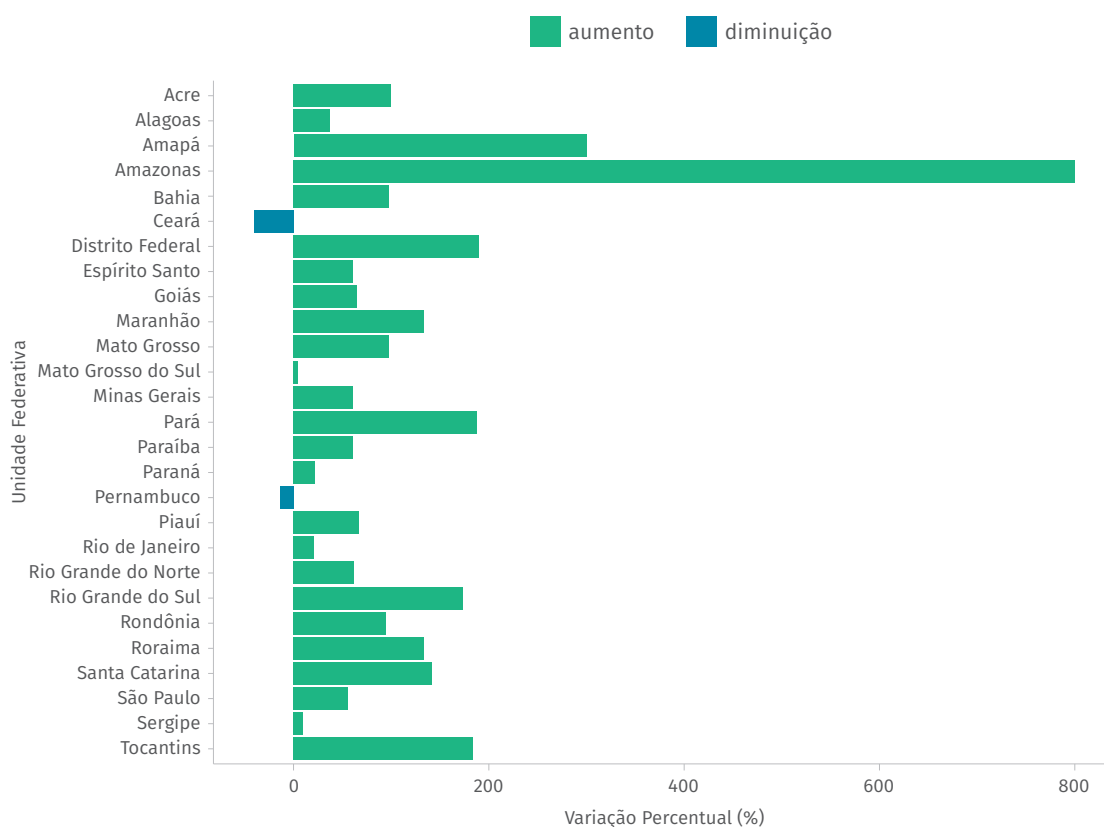


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

As figuras a seguir fornecem mais detalhes sobre a quantidade de apreensões em 2019 e 2020 por estado. Embora o Amazonas e o Amapá apresentem os maiores aumentos, deve-se considerar o pequeno número de apreensões em ambos os estados, se comparado aos demais. Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina foram os que tiveram os maiores aumentos de apreensões de cocaína

de um ano para outro entre os estados com maiores apreensões (em cores mais escuras nos mapas acima). Semelhante ao observado nas apreensões de maconha, a maior parte dos estados brasileiros registrou aumento percentual. Somente Pernambuco e Ceará registraram menores percentuais de apreensão de cocaína entre 2019 e 2020.

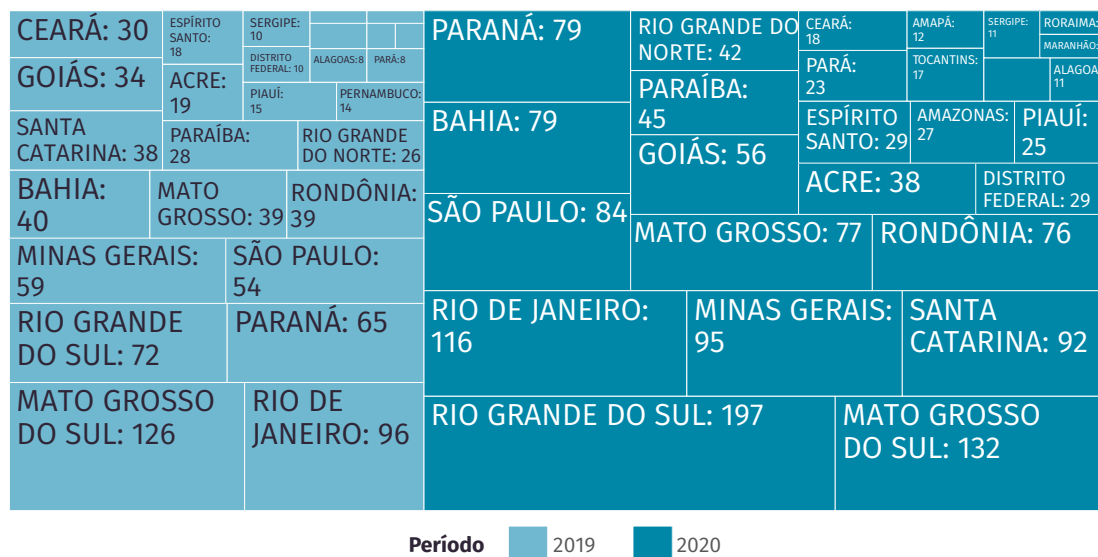
Figura 42 – Variação percentual do número de apreensões de cocaína feita pela PRF, Brasil, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal) 2019, 2020.

Figura 43 – Mapa de árvore do número de apreensões de cocaína feita pela PRF, Brasil, 2019 – 2020

Cocaína (número de apreensões)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal) 2019, 2020.

Segundo entrevistados, devido às restrições nos países em que há produção de cocaína, muitas instituições que rotineiramente realizavam atividades de repressão às drogas ilícitas tiveram que acompanhar a fiscalização de medidas sanitárias, deixando de atuar em suas funções originais, o que pode ter influenciado na quantidade de apreensões realizadas durante a pandemia. Relatou-se, ainda, que o fechamento das fronteiras teve um impacto específico no Peru e na Bolívia, pois parte dos insumos químicos utilizados para produzir cocaína saem do Brasil, impossibilitando, dessa maneira, alguns procedimentos do manuseio da folha de coca para a produção de drogas ilícitas. A situação pode ter contribuído com o excedente de folhas de coca que, no momento da reabertura das fronteiras, foi aproveitado pelos traficantes na retomada da produção da cocaína.

Essa hipótese levantada pelas instituições locais é corroborada pelas informações do *World Drug Report*, que indica que a produção de folha de coca não foi afetada, mas a cadeia de abastecimento de produtos relacionados à cocaína foi interrompida nos estágios iniciais da pandemia, quando os compradores na Colômbia e no Peru não puderam ter acesso a áreas de produção de coca. Contudo, a produção foi reiniciada no momento posterior ao relaxamento de restrições sanitárias. A ruptura ficou evidente com a queda acentuada dos preços da folha de coca — uma redução de cerca de 50% na Colômbia e no Peru, do primeiro ao segundo trimestre de 2020 (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b).

4.5 Tendências nos estados pesquisados – Cocaína

Nesta seção, apresentaremos os descritivos de informações repassadas pelas forças de segurança pública estaduais. Ressalta-se que os dados quantitativos encaminhados pelas UFs não estão padronizados, o que impossibilitou o emprego de um mesmo padrão de análise para os três estados.

Com relação às dinâmicas do tráfico de cocaína nos estados pesquisados, constatações similares foram observadas no cenário internacional. O relatório produzido pelo UNODC (2020b) sobre os impactos da covid-19 na cadeia de produção e tráfico de drogas indica que houve redução da circulação de cocaína fora dos países produtores, justificada, possivelmente, pela dificuldade de escoamento e consequente estocagem da droga durante as medidas de restrição de circulação. Isso pode ter ocasionado, ainda que com alguma dificuldade na produção da droga, a manutenção da oferta de cocaína mesmo durante a pandemia.

Contudo, tais alterações foram observadas principalmente nos primeiros meses da pandemia, já que a cadeia do tráfico de drogas logo teve seu fluxo normalizado globalmente, e os principais países produtores não registraram alterações significativas em sua produção. Isso confirma a hipótese de que as organizações criminosas encontraram formas alternativas para realizar o transporte a droga — como o transporte marítimo ou frete aéreo (DÍAZ, 2020).

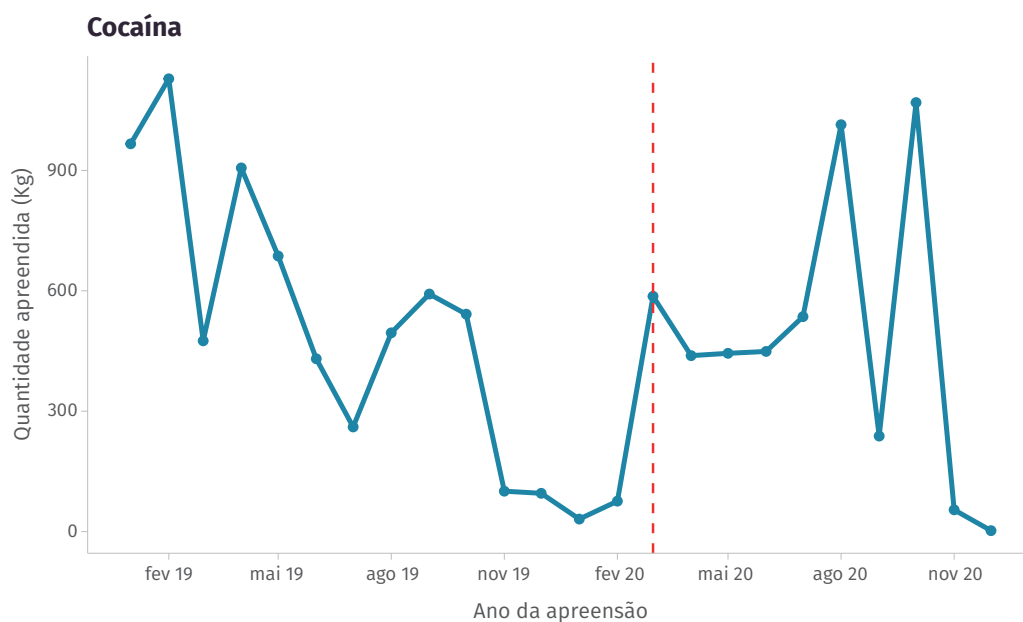
Nas entrevistas e grupos focais deste estudo, constatou-se uma visão semelhante sobre o assunto. O trabalho de combate ao tráfico de cocaína deve ser diferenciado, com maior uso de inteligência, devido ao recorrente uso de aeronaves. Esse fato dificulta o monitoramento e a possível interceptação.

Os dados coletados corroboram indícios de que o transporte de cocaína no estado vem sendo realizado em grande parte por meios aéreos, e também pelo modal rodoviário para distribuição interna aos portos locais, que seriam pontos de saída da droga para outros países.

4.5.1 Mato Grosso do Sul

Os dados da Polícia Federal informam que 4.938,1 kg de cocaína foram apreendidos em 2020 em Mato Grosso do Sul — uma redução de 26,1% em relação ao ano anterior. Ao observar por mês, foi possível verificar uma tendência decrescente até fevereiro de 2020, sendo observados dois volumes de apreensão elevados no período da pandemia, totalizando 1.014,0 kg em agosto de 2020 e 1.069,1 kg em outubro de 2020. Em dezembro de 2020, só houve apreensão de 2,3 kg de cocaína.

Figura 44 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida por mês e ano, Brasil – Mato Grosso do Sul, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Soma de cloridrato de cocaína, pasta base e cocaína base (incluindo *crack*).

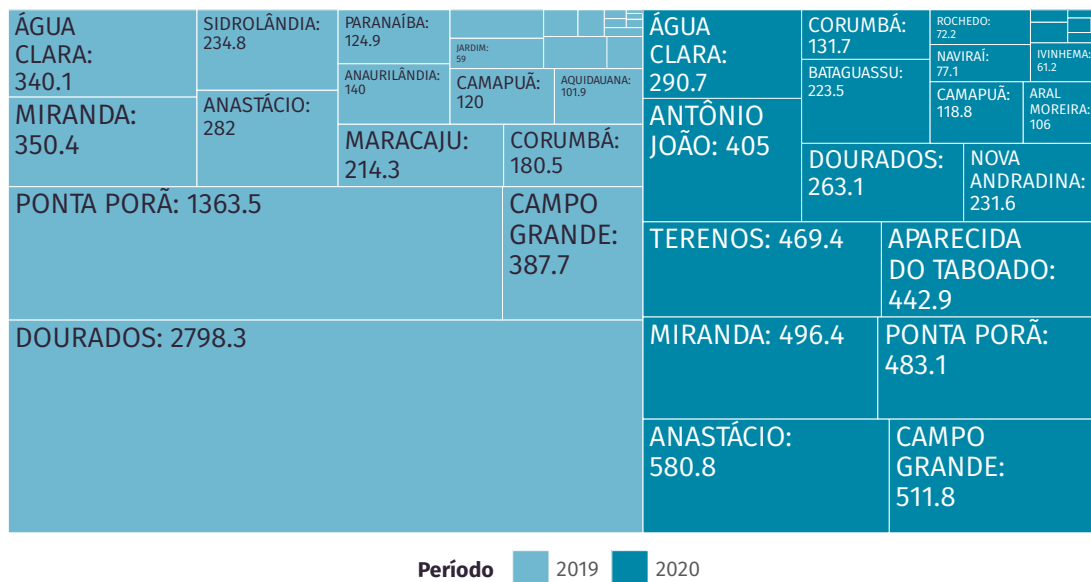
Nos aeroportos, foi apreendida uma média de cerca de 8 kg de cocaína em cada ano analisado, sendo 4 kg em 2019 e 7,63 kg em 2020 no aeroporto de Campo Grande, além de 3,37 kg no aeroporto de Corumbá em 2019.

Com relação às rodovias federais, segundo a Polícia Rodoviária Federal, 6.873,4 kg foram apreendidos em 126 apreensões realizadas em

2019 e 5.017,0 kg em 132 apreensões em 2020. Os elevados volumes apreendidos em 2019 foram registrados nos municípios de Dourados e Ponta Porã, os quais totalizaram 2.798,3 kg e 1.363,5 kg, respectivamente. Em contrapartida, em 2020, os municípios de Anastácio, Campo Grande e Miranda foram destaques, totalizando 580,8 kg, 511,8 kg e 496,4 kg apreendidos, na devida ordem (Figura 45).

Figura 45 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de cocaína apreendida por municípios por ano, Brasil – Mato Grosso do Sul, 2019 – 2020

Cocaína (Kg)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Essa redução no volume apreendido de cocaína entre 2019 e 2020 também pode ser vista sobre a relação capital e interior, ainda que o interior do estado permaneça como o local com os maiores volumes de apreensão (Tabela 10). O fato de a redução ter sido observada com maior força no interior corrobora a informação

de que há no estado uma lógica atacadista de distribuição para outras regiões no país. Uma baixa em menor intensidade na capital pode estar relacionada com o consumo (o qual foi mantido, segundo relatos).

**Tabela 10 – Apreensões de cocaína e derivados,
Brasil – Mato Grosso do Sul, 2019 – 2020**

Drogas (Kg)	Capital			Interior		
	2019	2020	Variação (%)	2019	2020	Variação (%)
Cocaína	1.391,8	1.244,2	-10,6	2.216,3	1.934,0	-12,7
Pasta base	96,8	61,5	-36,5	1.638,9	1.061,7	-35,2
Crack	0,8	0,1	-87,5	380,2	38,8	-89,8
Total	1.489,4	1.306,8	-12,3	4.235,4	3.034,5	-28,4

Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: SEJUSP/MS.

Em MS, foi relatada a utilização de modal terrestre e aéreo para o transporte de cocaína e derivados, como helicópteros ou aeronaves de pequeno porte. Segundo entrevistados, o tráfico de cocaína, embora esta droga seja mais rentável do que a maconha, exige uma capacidade logística mais complexa.

4.5.2 Paraná

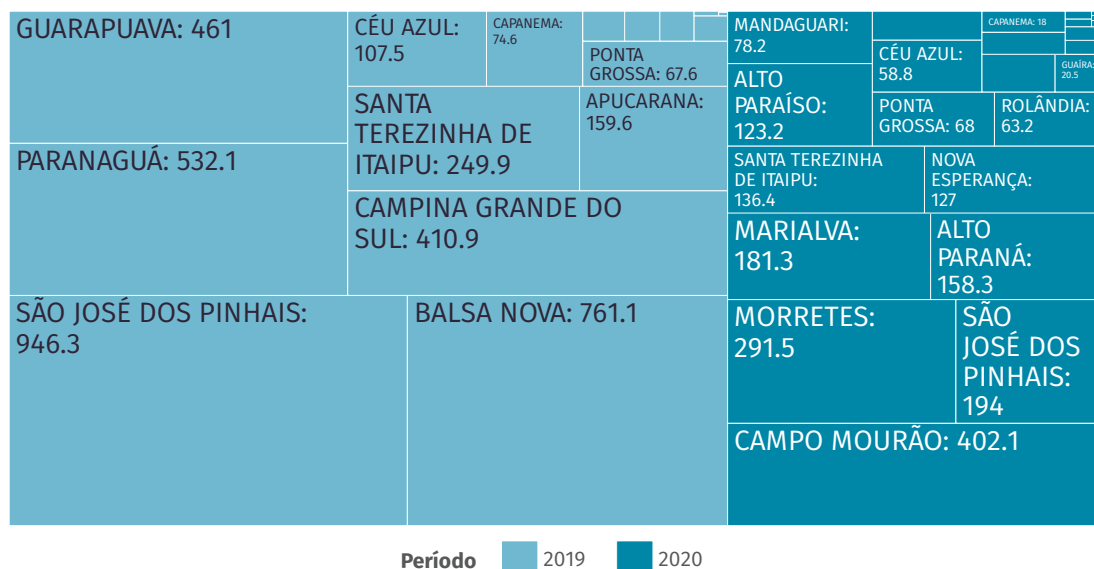
O Paraná configura-se como um dos estados com maior quantidade de cocaína interceptada no Brasil, conforme os dados analisados das diferentes instituições de fiscalização. Segundo os dados da CAPE, foram realizadas cerca de 21 apreensões por dia entre 2019 e 2020, as quais totalizaram 5.036,7 kg apreendidos em 2019 e 4.230,3 kg em 2020. Adicionalmente, foram apreendidos pela Polícia Federal 24.452,1 kg de droga em 2019 e 10.268,6 kg, em 2020.

Apesar da redução de 47,1% do volume de cocaína apreendido, os dados da PRF apontam que somente no modal rodoviário houve aumento de 21,5% no número de apreensões, sendo seis apreensões em Céu Azul e cinco em Campina Grande do Sul, em 2020. São José dos Pinhais teve 15 apreensões, seguido de Santa Tereziha de Itaipu, com 8 apreensões.

O mapa de árvore mostra que dos 3.815 kg apreendidos em 2019, 946,3 kg foram em São José dos Pinhais e 761,1 kg, em Balsa Nova. Esse, bem como no município de Paranaguá, não teve registros de apreensão em modal terrestre em 2020, enquanto houve redução de 79,5%. Em contrapartida, Campo Mourão e Morretes, que não tinham apreensão em 2019, contabilizaram 402,1 kg e 291,5 kg apreendidos em 2020.

Figura 46 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de cocaína apreendida por municípios por ano, Brasil – Paraná, 2019 – 2020

Cocaína (Kg)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Os dados quantitativos supracitados nesta seção corroboram a visão sobre a redução do volume das apreensões de cocaína nessa região, entre 2019 e 2020 — o que pode estar relacionado às dificuldades na cadeia de produção e distribuição da cocaína, conforme também observado no cenário nacional e internacional.

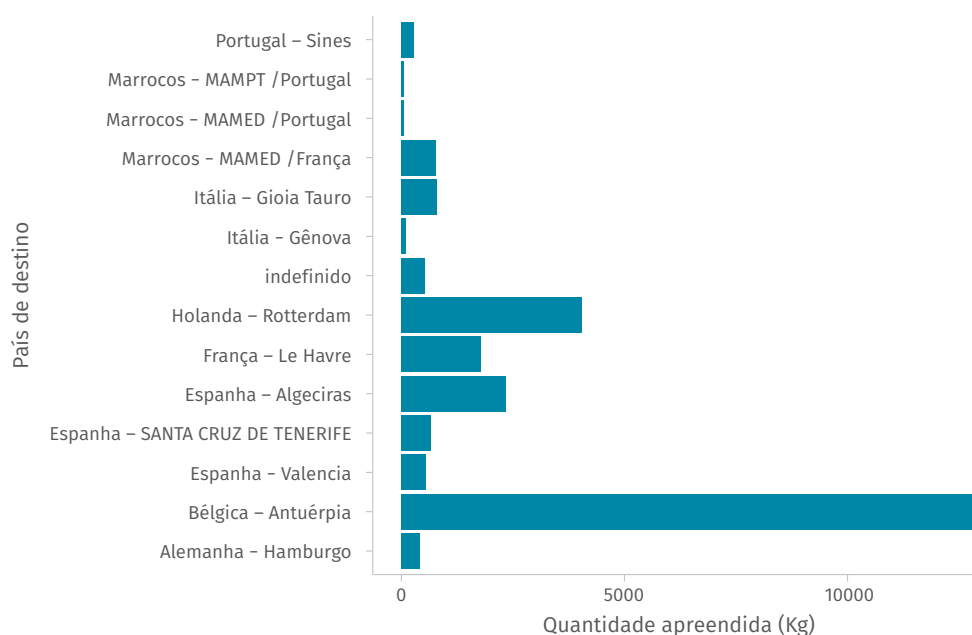
A partir das entrevistas realizadas, fica evidente que o *modus operandi* para o tráfico de maconha e de cocaína se difere em diversos aspectos nesse estado. Há um indicativo de que as rotas de cocaína são mais diversificadas, visando dificultar a fiscalização. Como o mercado de cocaína é consideravelmente mais lucrativo que o de maconha, a cadeia de fornecimento da cocaína utiliza estratégias mais complexas e robustas para transporte e comercialização. Ainda há relatos de que, por vezes, a rota praticada para o transporte da droga é mais extensa, ao passo que haveria

“atalhos” ou rotas mais curtas que poderiam ser adotadas.

Segundo entrevistados, normalmente a cocaína chega dos países produtores em pequenas aeronaves, que descem no interior de São Paulo ou em algum outro ponto do interior do Paraná. Então, a droga é armazenada e posteriormente despachada para os portos em fundos falsos de caminhões, vans, entre outros, e outra parte é consumida pelo mercado brasileiro.

Em 2019, o porto de Paranaguá respondeu por 20,6% da cocaína apreendida. Segundo dados da Receita Federal, foram cerca de 15.238 kg nesse ano, enquanto 2020 registrou um quantitativo menor, de 6.893,5 kg. Além disso, notou-se que os destinos que receberiam a maior parcela da cocaína apreendida, entre 2019 e 2021, eram Rotterdam (Holanda) e Antuérpia (Bélgica).

Figura 47 – Quantidade de cocaína apreendida, em quilogramas, no porto de Paranaguá segundo país de destino, Brasil – Paraná, 2019 – 2021 (até agosto)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: Receita Federal.

É importante ressaltar que, para os operadores da segurança pública que atuam na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, não há recorrência do transporte de cocaína através do Rio Paraná, utilizando lanchas ou pequenos barcos.

Em relação aos possíveis efeitos da pandemia no tráfico de cocaína, foi relatado que a principal alteração constatada no período se refere à redução das apreensões de cocaína nos primeiros meses da pandemia no Brasil. Ainda, ressalta-se que pode ter ocorrido redução da demanda pela droga no Brasil e na Europa no período de pandemia, mas que, principalmente, as medidas restritivas de circulação e fechamento de fronteiras geraram dificuldades no transporte e produção de cocaína —

sendo essa última impactada pelos obstáculos para obtenção de precursores químicos. Além disso, de forma geral, não foram observadas mudanças significativas nos métodos empregados pelos grupos criminosos para o tráfico de cocaína e ocultação da droga nos portos do Paraná.

4.5.3 São Paulo

Com relação ao tráfico de cocaína, São Paulo se destaca como um grande mercado consumidor, mas, além disso, representa historicamente um relevante papel no escoamento da droga para diversas partes do mundo pelo porto de Santos.

O trabalho de fiscalização no porto de Santos

A rede de segurança do porto de Santos — maior complexo portuário da América Latina — é composta por uma multiplicidade de atores públicos e privados. A administração e a segurança da área do “porto organizado” são de propriedade da União. No entanto, o porto possui mais de 50 terminais portuários e retroportuários, administrados por empresas privadas, onde são feitas as operações portuárias, e cada um desses terminais possui sua própria segurança privada.

Nesse espaço fronteiriço, se somam à Guarda Portuária as autoridades policiais, aduaneiras e outros atores públicos, além de muitos outros atores privados prestadores de serviços de segurança. Segundo um estudo realizado por Patriarca e Lopes (2020), há uma rede de segurança no porto formada por 29 organizações, 15 (52%) públicas e 14 (48%) privadas, conectadas por uma extensa rede complexa de relações.

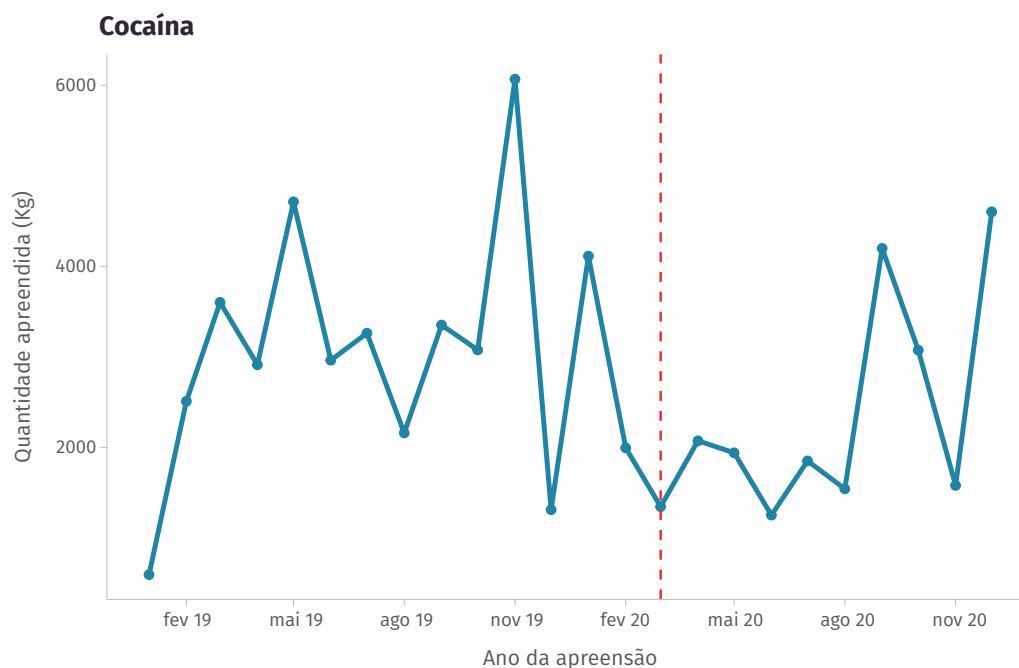
Uma dificuldade relatada no âmbito da pesquisa é o baixo efetivo para fiscalização do tráfico de cocaína. Tendo em vista o grande fluxo de mercadorias que passam pelo porto, fiscalizar as cargas torna-se um desafio, o qual teve sua complexidade aumentada durante a pandemia, uma vez que acarretou uma diminuição nas equipes em alguns períodos, além das dificuldades impostas pela própria crise de saúde. Há relatos de que as organizações criminosas constantemente se adaptam à fiscalização, burlando a capacidade de detecção das drogas nas cargas e se utilizando de procedimentos administrativos do transporte de contêineres em seu favor.

De acordo com entrevistados, a cidade de Santos funciona como um entreposto para o tráfico internacional de cocaína, havendo relevantes locais para o estoque da droga, que será escoada para diversos países do mundo.

No Estado de São Paulo, os seis primeiros meses da pandemia apresentaram um volume de apreensão baixo em relação aos demais meses analisados. Anteriormente à pandemia, o quantitativo apreendido variou entre 593,9 kg e 6.067,7 kg, com média de 3.043,4 kg, enquanto no período da pandemia, as apreensões

variaram entre 1.251 kg e 4.602 kg, com média de 2.463 kg. Destaca-se o mês de novembro de 2019 como o de maior volume de apreensão anterior à pandemia, com 6.067,7 kg de cocaína apreendida, e dezembro de 2020, durante a pandemia, com 4.602,4 kg.

Figura 48 – Quantidade (kg) de cocaína apreendida por mês por ano, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

Fonte: PF (Polícia Federal).

Nota: Soma de cloridrato de cocaína, pasta base e cocaína base (incluindo crack).

Em 2019 e 2020, cerca de 4,6% das apreensões de cocaína feitas pela Polícia Federal ocorreram nos aeroportos de Viracopos e Guarulhos. Em contrapartida, aproximadamente 75,8% foram realizadas nos portos de São Sebastião e de Santos, cabendo destaque ao porto de Santos, que respondeu por 70,6% do volume apreendido de cocaína em 2020 — cerca de 27.667,27 kg.

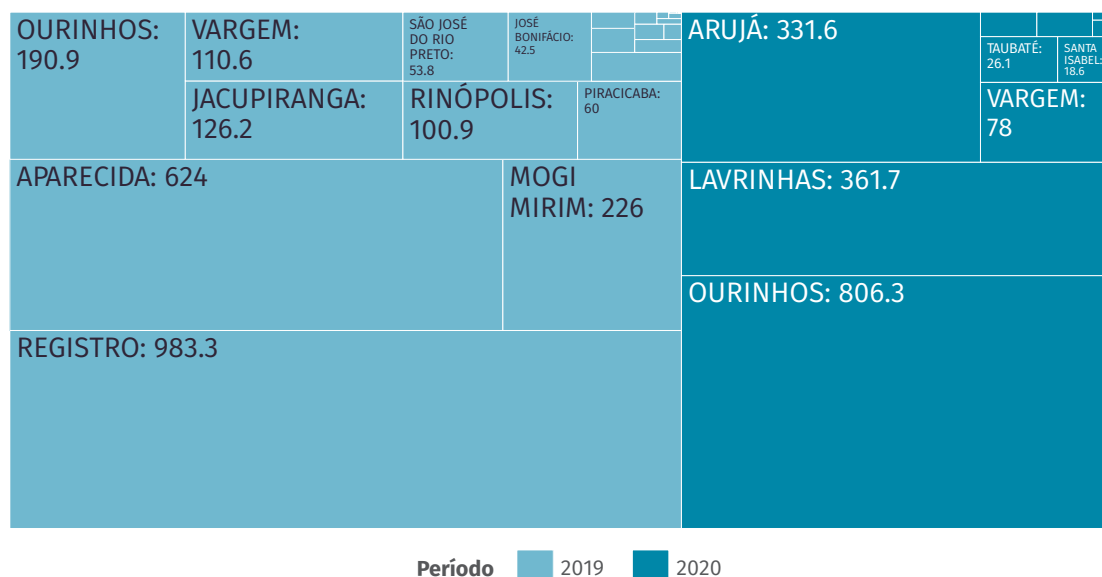
Os dados da PRF mostram que houve uma redução de 35,8% no volume apreendido de cocaína em rodovias federais entre 2019 e 2020, totalizando 1.646,2 kg no último ano. No período da pandemia, registraram-se somente

dois picos no volume de apreensão, em julho de 2020 e em outubro de 2020, os quais totalizaram 771,9 kg e 669,5 kg, respectivamente.

Sobre os municípios, o volume de apreensão em Ourinhos aumentou cerca de 322,4% em 2020. Os municípios Registro, Aparecida e Mogi Mirim não aparecem na Figura 49 devido ao volume de apreensões ter sido inferior a 10 kg.

Figura 49 – Mapa de árvore da quantidade (kg) de cocaína apreendida por municípios por ano, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020

Cocaína (Kg)



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Os dados de flagrantes na cidade de São Paulo, disponibilizados pelo Núcleo de Exames de Entorpecentes (NEE) do Instituto de Criminalística da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, revelam que, dos 44.158 exames concluídos entre 2019 e 2020, 14.747 provaram ser a substância cocaína, sendo 12.108 em 2019 e 10.620 em 2020, o que aponta uma redução de 12,29%. Além disso, essa substância foi encontrada de forma predominante em porção de material sólido particulado.

Segundo os dados de apreensão encaminhados pela Polícia Militar do estado, foram registrados 222 casos de cocaína refinada (1.776,6 kg) e 8 casos de cocaína pasta (89,3 kg) em 2019. Em 2020, registrou-se 265 casos de coca-

ína refinada (1.535,6 kg) e 11 de cocaína pasta (147,6 kg). Sobre os volumes de cocaína refinada, observa-se que a mediana não alterou de um ano para o outro, correspondendo a 4,2 kg. Ademais, o maior volume apreendido em 2020 foi de 69,2 kg.

O diagrama *boxplot* de cocaína mostra que 75% das apreensões foram inferiores a 20 kg, indicando concentração em baixas quantias e assimetria à direita. No entanto, há presença de mais de dez pontos discrepantes. Por sua vez, o gráfico de média móvel indica que o volume apreendido de cocaína refinada entre 2019 e 2020 aparenta ser constante, sugerindo que não houve impacto da pandemia na apreensão.

Figura 50 – Boxplot da quantidade de cocaína refinada apreendida em São Paulo, 2019 – 2020

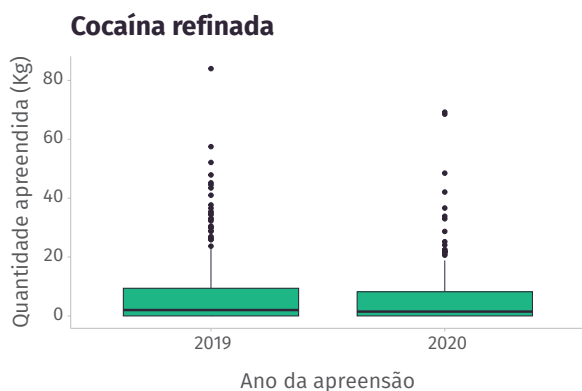
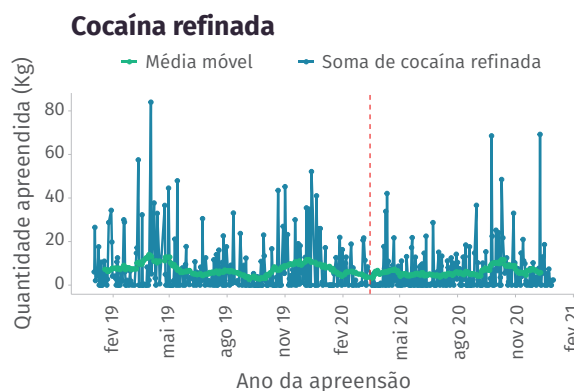


Figura 51 – Distribuição da quantidade de cocaína refinada apreendida por mês e ano em São Paulo, 2019 – 2021

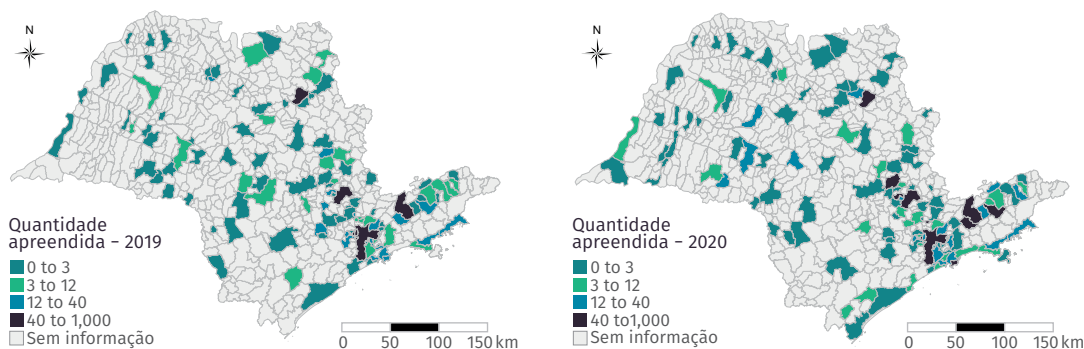


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

Ao se analisar a distribuição geográfica das apreensões, tem-se que 51 municípios apresentaram volume de apreensão de cocaína em 2020, mas não haviam apresentado em 2019. Desses, o município de Suzano teve registrado o maior quantitativo, de 22,6 kg. Em relação àqueles com registros em ambos os anos, a

capital São Paulo apresentou redução de 50,5% no volume, seguida de Carapicuíba, com redução de 66,5%. Ao mesmo tempo, o município de Campos de Jordão, que havia registrado 0,8 kg apreendidos em 2019, teve 23,6 kg apreendidos em 2020, bem como Francisco Morato, que teve aumento de 655%, e Jacareí, com 109%.

Figura 52 – Registros de apreensão de cocaína realizada pela Polícia Militar de São Paulo por município, Brasil – São Paulo, 2019 – 2020

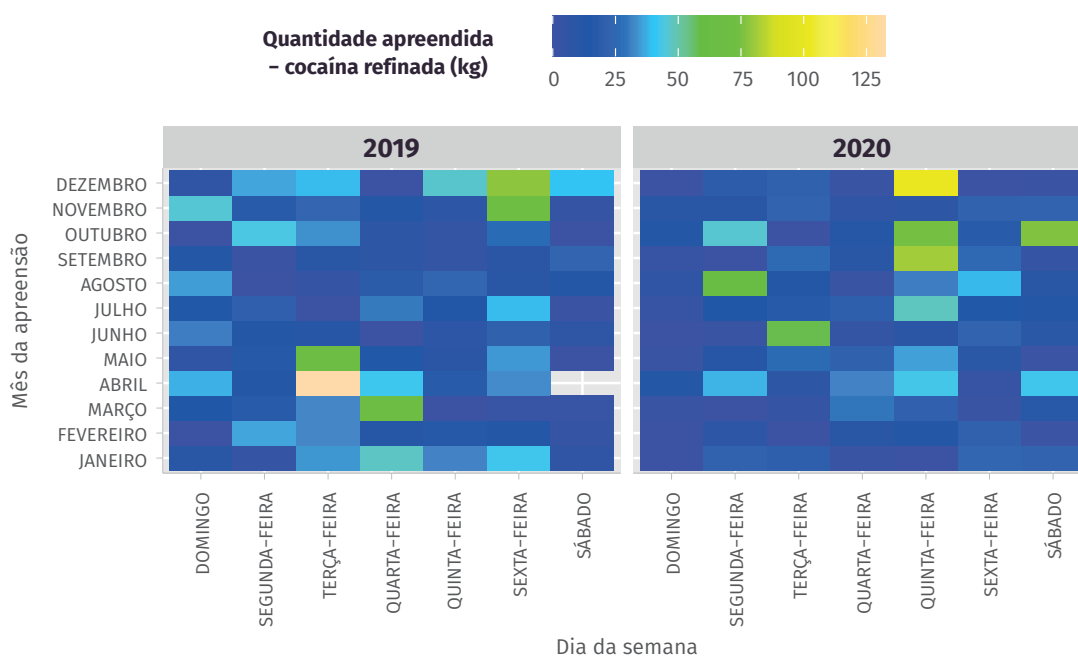


Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

O mapa de calor do volume de apreensões de cocaína refinada, em quilogramas, mostra que domingo, segunda-feira, terça-feira e sexta-feira foram os dias da semana correspondentes às maiores apreensões. Essa configuração não é vista em 2020, ao notar que quinta-feira e sexta-feira foram os de valores elevados em mais da metade dos meses. As cores verde

e amarelo representam os maiores valores, o que indica as sextas-feiras de novembro e dezembro de 2019 e quintas-feiras de setembro e outubro de 2020. Os sábados de abril de 2019 não apresentaram volume de apreensão, mas as terças-feiras, em conjunto, totalizaram o maior número de apreensão — 132,3 kg apreendidos.

Figura 53 – Distribuição da quantidade de cocaína refinada apreendida por mês, dia e hora em São Paulo, 2019 – 2020



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.

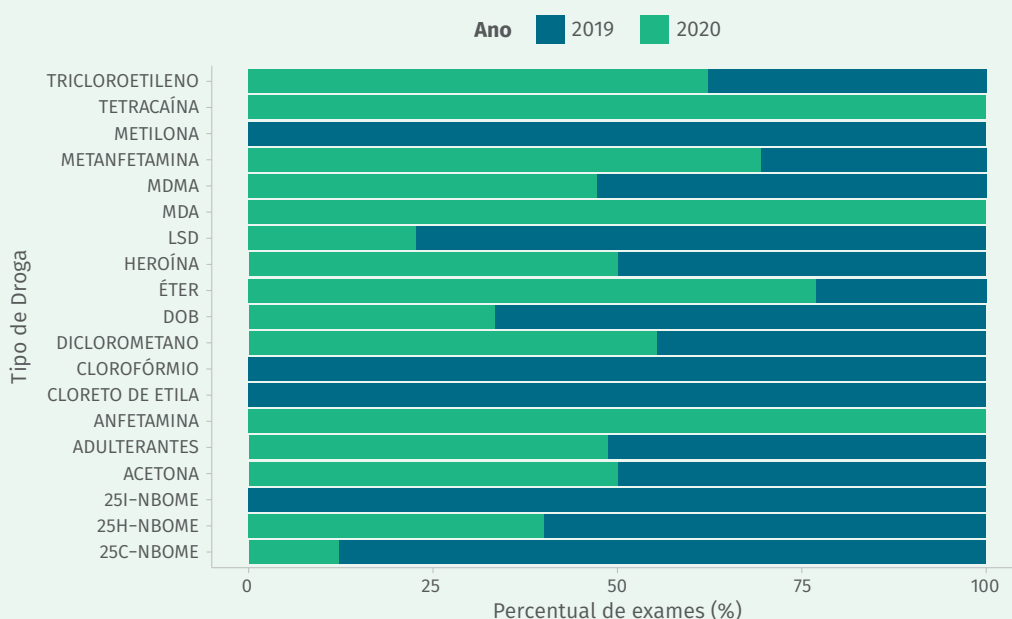
Fonte: Polícia Militar de São Paulo/PM – SP.

Box 4 – Apreensões de outras drogas na cidade de São Paulo

Os dados do Núcleo de Exames de Entorpecentes (NEE) do Instituto de Criminalística da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo demonstram que, somente entre os dois últimos anos, foram 17.244 flagrantes e 46.250 exames de substâncias, sendo 23.601 exames abertos em 2019 e 22.649 em 2020, na capital de São Paulo. Com cerca de 44.158 exames concluídos, a Figura 54 mostra a proporção de todas as substâncias encontradas, além da cocaína, considerando os anos 2019 e 2020.

Nota-se que o número de exames para os quais as conclusões foram anfetamina, diclorometano, éter, MDA, metanfetamina e tricloroetileno aumentaram entre os dois anos, destacando a metanfetamina, que foi 2,3 vezes maior em 2020, e as anfetaminas, para as quais não havia registro em 2019, mas que foram encontradas em 19 exames no ano seguinte.

Figura 54 – Quantidade de exames concluídos por tipo de droga e por ano, São Paulo, 2019 – 2020



4.6 Caracterização de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo no contexto da pesquisa

No âmbito deste estudo, foram realizadas entrevistas de maneira *on-line* e presencial em dez municípios localizados em quatro Unidades Federativas do Brasil: Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. No caso do DF, o teor das entrevistas se refere a aspectos nacionais. Mato Grosso do Sul e Paraná têm em comum o fato de fazerem fronteira com países em que há relevante produção e tráfico internacional de drogas ilícitas³⁶, caracterizando-se como importantes rotas para a entrada desses entorpecentes no Brasil.

Por sua vez, São Paulo registra uma das principais rotas de saída utilizadas pelo tráfico internacional de drogas, em função de sua estrutura portuária e aeroportuária, o que o torna estratégico para o envio de drogas ilícitas a diversas regiões do mundo.

Segundo o Portal Cidades do IBGE³⁷, MS tem uma área territorial de 357.147,994 km² e uma população estimada para o ano de 2021 de 2.839.188 pessoas. No estado, há 45 municípios em faixa de fronteira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020) predominantemente “seca”³⁸. Dentre as instituições estaduais que atuam na repressão ao tráfico

de drogas, destacam-se o DOF³⁹, a DEFRON⁴⁰ e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária⁴¹ (BPMRV), além de outras unidades das Polícias Militar e Civil de MS. No âmbito federal, a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal têm importante atuação no que se refere à investigação do tráfico transnacional e à realização de policiamento ostensivo em rodovias.

O Paraná contempla um território de 199.298,982 km² e uma população de 11.597.484 pessoas⁴². Tem, em sua faixa de fronteira, 139 municípios (IBGE, 2020), com a característica predominante de contar com rios⁴³ que fazem a separação entre os territórios, tendo, assim, o desafio de realizar policiamento em áreas fluviais. Dentre as instituições estaduais que atuam na repressão ao tráfico de drogas em região de fronteira, destacam-se o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron)⁴⁴ da Polícia Militar do Paraná, e seus pelotões especializados, como o Corpo de Operações de Busca e Repressão Aquática (COBRA), o patrulhamento por terra por meio de motocicletas e operações com cães, assim como áreas especializadas da Polícia Civil do Paraná, como o Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) em Foz do Iguaçu, o Grupoamento de Operações Aéreas (GOA) e o Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (TIGRE) em Guaíra.

36 MS faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia. O PR faz fronteira com o Paraguai e a Argentina, país que tem maior relevância como rota do tráfico internacional de drogas ilícitas do que pela produção das mesmas.

37 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em 13 set. 2021.

38 Predomínio de separação entre os países sem a presença de rios ou lagos.

39 Ligado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS).

40 Ligado à Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul (PCMS).

41 Ligado à Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS).

42 Portal Cidades IBGE.

43 Sobretudo o Rio Paraná, que cobre toda a divisão do Paraná com o Paraguai.

44 O BPFron atua em 139 municípios na faixa da fronteira, o que abrange um raio aproximado de 150 km de território, realizando o patrulhamento ostensivo e preventivo aos delitos transfronteiriços.

No âmbito federal, uma das atuações da Polícia Federal ocorre por meio do NEPOM. Por outro lado, a Polícia Rodoviária Federal tem foco no policiamento ostensivo de rodovias, e a Receita Federal, na fiscalização em áreas fronteiriças de circulação de bens entre os países. O estado ainda conta com o Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), do MJSP, o qual fomenta a troca de informações entre instituições de defesa, segurança pública, fiscalização e controle, e oferece apoio a operações integradas.

Com uma extensão territorial de 248.219,481 km² e uma população de 46.649.132 pessoas, o Estado de São Paulo é o mais populoso do Brasil⁴⁵. Além de ser a maior economia entre as 27 unidades federativas, o PIB de São Paulo corresponde a 31,2% de todo o PIB nacional (IBGE; SEADE, 2020). Apesar de não fazer fronteira territorial com nenhum país, o estado conta com o aeroporto de maior fluxo de voos do Brasil, o Aeroporto Internacional de São Paulo

(GRU), no município de Guarulhos. Também possui o maior porto do país, conhecido como porto de Santos, no município de Santos. Dentre as instituições estaduais de segurança que atuam na repressão ao tráfico de drogas, destaca-se o Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo (DENARC). Além dessa unidade especializada, atuam cotidianamente diversas unidades da Polícia Militar e Civil, além do Instituto de Criminalística da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo. No âmbito federal, a Polícia Federal e a Receita Federal realizam um importante trabalho nos portos e aeroportos de São Paulo, alcançando elevadas apreensões, sobretudo de cocaína. Já a Polícia Rodoviária Federal atua no policiamento ostensivo em rodovias.

45 Portal Cidades IBGE.



5

Impactos da covid-19 para além das apreensões

Para além dos impactos e alterações no tráfico de drogas apresentados no item 4 deste estudo (mudanças no modo operacional e nos volumes apreendidos de maconha e cocaína), também foram identificadas algumas outras consequências da pandemia nas dinâmicas criminais.

As organizações policiais relataram, em algumas regiões, a elevação do número de furtos, logo no período inicial da crise sanitária. Também foi identificada a elevação de furtos e arrombamentos a estabelecimentos comerciais, principalmente por estarem fechados em decorrência de medidas restritivas. Relatou-se, também, uma percepção de elevação do número de locais utilizados para vender drogas e uma ampliação do número de festas ilegais que reuniam, em geral, usuários e vendedores de drogas.

De forma geral, a percepção foi de que houve elevação da demanda por drogas, o que levou à modificação das dinâmicas de distribuição dessas substâncias, por meio de *delivery* ou oferta por aplicativos de mensagens. O uso de tecnologias para entrega de drogas aos consumidores se expandiu na pandemia e se tornou um dos principais desafios para medidas de repressão, pois implica a necessidade de modificação da atuação das forças de segurança. Ainda sobre o uso de tecnologias, as estruturas de inteligência nacionais se mostraram preocupadas com o avanço do uso de criptomoedas nas atividades do tráfico de drogas. O uso de criptoativos se mostrou relevante para essas organizações criminosas, já que é uma forma de transferir recursos sem o controle de instituições bancárias.

Nesse contexto, percebeu-se um aumento de detenções de pessoas com pequenas porções de drogas, utilizando motocicletas. Além disso, na percepção de interlocutores, as medidas restritivas muito mais rígidas no Paraguai teriam conduzido muitas pessoas ao crime, inclusive nas áreas de fronteira. Em diversas entrevistas, os profissionais de segurança demonstraram preocupação com a ampliação do número de pessoas trabalhando para o mercado de drogas ilícitas, o que aponta para a multicausalidade do problema e para a necessidade de promover estratégias

abrangentes, inclusivas e multidimensionais de prevenção ao tráfico de drogas, voltadas para o desenvolvimento social e econômico,

com medidas sociais, educacionais e de segurança que fomentem uma cultura de legalidade centrada nas pessoas.

Box 5 – Perfil dos presos envolvidos com o tráfico de drogas

De alguma maneira, a pandemia atingiu todos os setores da sociedade. Contudo, a intensidade do seu impacto é diferente entre as pessoas, as organizações e as instituições, a depender das capacidades de adaptação e de ajustes a um novo contexto de restrição de movimento, de novos modelos de trabalho remoto e, sobretudo, em relação à inconstância do planejamento das atividades cotidianas tradicionais.

No Brasil, que registrou os primeiros casos de covid-19 em março de 2020, os impactos na vida cotidiana nacional foram profundos. Na área econômica, o primeiro trimestre de 2020 registrou variação negativa do PIB, alcançando uma média de variação de -4,1%. Ainda, os primeiros meses da pandemia foram marcados pelo aumento das taxas de desemprego, devido às restrições econômicas, seguido por alguma recuperação nas admissões nos meses seguintes, até alcançar um saldo positivo em agosto de 2020. Na área social, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indicam um crescimento na desigualdade de renda no país, medida pelo coeficiente de Gini, que aumentou de 0,525 em 2015 para 0,543 em 2019. No entanto, apesar de essas taxas terem sido reduzidas significativamente em 2020 com a distribuição do auxílio emergencial (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021), dados da PNAD Contínua demonstram piora em alguns indicadores sociais, tais como renda, desemprego e desigualdade em 2021.

Nesse contexto, o sistema judiciário e o prisional também vivenciaram os impactos da pandemia e, como forma de garantir a segurança e os direitos humanos das pessoas que cometeram delitos, modificaram algumas orientações e procedimentos. Foi nessa linha de atuação que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reforçou a recomendação, conforme as orientações da Resolução 62/2020⁴⁶, da suspensão das audiências de custódia, da implantação de medidas para redução de penas de restrição de liberdade e da coleta de informações do perfil das pessoas que cometeram delitos diante do risco da covid-19, considerando os Autos de Prisão em Flagrante.

Dessa forma, as comarcas foram orientadas a preencher um formulário com informações das pessoas autuadas, a partir de março de 2020. A seguir, é apresentado o perfil daquelas que estiveram envolvidas com os crimes de tráfico de entorpecentes (art. 33, Lei 11.343/06), tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, Lei 11.343/06), ou associação para o tráfico (art. 35, Lei 11.343/06), resultando em um total de 80.566 pessoas.

⁴⁶ Recomendação Nº 62, de 17 de março de 2020 do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 18 nov. 2021.

Esse perfil deve ser visto como informação complementar sobre quem são as pessoas que estiveram envolvidas com o tráfico de drogas e foram presas no período da pandemia, com limitações na representatividade diversa e complexa do território nacional. Trata-se, em sua grande maioria (87,95%), de pessoas do sexo masculino, 7,68% de pretos e 36,09% de pardos. Para 29,52% dos indivíduos não foi informada cor ou raça.

Figura 55 – Sexo das pessoas envolvidas com tráfico de drogas, Brasil, 2020 – 2021

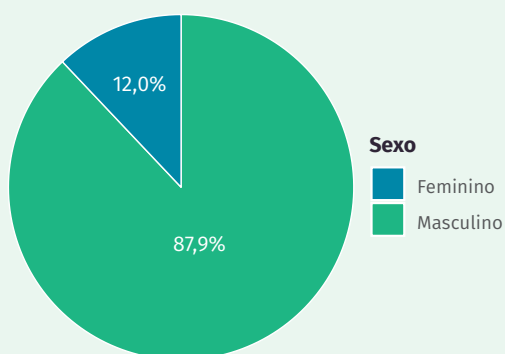
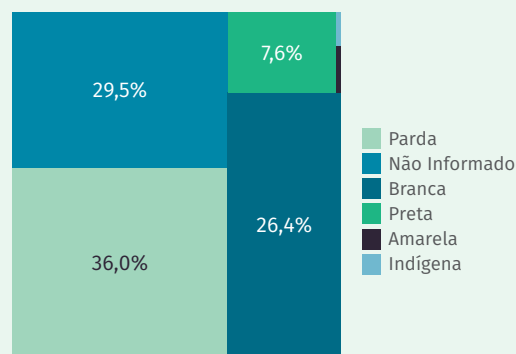


Figura 56 – Cor ou raça das pessoas envolvidas com tráfico de drogas, Brasil, 2020 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: CNJ/2020 e 2021.

Em relação à escolaridade e à ocupação, apesar do elevado percentual de dados não informados (34,8% e 31,7%, respectivamente), ressalta-se a baixa escolaridade e a ausência de emprego formal pelos indivíduos. Cerca de 21,3% das pessoas envolvidas com o tráfico de drogas têm Ensino Fundamental Incompleto e 18% possuem o Ensino Fundamental Completo. Em termos de ocupação, 25,3% se declararam desempregados e 19,7% declararam possuir emprego informal, conforme apresentado nas figuras abaixo.

Figura 57 – Escolaridade das pessoas envolvidas com tráfico de drogas, Brasil, 2020 – 2021

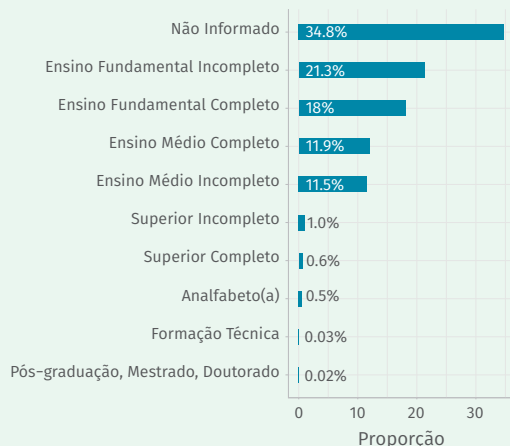
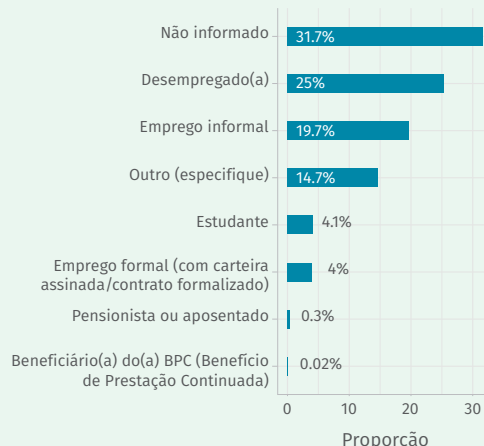


Figura 58 – Ocupação das pessoas envolvidas com tráfico de drogas, Brasil, 2020 – 2021



Elaboração: CdE – Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas.
Fonte: CNJ/2020 e 2021.

Conforme as análises dos Autos de Prisão em Flagrante, os juízes consideraram que somente 3,3% dos indivíduos pertenciam ao grupo de risco para a covid-19. Eles atribuíram prisão preventiva a 66,4% dos casos, e liberdade provisória com medida cautelar para 28,4% dos casos.

Comparativamente, os dados apresentados no Banco Nacional de Mandado de Prisão⁴⁷ (BNMP) de 2018 indicam que havia 602.617⁴⁸ pessoas presas no Brasil nesse ano, sendo que 95% eram homens e 5%, mulheres. Em relação à tipificação penal, o tráfico de drogas e condutas correlatas correspondiam a 24,74% dos crimes imputados às pessoas privadas de liberdade, sendo o segundo tipo penal mais recorrente no país, após o roubo. Sobre o perfil das pessoas privadas de liberdade, constatou-se que, quanto à faixa etária⁴⁹, 30,52% tinham entre 18 e 24 anos, enquanto 23,39% tinham entre 25 e 29 anos de idade, demonstrando que mais da metade da população carcerária registrada no Banco tinha até 29 anos. Quanto à raça, cor ou etnia dos dados incluídos no cadastro da pessoa privada de liberdade⁵⁰, 54,96% foram classificados como pretos ou pardos e 42,03% como brancos. E, por fim,

quanto à escolaridade⁵¹, 52,27% possuíam o ensino fundamental completo. De forma geral, conforme os dados disponíveis indicam, ocorreu uma possível continuidade dos aspectos relacionados ao perfil das pessoas presas no país durante o período de pandemia.

Os dados fornecidos pelo CNJ e apresentados neste estudo reforçam a necessidade de se refletir sobre os diversos impactos que o tráfico de drogas gera na sociedade. Pelo perfil analisado das pessoas apreendidas no período, as organizações criminosas parecem utilizar como trabalhadores homens vulneráveis socialmente, normalmente de baixa escolaridade, desempregados ou que atuam no mercado de trabalho informal, o que configura um complexo problema social.

47 O BNMP contém os dados de presos por decisão judicial no Brasil, ou seja, o cadastro de pessoas em regime de prisão judicialmente decretada, em caráter provisório ou para cumprimento de pena.

48 Segundo o Relatório do BNMP de 2.0 em relação aos dados coletados em todas as UFs do Brasil: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ainda não havia encerrado a alimentação. O TJSP, no dia 6 de agosto de 2018, já possuía 76,5% dos presos estimados cadastrados. E o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ainda não havia iniciado a implantação.

49 O percentual de respostas sobre faixa etária foi de 90,21% em relação ao número total de pessoas privadas de liberdade.

50 O percentual de respostas sobre raça, cor e etnia foi de 34,71% em relação ao número total de pessoas privadas de liberdade.

51 O percentual de respostas sobre escolaridade foi de 34,51% em relação ao número total de pessoas privadas de liberdade.

6

Considerações finais

Este estudo evidencia que as instituições policiais responsáveis pela repressão ao tráfico de drogas no Brasil estão sob constante pressão. Assim como as organizações criminosas se articulam e se adaptam constantemente, cabe às organizações de segurança pública estarem atentas e prontas para aprimorar sua forma de atuação sempre que necessário. Antigas formulações e análises a respeito de fiscalização em regiões de fronteira afirmam que, quando se aumenta o controle nessas áreas, há uma relação direta no aumento da capacidade de burlar a fiscalização e adaptação ao crime (REUTER, 1988).

Diante da pandemia da covid-19, o presente estudo traz alguns aspectos e evidências que podem contribuir para novas formulações a respeito das atividades criminosas. Ou seja, para além da capacidade de burlar a fiscalização, esses grupos se mostraram capazes de manter suas operações durante um severo período de crise sanitária que impactou significativamente a forma de se deslocar no mundo todo. Tal flexibilidade de atuação das organizações criminosas também foi observada no cenário internacional (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b).

Ainda que não tenha surgido como uma resposta à pandemia, a implementação do Programa VIGIA influenciou a dinâmica do tráfico no período, e se mostrou como uma estratégia de parceria institucional que permitiu maior interação entre as diferentes polícias. A iniciativa fomentou o aprimoramento das trocas de conhecimento, a criação de redes locais e melhorias no trabalho de fronteira, que inerentemente demanda ainda mais trocas de informações e conhecimento tático. A ampliação de atividades de intercâmbio entre os estados, promovida pelo MJSP no âmbito do programa, também trouxe êxitos em algumas atividades policiais.

As entrevistas mostraram que um dos possíveis resultados do VIGIA foi a possibilidade de fortalecer o policiamento estadual em áreas de fronteira, permitindo uma maior presença do estado na região. Tanto em Mato

Grosso do Sul como no Paraná foi relatado que, a partir dos incentivos do programa, foi possível ampliar o horário de atuação e o número de equipes trabalhando simultaneamente. As organizações criminosas, por sua vez, tiveram que se adaptar por meio, por exemplo, da contratação de mais olheiros para monitorar o trabalho policial. Tendo em vista que esse aumento da presença policial ocorreu de forma concomitante à pandemia, as mudanças verificadas na atuação das organizações criminosas podem ser explicadas a partir desses dois fatores: tanto pela melhoria da fiscalização, quanto pelas restrições de circulação impostas durante a crise de saúde.

De forma geral, os dados de apreensão mostram um aumento das apreensões de maconha na pandemia. Interrupções nas fiscalizações de erradicação de maconha no Paraguai por conta da pandemia, bem como um possível aumento na demanda por essa substância durante o período de restrição da mobilidade, podem ter contribuído com a dinâmica observada. Contudo, o uso de técnicas de análise geoespacial indica que não houve alterações nas rotas utilizadas para o tráfico de maconha.

Já em relação à cocaína, observou-se uma redução no volume de apreensões realizadas. Essa diminuição nas apreensões deve ser lida em um contexto mais amplo, em que a produção da droga foi afetada, assim como a complexa logística de envio para diversas partes do mundo através do modal aéreo e marítimo (entre outros). Alguns dados objetivos no contexto do presente estudo corroboram o panorama internacional oferecido a partir de publicações de outros países, como o aumento da produção, da demanda e de apreensões de maconha em diversas regiões do mundo, assim como a ruptura da produção de cocaína em algumas das regiões produtoras na América do Sul (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021b).

Ainda sobre a cocaína, as mesmas técnicas de análise geoespacial identificaram alterações nas rotas do tráfico, além de uma diversificação dos portos e aeroportos utilizados para escoar a droga aos mercados mais lucrativos no exterior.

Analisar a atuação das organizações criminosas a partir do tráfico de cocaína e de maconha se mostra relevante, levando em conta as diferenças entre os dois tipos de substâncias. A maconha originária do Paraguai é destinada ao mercado local, além de envolver a produção em território nacional. Por outro lado, o tráfico de cocaína envolve uma rede de atores internacionais, mais complexa, tendo em vista a destinação da droga a diversos países do mundo.

Apesar de ter havido um policiamento mais ostensivo em regiões de fronteira, fica evidente a resiliência das organizações criminosas, que seguiram obtendo êxito em contrabandear elevados volumes de drogas ilícitas para o território nacional, e mantiveram o tráfico internacional.

Além da falta de integração entre as organizações de segurança pública, muitas instituições sofrem com problemas de baixo efetivo, déficit de equipamentos e ausência de informações qualificadas, o que prejudica a qualidade do trabalho e explica, em parte, a capacidade de adaptação do crime. As instituições de segurança pública também estão buscando se aperfeiçoar para atuar no viés financeiro do narcotráfico. Aprimorar o desenvolvimento de atividades de inteligência é uma escolha do poder público para ampliar o impacto nas estruturas das organizações criminosas por meio de sua descapitalização.

Contudo, sabe-se que a cada passo e aprimoramento feito pelo estado na repressão, as organizações criminosas rapidamente também contornam sua forma de atuação. Exemplos

desse aprimoramento são estratégias de blindagem patrimonial, em paraísos fiscais, com a utilização de estruturas empresariais que, de alguma forma, quebram o vínculo entre o produto do tráfico, o recurso da organização criminosa e o bem lícito. O objetivo é lavar o dinheiro do tráfico de forma cada vez mais profissional.

Nas entrevistas, gestores nacionais pontuaram que as organizações criminosas têm desenvolvido uma atuação bastante significativa, e reforçada na pandemia, para a virtualização das moedas, com a utilização de criptoativos para transferências internacionais. Cientes desse desafio, as instituições de repressão brasileiras estão se organizando para fazer uso de inteligência artificial na tentativa de verificar padrões de transferências e identificar operações feitas para encobrir o rastro do dinheiro.

Essas instituições também estão trabalhando para aumentar o conhecimento sobre o fluxo de moedas digitais, a fim de identificar e rastrear fluxos financeiros ilícitos. Melhorar as estratégias de monitoramento desses fluxos é um desafio permanente e essencial para que se tenha um nível de acurácia cada vez maior na interceptação das cargas que saem ilegalmente do país.

A importância do monitoramento das atividades financeiras de organizações criminosas fica evidente quando pensamos nas limitações de uma análise baseada apenas em números de apreensões, por exemplo. Quanto mais droga se apreende, reforça-se o questionamento: o aumento nas apreensões se deve a uma maior eficiência das instituições de repressão ou a uma menor eficiência do tráfico? Essa questão somente poderá ser mais bem avaliada quando o país possuir sistemas integrados de monitoramento, que permitam realizar um trabalho interorganizacional, agregando dados de produção de cocaína nos países andinos, dados de consumo nos países destinatários,

dados sobre o preço da droga nos principais mercados internacionais, dentre outros indicadores.

Para além da articulação para padronização de dados, as instituições de segurança que atuam no território demonstraram a necessidade de aprimorar os vínculos com as instituições de segurança pública dos países produtores, pois, até o momento, toda articulação e troca de informações é feita em grande parte informalmente.

Transpondo questões próprias da área de segurança pública, este estudo demonstrou a necessidade de se discutir os impactos sociais da pandemia. Na visão dos agentes entrevistados, o aumento do desemprego e das desigualdades contribuiu para que novos membros fossem angariados para atuar no tráfico de drogas. Dessa forma, a pandemia da covid-19 mostrou ser um fator adicional de instabilidade e aprofundador de desigualdades, e, no contexto do tráfico ilegal de drogas, pode gerar como consequência o fortalecimento das organizações criminosas e a ampliação do número de pessoas vulneráveis envolvidas nessa atividade.

Por fim, diante das informações compiladas, da continuidade da pandemia e das alterações ainda vigentes no cotidiano da sociedade, recomenda-se monitorar, a partir de séries temporais mais longas, o comportamento das apreensões de drogas, bem como aprimorar as informações sobre rotas do tráfico, produção, mercado de consumo e preço das drogas. Trata-se de um mercado complexo e, a partir da análise dessas informações, será possível construir uma visão geral mais concreta sobre o funcionamento das engrenagens do mercado do tráfico de drogas. Como a montagem de um quebra-cabeça, em que a posição correta de cada peça deixa o cenário mais evidente, os estudos e diagnósticos sobre a temática também criam um quadro favorável à implementação de políticas públicas mais

eficazes. Nesse sentido, as análises contidas neste estudo são mais uma peça para o contínuo aprimoramento da gestão das atividades policiais, antecipando atividades repressoras que coíbam o fortalecimento das organizações criminosas em nosso país.

Os dados apresentados aqui ainda oferecem alguns aspectos que podem servir para complementar outros estudos sobre as possíveis adaptações do tráfico de drogas ilícitas em decorrência da pandemia da covid-19. Mais ainda, refletir sobre os eventos ocorridos ao longo da crise sanitária pode servir para estar mais bem preparado para futuros desafios que possam surgir.

Ademais, o presente estudo faz parte de um esforço coletivo que tem surgido em diversas regiões do mundo com o intuito de oferecer informações a respeito do tráfico de drogas. Publicações recentes a respeito da cocaína têm oferecido importantes dados sobre sua circulação na Europa (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; EUROPOL, 2021), assim como aspectos relacionados ao seu consumo, produção e subprodutos (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2021a). A presente publicação soma informações para complementar lacunas existentes nas pesquisas já produzidas, assim como servirá de referência para as futuras.

6.1 Recomendações e diretrizes para o aprimoramento das atividades de repressão ao tráfico de drogas ilícitas, a partir dos resultados obtidos no estudo

Conforme apresentado ao longo do estudo, a pandemia da covid-19 impactou diretamente o cotidiano de toda a sociedade, inclusive a forma de atuação das organizações criminosas. O contexto pandêmico ainda é vigente e, por esse motivo, não é possível determinar se as alterações nos padrões de atuação das organizações responsáveis pelo tráfico de drogas ilícitas serão permanentes. O que ficou evidente foi a facilidade de adaptação dessas organizações criminosas a novos cenários. Observa-se que elas possuem estruturas dinâmicas, flexíveis, com grande capacidade de atuar rapidamente em novos modelos de trabalho e com abundante mão de obra disponível no país e na região, dados os impactos socioeconômicos vivenciados pela população.

A partir das informações coletadas e analisadas neste estudo, e com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das atividades nacionais de repressão ao tráfico de drogas, recomenda-se:

(I)	Aprimoramento da articulação das polícias nacionais e estaduais, principalmente no que se refere à mobilização de equipe e equipamentos para o patrulhamento e investigação nas fronteiras;
(II)	Desenvolvimento de estratégias de cooperação estruturadas com as polícias dos países produtores de drogas da região, de forma a aprofundar o trabalho conjunto na repressão ao tráfico de drogas ilícitas, monitorando todo o fluxo, desde a produção;
(III)	Definição de modelo de monitoramento integrado entre as polícias com repositório de informações sobre a atuação e características das organizações criminosas que atuam nas regiões;
(IV)	Capacitação das forças de investigação policial sobre criptomoedas e novas tecnologias utilizadas pelas organizações criminosas;
(V)	Integração das informações de apreensão de drogas realizada pelas diversas organizações policiais;
(VI)	Fomento à capacidade de monitoramento de possíveis novas rotas, e identificação de novos modus operandi das organizações criminosas;
(VII)	A partir da experiência da resiliente atuação das organizações criminosas durante a pandemia da covid-19, instaurar mecanismos que possam gerar uma rápida mobilização integrada das diferentes instituições que atuam na fiscalização e repressão ao tráfico de drogas para futuras crises.

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Ilícitos Transnacionais – Percepção de Ameaças para o Estado Brasileiro**. Brasília: ABIN, 2007. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/65713/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Relatório de Gestão 2020**. Brasília: ANTAQ, 2020. Disponível em: <https://nuvem.antaq.gov.br/index.php/s/BSOAHXnfgldGr0G#pdfviewer>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ARIF, S. N. A. M.; MOHSIN, M. F. M.; BAKAR, A. A.; HAMDAN, A. R.; ABDULLAH, S. M. S. Change point analysis: A statistical approach to detect potential abrupt change. **Jurnal Teknologi**, v. 79, n. 5, p. 147–159, 2017.

ARMED CONFLICT LOCATION & EVENT DATA PROJECT. **Central America and COVID-19: The Pandemic's Impact on Gang Violence**. ACLED, 2020. Disponível em: <https://acleddata.com/2020/05/29/central-america-and-covid-19-the-pandemics-impact-on-gang-violence/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

CAMPELLO, R. J.; MOULAVI, D.; ZIMEK, A.; SANDER, J. Hierarchical density estimates for data clustering, visualization, and outlier detection. **ACM Transactions on Knowledge Discovery from Data**, v. 10, n. 1, p. 1-51, 2015.

CHANEY, S. **Understanding Crime: Analyzing the Geography of Crime**. New York: Esri Press, 2021.

CHIES, L. A.; RIVERO, S. M. Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 155-183, set./dez. 2019.

CLARK, R. **Geospatial Intelligence Origins and Evolution**. Washington: Georgetown University Press, 2020.

COMUNIDAD DE POLICÍAS DE AMÉRICA. **Análisis Situacional del Narcotráfico. Una perspectiva policial: Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Panamá y Perú**. Madrid: FIIAPP, 2013. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/139380-opac>. Acesso em: 26 ago.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DÍAZ, F. D. Repercusiones del COVID-19 en el crimen organizado de América Latina. *In: Latinoamérica, una región en crisis. Los efectos de la pandemia*. Nueva Serie – Documentos de Trabajo, n. 25, 2020. Disponível em: <https://www.iri.edu.ar/wp-content/uploads/2021/04/doctrab25alatina.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION. **Impact of COVID-19 on drug markets, use, harms and drug services in the community and prisons: Results from a EMCDDA trendspotter study**. Luxembourg: EMCDDA, 2021.

FELTRAN, G. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FIELD, K. **Cartography**. United Kingdom: Esri Press, 2018.

FRANÇA, G.; KRUGER, C. As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 11, n. 1, p. 18-52, 2018.

GREKOUSIS, G. **Spatial Analysis Methods and Practice. Describe–Explore–Explain through GIS**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2020.

HALKIDI, M.; BATISTAKIS, Y. & VAZIRGIANNIS, M. On clustering validation techniques. **Journal of Intelligent Information Systems**, v. 17, p. 107-145, 2001.

INSIGHT CRIME. Investigations. **While Taking Paraguay-Brazil Border, PCC Tries to Control Its Own**. Brazil: 2020. Disponível em: <https://insightcrime.org/investigations/paraguay-brazil-border-pcc/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

INSIGHT CRIME. **Paraná, Brazil**. Arms Trafficking. Brazil: 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/brazil-organized-crime-news/parana-brazil/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-atalogo?view=detalhes&id=297884>. Acesso em: 22 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geociências**. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/todos-os-produtos-geociencias.html>. Acesso em: 02 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Municípios da faixa de fronteira**. Base de dados. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 17 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: 2014**. Brasília: IBGE, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública - Volume 2**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170628_frenteiras_do_brasil_volume2.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/210826_boletim_bps_28.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

INTERNATIONAL BOUNDARY AND WATER COMMISSION. **The International Boundary and Water Commission – Its Mission, Organization and Procedures for Solution of Boundary and Water Problems**. United States; Mexico: IBWC, 1889. Disponível em: https://www.ibwc.gov/About_Us/about_us.html. Acesso em: 26 ago. 2021.

INTERPOL; GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME; RHIPTO. **World Atlas of Illicit Flow**. 2018.

ITAMARATY. **Primeira e Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites**. Brasília: Itamaraty, 2021.

KILLICK, R.; ECKLEY, I. A. Changepoint: Na R package for Changepoint Analysis. **Journal of Statistical Software**, v. 58, 3th ed, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://www.jstatsoft.org/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos estudos CEBRAP**, n. 80, p. 43-62, 2008.

LIMA, R. S.; BUENO, S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

LIMA, R. S.; BUENO, S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

LOTTA, G.; SOBRAL, I.; CORRÊA, M.; ALCADIPANI, R.; BUENO, S. **A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros**. Nota técnica. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

MACHADO, L. O. Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania. Fronteiras, Armas e Drogas**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), ano 4, n. 8, 2014.

MANSO, B; DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MCDERMOTT, J.; BARGENT, J.; HELD, D.; RAMÍREZ, M. **The cocaine pipeline to Europe**. Geneva: GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME, 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Segurança Pública nas Fronteiras**: Arco Sul. NEVES; A.J das; BAPTISTA, G. C.; ENGEL, C. L; MISSE, M. (Orgs.). Brasília: SENASP, 2016. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2020/10/arco-sul.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais**. Brasília: SEGRT, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2017/bep-dezembro-2017. Acesso em: 30 nov. 2021.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13-25, 2011.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. D. O. **Estatística Básica**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. **Análise de Séries Temporais**. São Paulo: Egard Blucher, 2006.

MORGAN, D.; KRUEGER, R. When to use focus groups and why. In: Morgan, D. L. (ed.), *Successful focus groups: Advancing the state of the art*. **Sage Publications**, p. 3-19, 1993.

PATRIARCA, G.; LOPES, C. S. A âncora da segurança portuária: como se caracteriza a rede organizacional de combate ao crime no Porto de Santos. In: **44º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020.

PENNSYLVANIA STATE UNIVERSITY. **Geoint MOOC. The Official Definition of GEOINT**. 2020. Disponível em: <https://www.e-education.psu.edu/geointmooc/node/1989>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POLÍCIA FEDERAL. **Palestra Delegado de Polícia Federal Marcos Paulo Pimentel**. YouTube, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5brcqgH60X4&t=694s>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PROGRAMA DE COOPERACIÓN ENTRE AMÉRICA LATINA Y LA UNIÓN EUROPEA EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Estudio de las Rutas marítimas en el tráfico de cocaína hacia Europa**. COPOLAD, 2013.

REUTER, P. **Can the border be sealed?** Califórnia: Rand Corporation, 1998.

SIQUEIRA, Í. B.; PAIVA, L. F. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125-154, set.-dez./2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Cocaine – a spectrum of products. **Cocaine Insights 2**. Vienna: UNODC, 2021a. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Cocaine_Insights_2021_2.pdf. Acesso em 18 nov. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **RESEARCH BRIEF – COVID-19 and the drug supply chain: from production and trafficking to use**. Vienna: UNODC, 2020a. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/islamicrepublicofiran/2020/05/Covid-19-and-drug-supply-chain-May_2020.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2020**. Vienna: UNODC, 2020b.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report**. Vienna: UNODC, 2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report**. Vienna: UNODC, 2021b. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; EUROPOL. The illicit cocaine trade from Latin America to Europe – from oligopolies to free-for-all? **Cocaine Insights 1**. Vienna: UNODC, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Cocaine_Insights_2021.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

ZALUAR, A; BARCELLOS, C. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 28, n. 81, p. 17-31, fev. 2013.



CdE

CENTRO DE EXCELÊNCIA
PARA A REDUÇÃO DA OFERTA
DE DROGAS ILÍCITAS